



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
MESTRADO EM CONTABILIDADE**

FÁBIO VIANA DE MOURA

**PRESSÕES INSTITUCIONAIS E O ISOMORFISMO ESTRUTURAL E
CONTÁBIL DOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICADOS
POR EMPRESAS DOS SUBSETORES DE ENERGIA ELÉTRICA E DE
TRANSPORTE**

**SALVADOR
2010**

FÁBIO VIANA DE MOURA

**PRESSÕES INSTITUCIONAIS E O ISOMORFISMO ESTRUTURAL E
CONTÁBIL DOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICADOS
POR EMPRESAS DOS SUBSETORES DE ENERGIA ELÉTRICA E DE
TRANSPORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, da Faculdade de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Controladoria

Orientador: Prof. Dr. José Maria Dias Filho

**SALVADOR
2010**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Moura, Fábio Viana de

M929 Pressões institucionais e o isomorfismo estrutural e contábil dos relatórios de administração publicados por empresas dos subsetores de energia elétrica e de transporte./ Fábio Viana de Moura. - Salvador, 2010.

124 f. il. ; fig.; quad.; tab.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Contábeis, 2010.

Orientador: Prof. Dr. José Maria Dias Filho.

1. Teoria institucional 2. Energia elétrica. 3. Transportes. I. Dias Filho, José Maria. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 658.151

FÁBIO VIANA DE MOURA

**PRESSÕES INSTITUCIONAIS E O ISOMORFISMO ESTRUTURAL E CONTÁBIL
DOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICADOS POR EMPRESAS DOS
SUBSETORES DE ENERGIA ELÉTRICA E DE TRANSPORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 05 de novembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Maria Dias Filho
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Gilênio Borges Fernandes
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Nildecy de Miranda Nascimento
Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana - FAT

Aos meus pais, Nozinho e Gílvia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sempre e em primeiro lugar, a Deus! Pelo dom da vida, por me ter feito brotar no seio de uma família maravilhosa, por me fazer produto da união do amor-respeito, do amor-moral, do amor-ético, do amor que educa, que é meu pai, Nozinho; com amor-caridade, o amor-doação, o amor-fraternidade, o amor-pureza, representados por minha mãe, Gílvia. Tudo isso foi indispensável para a minha formação como pessoa, cristão, cidadão e profissional. Ajudou-me muito a produzir um trabalho premiado no XXXIV Enanpad e me estimulou a realizar esta dissertação e a concluir este curso de mestrado.

Agradeço, também a Deus, por ornar a minha existência com a presença de meus queridos irmãos: Cláudia, Igor e Fernanda; dos meus sobrinhos e melhores amigos: Guilherme, Gustavo e Lucas, que compreenderam minha ausência nesses dois anos e pouco de trabalho, e me deram força para levar a cabo esta empreitada. As palavras não são suficientes para expressarem o carinho, o cuidado, o esforço e energia gastos por eles para me ajudar a realizar este projeto.

Agradeço a Deus, por permitir o convívio e a compreensão de minha companheira, esposa, amiga e amor, Rachel, pois foi quem aguentou de maneira firme e abnegada minhas ausências e nossa distância; superou todas as dificuldades inerentes às circunstâncias que vivemos ao longo da realização deste curso de mestrado, estendeu-me a sua mão, o seu carinho e o seu coração, acompanhando de perto na travessia desta importante etapa de minha vida, sendo, por isso, uma das principais responsáveis por este feito.

Agradeço a Deus, por colocar em meu caminho — logo no início, na minha precipitada corrida e desorganizada chegada a Salvador — o professor Dr. Joseilton Silveira da Rocha, que com sorriso e coração aberto acolheu a mim e ao meu colega Juarez, com preocupações e cuidados paternos, amenizando e tornando suportáveis as angústias e dificuldades daqueles primeiros dias de adaptação. O professor Joseilton, imbuído de um dos mais nobres comportamentos cristãos, recebeu a mim, um estranho, como se fosse um dos seus. É uma pessoa que confia

nas outras porque confia em si mesmo. Suas contribuições foram, sem dúvidas, indispensáveis para a conclusão deste trabalho — utilizei-as sempre que possível.

Agradeço a Deus, por me conceder o privilegiado convívio com o Prof. Dr. José Maria Dias Filho, um mestre, em todas as acepções do termo. Uma pessoa com quem se aprende, uma referência a seguir. Ao senhor, professor, a minha eterna gratidão pelos conhecimentos compartilhados, pelo cuidado e zelo com que me iniciou no mundo acadêmico, pelas oportunidades concedidas e ensinamentos transmitidos em minha iniciante vida como docente; pelos ditos e sábios aconselhamentos; pelo compromisso e participação com que me guiou, pela parceria na elaboração deste e de outros trabalhos, tal como o artigo premiado no XXXIV Enanpad.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Gilênio Borges Fernandes, quem me iniciou no mundo dos métodos quantitativos, participou da banca de qualificação desta dissertação e com muito cuidado, esmero, dedicação e disponibilidade, fez importantes sugestões ao texto que se segue, aceitando, também, participar da banca de defesa deste trabalho.

Não poderia deixar de citar e prestar meus agradecimentos ao saudoso e amigo professor Dr. Carlos Marques Soares Gentil, do Programa de Mestrado em Economia, que me acolheu como aluno dos cursos de Econometria, Microeconomia e Métodos Quantitativos; fez brilhar aos meus olhos a beleza do método como rigor matemático, a refutação de hipóteses como processo científico e o papel que assume a matemática e a estatística nesse processo.

Meus agradecimentos aos meus queridos colegas e amigos: Janilson Suzart, Kátia Silene, Cesar Valentim, Carolina Venturini, Miguel Rivera Castro, Manuel Roque, Jerônimo Tanan, Rorildo, Francisco Nobre, Antônio Gualberto e Albuquerque, pelas angústias e alegrias compartilhadas. Sem eles, todo o trajeto até este momento seria, com certeza, muito mais penoso.

Agradeço, ao casal de amigos, Alexandre Ferreira e Ana Cristina, paulista e mineira, que, radicados em Salvador, receberam-me de braços abertos; acompanharam-me desde o processo seletivo do mestrado, sempre solícitos e afáveis, até o final desta etapa de minha vida, tornando-a mais leve e tranqüila. Aqui incluo também os amigos, Marcelo Helminsk e Luis do Monte, companheiros dos raros momentos de descontração.

À FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, agradeço o apóio financeiro.

Agradeço a João Simões, secretário do mestrado, pela paciência, atenção e cuidado com que sempre atendeu minhas demandas. Meus agradecimentos, a João Batista Fernandes Filho, pela presteza e atenção ao revisar gramaticalmente este trabalho.

E, por fim, um agradecimento especial para Prof. Dr. Nildecy de Miranda Nascimento que, com muito carinho e receptividade, aceitou contribuir com aperfeiçoamentos finais desta pesquisa, participando da banca de defesa desta dissertação.

As ilusões sustentam a alma como as asas sustentam o pássaro.

Victor Hugo

RESUMO

Tendo como ponto de partida conhecimentos da Teoria Institucional, principalmente as ideias de Meyer e Rowan (1977), Dimaggio e Powell (1983, 1991), Scott (1987, 1991) e Zucker (1977, 1999), este estudo visou testar a hipótese de que quanto mais forças institucionais fossem percebidas por empresas dos subsetores de Energia Elétrica e de Transporte, ambientes estudados, mais isomórficos, a certo padrão ambiental, seriam os RA — Relatórios de Administração publicados por elas. Foram observados 29 (vinte e nove) relatórios de administração publicados por empresas do subsetor de Energia Elétrica e 21 (vinte um) divulgados por empresas do subsetor de Transporte. Esses documentos foram selecionados aleatoriamente e coletados via sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Técnicas e protocolos da Análise de Conteúdo foram manuseados para capturar, nos RA, dados das variáveis dependentes, que serviram de base para a avaliação do Isomorfismo e, dados das variáveis independentes observadas, *proxies* das pressões institucionais presentes nos contextos estudados. Análises das Componentes Principais foram empregadas para resumir as variáveis dependentes, características contábeis e estruturais dos textos observados, em uma única variante que, não sendo diretamente observável, formasse um índice que representasse tais aspectos. De modo semelhante, Análises Fatoriais permitiram resumir o conjunto de doze variáveis independentes, pressões institucionais, em apenas poucas variantes que as melhor representassem. Os fatores extraídos foram interpretados teoricamente em dois tipos: Pressões Institucionais Coercitivas de natureza formal e Pressões Institucionais Coercitivas de natureza informal e foram validados por testes de: Dimensionalidade, com auxílio do índice KMO e do teste de esfericidade de Bartlett; de Confiabilidade, por meio do Alfa de Cronbach e; de Convergência, via ρ de Spearman. Testados, tais fatores foram utilizados para estimar escores que serviram de amostra das variáveis independentes. Posteriormente, testes de regressão múltipla foram aplicados com o objetivo de verificar em que medida as pressões institucionais influenciariam o isomorfismo contábil e estrutural dos Relatórios de Administração observados. Os resultados vão ao encontro das predições da Teoria Institucional, corroborando seu poder de explicar o comportamento contábil organizacional. Eles revelam que pressões institucionais fazem com que empresas do subsetor de Energia Elétrica tendam a publicar RA mais próximos a um padrão ambiental, no que tange características contábeis e estruturais. Essa relação não é percebida em empresas do subsetor de Transporte. Entretanto, esse achado coloca em evidência a existência de uma relação de causalidade entre estrutura institucional dos ambientes e efeitos dos mecanismos institucionais vigentes sobre os indivíduos que nele operam, preditos pela Teoria Institucional, mas não abrangidos pelo escopo deste estudo. O que demonstra a existência de uma grande avenida de pesquisa em contabilidade a ser explorada com o auxílio do pensamento Neoinstitucional. Dessa forma, espera-se que este esforço de pesquisa traga contribuições, mesmo que modestas, para aqueles que desejam melhor compreender os fatores determinantes do comportamento das organizações em relação à Contabilidade. De igual modo, almeja-se que este estudo contribua, mesmo de modo incipiente, para o desenvolvimento da pesquisa contábil orquestrada pelo pensamento Neoinstitucional.

Palavras-chave: Teoria institucional. Relatórios de administração. Isomorfismo contábil. Análise de conteúdo.

ABSTRACT

Taking as a starting point knowledge of Institutional Theory, especially the ideas of Meyer and Rowan (1977), DiMaggio and Powell (1983, 1991), Scott (1987, 1991) and Zucker (1977, 1999), this study aimed to test the hypothesis that the more institutional forces were perceived by companies from the sub-sectors of Electricity and Transport more isomorphic to certain environmental standards are the MR - Management Reports published by them. We observed 29 management reports published by companies in the sub-sector of Electricity and 21 companies released by the Transportation sub-sector. These documents were selected randomly and collected via the site of the Brazilian Securities Commission (CVM). Content Analysis's techniques and protocols were handled to capture dependent variable's observations, which formed the basis for assessing the Isomorphism and it were also used to observe data of independent variables, proxies of institutional pressures present in the contexts studied. Principal Components Analysis were used to summarize the dependent variables, accounting and structural characteristics of the texts in a single variant that is not directly observable to form an index that would represent such aspects. Similarly, Factor Analyses to summarize the set of twelve independent variables, institutional pressures, in a few variants that better represent them. The extracted factors were interpreted theoretically in two types: coercive institutional pressures of both formal and informal nature and were validated by testing: Dimensionality, with the aid of the index KMO and Bartlett test of sphericity, the Reliability test with Cronbach's Alpha and Convergent Validity test via the Spearman ρ . After tested these factors were used to estimate scores that served as a sample of independent variables. Subsequently, multivariate regression tests were applied in order to verify the extent to which institutional pressures influence the structural isomorphism of observed Management Reports. The results are congruent of the Institutional Theory's predictions, corroborating their power to explain organizational accounting behavior. They show that institutional pressures to make Electricity industry companies tend more to publish Management Reporting closest to an environmental standard, regarding accounting and structural characteristics. This relationship is not perceived in companies what operate in Transport industry. However, this finding highlights the existence of a causal relationship between institutional structure of the environments and effects of existing institutional mechanisms it on individuals who operate them, predicted by Institutional Theory, but not covered by the scope of this study. This demonstrates the existence of a great avenue of research in accounting to be explored with the aid of the neo-institutional thinking. Thus, we hoped that this research effort, bring contributions, even if modest, for those wishing to better understand the factors determining the organization behavior regarding the accounting choice. Likewise, we want what this study to bring contributions, even if modest, for the development of accounting research orchestrated by neo-institutional thinking.

Key words: Institutional theory. Management report. Accounting isomorphism. Content analysis.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Gráfico das cargas das variáveis na formação das Componentes Principais /subsetor de Energia Elétrica 83
- Figura 2: Gráfico das cargas das variáveis na formação das Componentes Principais /subsetor de Transporte 87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis Dependentes – Elementos lexicais computados	39
Quadro 2: Todas as variáveis dependentes observadas	39
Quadro 3: Variáveis Independentes – sujeição a pressões Institucionais	41
Quadro 4: Descrição resumo das variáveis observadas	78
Quadro 5: Resumo das <i>proxies</i> das variáveis independentes	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População analisada pela pesquisa	31
Tabela 2: Descrição da amostra	32
Tabela 3: Dados dos RA publicados por empresas do subsetor de Transporte	79
Tabela 4: Dados dos RA publicados por empresas do subsetor de Energia Elétrica	80
Tabela 5: Pesos das variáveis nas comp. principais – subsetor Energia Elétrica	83
Tabela 6: Análise Componentes Principais - subsetor de Energia Elétrica	84
Tabela 7: Escores amostrais estimados através da primeira CP – subsetor Energia Elétrica	85
Tabela 8: Pesos das variáveis nas comp. principais – subsetor Transporte	87
Tabela 9: Análise Componentes Principais da Matriz de dados do subsetor de Transporte	88
Tabela 10: Escores amostrais estimados através da primeira CP – subsetor de Transporte	89
Tabela 11: Análise Fatorial dos dados das variáveis indep.- subsetor de Energia Elétrica	92
Tabela 12: Análises das correlações entre as variáveis e os fatores extraídos – subsetor de Energia Elétrica	93
Tabela 13: Análise Fatorial exploratória – teste de unidimensionalidade dos fatores PCI_E e PCF_E	95
Tabela 14: Resultado dos testes KMO e Bartlett – PCI_E e PCF_E	95
Tabela 15: Resultados do teste do Alfa de Cronbach – PCI_E e PCF_E	96
Tabela 16: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCI_E	96
Tabela 17: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCF_E	97
Tabela 18: Análise Fatorial exploratória dos dados das variáveis independentes- subsetor de Energia Elétrica	98
Tabela 19: Análise das correlações entre as variáveis e os fatores extraídos – subsetor de Transporte	99
Tabela 20: Análise Fatorial exploratória – teste de unidimensionalidade dos fatores PCI_{Tb} , PCF_T , PCI_{Td}	102
Tabela 21: Resultados dos testes KMO e de Bartlett - PCI_{Tb} , PCF_T , PCI_{Td}	103
Tabela 22: Resultados do teste do Alfa de Cronbach – PCI_{Tb} , PCF_T e PCI_{Td}	103
Tabela 23: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCI_{Tb}	104
Tabela 24: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCF_T	104
Tabela 25: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCI_{Td}	105
Tabela 26: Teste de normalidade <i>Shapiro-Wilk</i>	109

Tabela 27: Resultados dos teste <i>t-Student</i> nos coeficientes	110
Tabela 28: Resultados do teste <i>t-Student</i> nos coeficientes	113

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E NOTAÇÕES

RA	Relatórios de Administração
AC	Análise de Conteúdo
ACP	Análise das Componentes Principais
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
E_{cc}	matriz de dados das observações das variáveis estruturais e contábeis observadas nos elementos da amostra de empresas do subsetor de Energia Elétrica
E_{pi}	matriz de dados das observações das variáveis “sujeição a pressões institucionais coercitivas” observadas nos elementos da amostra de empresas do subsetor de Energia Elétrica
PCF _E	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Formais – subsetor de Energia Elétrica
PCF _T	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Formais – subsetor de Transporte
PCI _E	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Informais – subsetor de Transporte
PCI _{Tb}	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Informais/benefícios à sociedade - Transporte
PCI _{Td}	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Informais/danos à sociedade - Transporte
PCF _E	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Formais – subsetor de Energia Elétrica
PCF _T	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Formais – subsetor de Energia Elétrica
PCI _E	Fator Pressões Institucionais Coercitivas Informais – subsetor de Energia Elétrica
KMO	Índice de Kaiser , Meyer e Olkin

P_{Eec}	matriz de covariâncias estimada por meio da matriz E_{ec}
P_{Epi}	matriz de covariâncias estimada por meio da matriz E_{pi} ;
P_{Tec}	matriz de covariâncias estimada por meio da matriz T_{ec}
P_{Tpi}	matriz de covariâncias estimada por meio da matriz T_{pi}
R_{Eec}	matriz de correlação estimada por meio da matriz E_{ec}
R_{Epi}	matriz de correlação estimada por meio da matriz E_{pi}
R_{Tec}	matriz de correlação estimada por meio da matriz T_{ec}
R_{Tpi}	matriz de correlação estimada por meio da matriz T_{pi} ;
T_{ec}	matriz de dados das observações das variáveis estruturais e contábeis observadas nos elementos da amostra de empresas do sub-setor de Transporte
T_{pi}	matriz de dados das observações das variáveis “sujeição a pressões institucionais coercitivas” observadas nos elementos da amostra de empresas do sub-setor de Transporte

SUMÁRIO

1	O PROBLEMA DA PESQUISA	19
1.1	INTRODUÇÃO.....	19
1.2	CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	21
1.3	OBJETIVOS.....	26
1.4	RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	27
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
2.1	POPULAÇÃO E AMOSTRA ANALISADA.....	31
2.1.1	O tamanho da amostra.....	32
2.2	A COLETA DOS DADOS.....	33
2.2.1	Medida de isomorfismo.....	33
2.2.2	Técnica utilizada na definição das variáveis a observar e na coleta de partes dos dados	34
2.2.3	A análise de conteúdo e variáveis observadas.....	36
2.2.3.1	Organização de análise.....	36
2.2.3.2	Técnica utilizada e critérios seguidos.....	37
2.2.4	Variáveis observadas e respectivas unidades de registro selecionadas	38
2.3	NOTAÇÕES.....	42
2.4	ÍNDICE DE ISOMORFISMO	43
2.5	ANÁLISE DAS COMPONENTES PRINCIPAIS – ACP DAS MATRIZES DE DADOS E_{EC} e T_{EC}	43
2.5.1	Avaliação da qualidade das primeiras componentes principais estimadas – acp – das matrizes de dados E_{ec} e T_{ec}.....	45
2.6	ANÁLISE FATORIAL DAS MATRIZES DE DADOS E_{PI} e T_{PI}	46
2.7	ANÁLISE FATORIAL - ESTIMAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS FATORES	47
2.7.1	Extração e interpretação dos fatores	47
2.8	ANÁLISE DE REGRESSÃO MÚLTIPLA	49
2.8.1	O modelo de regressão	50
2.8.2	Método de estimação e estatísticas de testes.....	51
3	REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA.....	53
3.1	UM BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA CONTÁBIL	53
3.2	AS DIFERENTES CORRENTES INSTITUCIONALISTAS.....	55

3.2.1	A nova economia institucional.....	56
3.2.2	A teoria positiva das instituições	58
3.2.3	Regimes internacionais	58
3.2.4	Diferenças entre a teoria institucional de base sociológica e as correntes fundamentadas no modelo de ator racional.....	59
3.3	FUNDAMENTOS DA TEORIA INSTITUCIONAL.....	63
3.3.1	Proposições iniciais da teoria institucional.....	63
3.3.2	A origem dos mitos institucionais racionalizados.....	65
3.3.3	O conceito de isomorfismo organizacional.....	67
3.3.3.1	Isomorfismo coercitivo.....	68
3.3.3.2	Isomorfismo mimético.....	69
3.3.3.3	Isomorfismo normativo	70
3.4	APLICAÇÕES DA TEORIA INSTITUCIONAL	72
3.4.1	Variadas aplicações da teoria institucional.....	72
3.4.2	Teoria institucional em estudos de contabilidade	73
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	77
4.1	INTRODUÇÃO.....	77
4.2	ANÁLISE DAS COMPONENTES PRINCIPAIS.....	81
4.2.1	Estimação e análise da componente principal da matriz e_{ec}	82
4.2.2	Estimação e análise da componente principal da matriz t_{ec}	85
4.3	ANÁLISE FATORIAL E AS <i>PROXIES</i> DE PRESSÕES COERCITIVAS.....	90
4.3.1	Construindo e interpretando fatores que representaram a estrutura de variação da matriz de dados E_{pc}	92
4.3.1.1	Validando os fatores PCI_E e PCF_E	94
4.3.2	Construindo e interpretando fatores que representaram a estrutura de variação da matriz de dados T_{pc}	97
4.3.2.1	Validando dos fatores PCI_{TB} , PCF_T e PCI_{TD}	102
4.4	ANÁLISE DE REGRESSÃO E TESTES DE HIPÓTESES	105
4.4.1	Esclarecendo as variáveis dependentes $ YE $ e $ YT $	107
4.4.2	Modelos de regressão ajustados, testes e interpretações.....	109
4.4.2.1	Modelo de regressão ajustado – sub-setor de energia elétrica.....	109
4.4.2.2	Modelo de regressão ajustado – sub-setor de transporte	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115

5.1	OS ACHADOS DA PESQUISA.....	118
	REFERÊNCIAS	121

1 PROBLEMA DA PESQUISA

1.1 INTRODUÇÃO

Contadores, sociedade, estado e mundo corporativo costumam creditar à Contabilidade um importante papel na organização e na racionalização da ordem econômico-social vigente. Frequentemente, livros didáticos narram inter-relações entre fatos históricos do desenvolvimento econômico-político da humanidade e estágios da evolução da Contabilidade. Nessas discussões, a ideia dominante é a de que os protocolos da contabilidade surgiriam e passariam a ser utilizados como resultado de decisões racionalmente orientadas, empreendidas para melhorar a eficiência técnica das organizações.

Elevar a qualidade da tomada de decisão do usuário externo; instrumentalizar, para possibilitar que gestores organizacionais escolham mais acertadamente; aperfeiçoar as alocações de recursos e minimizar custos são fatores que, com um forte apelo intuitivo, vêm sendo oferecidos para explicar o nascimento e longevidade dos usos da contabilidade.

Uma importante parte da literatura contábil, como a desenvolvida por Raymond John Chambers, Edgar O. Edwards, Philip W. Bell e Sérgio de Iudícibus, busca, didaticamente, ensinar estruturas conceituais. Essas visam possibilitar a produção da melhor informação contábil, revestida de qualidades que lhes garantam atender adequadamente o maior círculo de usuários da contabilidade.

Em grande parte dos esforços empreendidos para se explicar o surgimento e disseminação da contabilidade, há sempre presente uma ideia de maximização, de otimização. Agentes econômicos, atores organizacionais e a sociedade passariam a acatar e a utilizar certos instrumentos da contabilidade após realizar, conscientemente, análises das relações de custo/benefício envolvidas em suas decisões. Adicionalmente, ainda por essa forma de pensar, pode-se concluir que órgãos reguladores e doutrinadores, movidos por comportamento racional, arquitetariam e desenvolveriam a contabilidade, passando, em seguida, a usá-la, a torná-la obrigatória ou a ensiná-la.

Assim, parece haver um consenso predominante de que a ação racionalmente orientada seria mecanismo chave na determinação do aparecimento e difusão das práticas de contabilidade. Em suma, a lógica exposta sugere que o comportamento racional dos agentes econômicos, que visam sempre maximizar suas utilidades, deve ser o que, preponderantemente, explicaria a existência e persistência das técnicas contábeis.

Ressalta-se, entretanto, que essa maneira de compreender a contabilidade negligencia aspectos sociais e coletivos que influem no processo de surgimento, alargamento e perenidade dos protocolos de contabilidade. Marginaliza fatores sócio-cognitivos, extra-individuais, que, muito provavelmente, potencializam o uso ou desuso de certos métodos dessa antiga prática do mundo dos negócios. Deixa de observar aparatos sócio-institucionais, que, vigentes em determinados meios, podem catalisar a adesão à contabilidade ou o seu desaparecimento. Esses mecanismos fazem parte do inconsciente coletivo vigente em certos ambientes e que produzem consequências sobre os atos dos membros de uma coletividade.

Mais recentemente, construções teóricas, como as de Meyer (1986), Zald (1984), Miller e Hopwood (1994), nos levam a crer que aspectos sociais, característicos de ambientes institucionais, impactariam a adoção e disseminação da contabilidade. Tais elaborações permitem prever que organizações e membros de um grupo adeririam ao uso de determinados métodos de evidenciação contábil, com mais ou menos força, a depender de características estruturais das comunidades — dos ambientes institucionais nos quais se encontram inseridas.

Dessa maneira, sem nenhuma pretensão de pôr em cheque o potencial preditivo de explicar a contabilidade do modelo de ator racional, este trabalho busca discutir aspectos extra-individuais, fatores sócio-cognitivos. Aspectos que, possivelmente, nos revelariam conhecimentos sobre o surgimento, uso e difusão da contabilidade. Lastreado nas ideias da Teoria Institucional que, por sua vez, foram fortemente influenciadas pelo pensamento de Talcott Parsons, Harold Garfinkel e pela literatura das redes interorganizacionais, este trabalho buscou demonstrar como fatores sócio-institucionais, extra-individuais, fazem com que organizações adiram mais pesadamente à publicação de determinado método de divulgação contábil revestidos com certas características.

Na próxima seção, este primeiro capítulo caracterizará e apresentará o problema da pesquisa. Em seções subsequentes, serão apresentados os objetivos pretendidos e a relevância da pes-

quisa. Nos capítulos seguintes, encontram-se a descrição da metodologia, do substrato teórico manuseado, a apresentação e análise dos dados e, ao final deles, as considerações finais.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A construção empírica do conhecimento contábil sofreu significantes avanços após 1960. Notadamente, passou por um rápido processo de desenvolvimento depois da publicação dos trabalhos seminais de Ball e Brow (1968) e de Beaver (1968). Desde então, observa-se uma busca acelerada por teorias que expliquem e predigam a prática contábil, suas funções e efeitos sócio-econômicos. Nessa nova era da literatura contábil, nota-se também um incessante esforço direcionado ao alcance de aperfeiçoamentos empírico-metodológicos, que permitam robustecer seus achados. Nessa empreitada, inclui-se a construção e o refinamento de conceitos capazes de revelar fatores que, ocultos ao conhecimento humano, determinam e movimentam a prática contábil.

Em uma etapa inicial dessa nova história da pesquisa contábil, a produção da maior parte dos trabalhos empíricos encontrou-se lastreada no paradigma teórico do agente racional do homem econômico. Autores como Jensen e Meckling (1976) e Watts e Zimmerman (1978, 1979) se beneficiaram dessa maneira de entender o comportamento humano e organizacional para produzir conhecimentos que, pertinentemente, passaram a dar explicações para escolhas contábeis feitas por organizações portadoras de certas características.

Como exemplo de tais avanços teóricos, pode-se citar, dentre outras, a hipótese dos custos políticos. Elaborada por Watts e Zimmerman (1978), essa construção teórica prevê que grandes entidades, em certas circunstâncias, tendem a escolher práticas de contabilidade produtoras de um menor lucro. Subjacente a esse raciocínio, está presente a ideia de que tal comportamento organizacional visaria evitar custos decorrentes de pressões políticas. Nesse contexto, atores organizacionais agiriam, eficientemente, almejando melhorar os futuros resultados da empresa para a qual trabalham. Mais especificamente, entende-se que, na realidade, a ação deles estaria objetivando garantir a manutenção de suas fontes de rendimentos, emprego etc.

Para o modelo de homem racional, os comportamentos econômicos e políticos de um grupo de indivíduos, pessoas ou organizações seriam dados simplesmente pela soma de escolhas individuais de seus membros. Suposição que vem sendo questionada por alguns estudiosos

engajados em compreender e desvelar fatores impactantes nas decisões e as ações organizacionais. Dimaggio e Powell (1991), por exemplo, adentram nessa discussão e asseveram que a suposição de que o comportamento humano e organizacional seria individual e racionalmente orientado, e, por isso, negligencia os fatores sociais e institucionais — muito provavelmente influenciadores das ações dos membros de um grupo.

Instigados por essa mesma maneira de pensar, estudiosos passaram a construir hipóteses alternativas à proposição de que a Contabilidade surgiria e passaria a vigorar em determinados meios como consequência de escolhas individuais dos agentes econômicos. Os já citados: Meyer (1986), Zald (1984), Miller e Hopwood (1994), por exemplo, apoiaram-se em teorias derivadas da sociologia e da psicologia social, para defender a necessidade de considerar aspectos sócio-cognitivos, extra-individuais, dos ambientes institucionais nos quais organizações se encontram inseridas, em empreendimentos destinados a explicar a prática contábil.

A partir de então, ideias de autores como os acima referenciados passaram a oferecer uma nova e palpável possibilidade de se entender a escolha contábil. Eles trouxeram à superfície conhecimentos relativos aos aspectos sócio-institucionais que provavelmente determinam o comportamento organizacional e, por consequência, a opção feita por empresas por esse ou aquele protocolo de contabilidade.

Os trabalhos classificados nessa nova linha de pesquisa, em sua maioria, têm encontrado guarida nas proposições conceituais da Teoria Institucional, cuja intenção maior giraria em torno de propiciar descrições acerca das relações entre ambiente e estrutura organizacional, entre comportamento social e ação individual. Esses objetivos fizeram com que suas predições passassem a fundamentar estudos interessados em desnudar os fatores impactantes na formação, difusão, persistência e mudança das estruturas organizacionais e, subsidiariamente, dos usos da contabilidade.

A base do pensamento da Teoria Institucional é a de que as organizações passam a acatar, tomando como efetivos e eficientes, sem qualquer tipo de contestação, práticas e métodos que, com forte valor mítico, são coletivamente utilizados e entendidos como racionais e eficientes por seus pares. Como percebido, diferentemente do que supõe a Teoria Econômica, o pensamento neoinstitucional apregoa que a ação individual não é única e exclusivamente decorrente de análises das relações de custo/benefício envolvidas. Além disso, a ação de um

indivíduo reproduz o que é costumeiramente feito pela sociedade onde se encontra inserido, sem haver fortes resistências, ou seja, com uma quase ausência de qualquer tipo mais aprofundado de reflexão a respeito.

Adaptando esse pensamento ao campo de atuação da pesquisa contábil, pode-se, analogamente, argumentar que organizações tenderiam a optar pelo uso de práticas contábeis aceitas e já amplamente manuseadas por suas congêneres. Adicionalmente, agregando a esse argumento mais uma ideia neoinstitucional, pode-se enunciar que as organizações que adotam tais práticas contábeis, definidas e aceitas pelo seu grupo de origem, seriam coroadas pela sociedade com o status de legítimas, atributo garantidor de maiores chances de sobrevivência. Num sentido contrário a essa última ideia, como proposto por Scott (1991, p.170), quanto mais consensual for o uso de certa prática entre membros de um grupo, mais legitimidade ela transferiria àqueles indivíduos que a utilizassem.

Outro aprimoramento da Teoria Institucional poderia ser também acrescido à digressão anteriormente exposta, mais diretamente o conceito de Isomorfismo organizacional. Descrito por Hawley (1968), e refinado por DiMaggio e Powell (1983), esse arranjo teórico assevera que pressões institucionais constrangeriam uma unidade de uma população a se assemelhar às outras, quando expostas às mesmas condições ambientais.

Segundo pensadores neoinstitucionais, o isomorfismo organizacional poder ser tipificado em Coercitivo, Mimético e Normativo. O primeiro dá-se por influências políticas e problemas de legitimidade; o segundo resultaria de padrões de respostas a incertezas ambientais; e o terceiro estaria associado ao processo de profissionalização (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p.150).

Incorporando mais essas ideias a um problema contábil, poder-se-ia supor que, diante de determinadas circunstâncias de seu campo de atuação, uma organização tenderia a lançar mão de práticas contábeis já predominantemente utilizadas pelos demais elementos de sua população. Logo, por esse raciocínio, chegar-se-ia à conclusão de que um conjunto de empresas, circunscritas ou expostas à mesma sorte ambiental, infundida por forças coercitivas, miméticas ou normativas, tornar-se-ia isomórfico, no que tange as suas práticas contábeis, em certo lapso de tempo.

Mesclando tal proposição com as ideias de Scott (1991) já referenciadas, grupos de organizações atuantes em determinados ambientes adotariam mais consensualmente aquelas práticas contábeis garantidoras de maior legitimidade social. Mais especificamente, quanto mais isomórfica for a escolha de certa prática contábil por organizações de um ambiente, mais legitimidade social tal protocolo contábil tende a transferir às empresas.

Somando-se ao anteriormente exposto, DiMaggio e Powell (1983) estabelecem relações causais entre características dos campos institucionais e isomorfismo organizacional. Em seus delineamentos, consta a ideia de que um conjunto de organizações que, em agregado, formam uma reconhecida área da vida institucional — tais como fornecedores chaves e consumidores de recursos e produtos — estariam mais sujeitas ao isomorfismo organizacional quanto mais institucionalizado fosse o ambiente no qual elas estivessem inseridas.

Resumindo tudo isso, em seu âmago, a Teoria Institucional supõe que quanto mais aceitos e compartilhados forem certos protocolos de contabilidade, mais legitimados eles seriam naquele ambiente. Isso porque, devido ao seu implícito papel na justificação das ações organizacionais, seu homogêneo e forte uso por determinados indivíduos de uma coletividade representaria sua força simbólica, mítica, na instrução do processo por meio do qual as organizações buscam, inconscientemente, persuadirem a sociedade de que suas operações e ações são racionais e eficientes. Essas forças são teoricamente tipificadas em Coercitivas, Miméticas e Normativas.

Retornando novamente tais proposições ao problema contábil, pode-se dizer que quanto mais certa prática contábil for, consensualmente, adotada por membros de uma coletividade, por indivíduos de um grupo, por organizações de um ambiente, mais legitimidade ela tenderia a transferir àqueles que dela se beneficiam. A adesão a tais protocolos seria resultante de pressões de natureza coercitivas, miméticas e normativas.

Apesar de existir poucos trabalhos na literatura contábil destinados a testar e verificar as ideias acima transcritas, muito pouco ainda se conhece sobre o papel e o valor simbólico que certos protocolos contábeis assumem ou transferem às organizações, transmitindo-lhes, com isso, legitimidade social. Quase nada se sabe acerca de que tipo de forças, coercitivas, miméticas ou normativas levaria ao isomorfismo contábil e, por fim, praticamente nada se descobriu

sobre que aspectos fariam um ambiente mais sujeito a forças e pressões institucionais, influenciando, dessa maneira, a escolha contábil feita pelas organizações que nele atuam.

Apesar dessa carência de conhecimentos, as ideias elaboradas sob os fundamentos da Teoria Institucional se apresentam, à primeira vista, passíveis de serem investigadas. São fecundas em revelar importantes conhecimentos sobre forças institucionais que acarretariam no uso de certos protocolos contábeis. São profícuas em fornecer evidências sobre a institucionalização de ambientes onde características ou aspectos contábeis se fazem mais isomorficamente presentes.

Dessa maneira, considerando: a) o elenco de proposições anteriormente apresentadas, bem como a sua possível operacionalização e adaptabilidade ao estudo da prática contábil; b) o desejo de oferecer uma leitura ao fenômeno da escolha contábil que fosse distinta daquela permitida pela lupa do modelo do homem econômico; c) atentando-se, igualmente, para o fato de haver uma grande escassez de estudos brasileiros que busquem compreender e revelar forças institucionais influenciadores da isomórfica adesão de um conjunto de organizações a determinada prática contábil; d) e, por fim, desejando por em realce possíveis atributos institucionais de certos ambientes organizacionais, este trabalho focaliza o seguinte problema de pesquisa: **até que ponto mecanismos institucionais coercitivos contribuiriam para que os Relatórios de Administração publicados por empresas dos subsetores de Transporte e Energia Elétrica tendessem ao padrão médio de seu respectivo ambiente?**

Subjacente a essa questão está o suposto de que a homogeneidade dos Relatórios de Administração ou de alguns de seus atributos seria influenciada, com mais ou menos intensidade, por mecanismos institucionais coercitivos, miméticos ou normativos, atuantes nos ambientes estudados. Entretanto, por questões de ordem metodológica, foram observadas apenas forças, supostamente, de natureza coercitiva.

Resolver tal questão significou extrair dos Relatórios de Administração temas que poderiam ser classificados como relacionados às forças coercitivas e verificar a influência de tais variáveis no isomorfismo, ou melhor, na ausência de variação dos relatórios de administração observados.

Os caminhos trilhados com o desejo de oferecer uma resposta adequada a este problema de pesquisa serão descritos, oportunamente, na seção que apresentará a metodologia empregada. A próxima subseção descreverá os objetivos perseguidos por este trabalho e, a subsequente, apresentará as justificativas oferecidas à realização deste esforço de pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

Como nos deixa antever o problema de pesquisa, o objetivo geral deste estudo foi pôr em relevo as forças institucionais que, provavelmente, afetariam o isomorfismo dos relatórios de administração divulgados pelas empresas dos setores de Transporte e Energia Elétrica. Tentar alcançá-lo significou, em certa medida, buscar conhecer de perto os elementos institucionais que, vigentes nos ambientes estudados, seriam responsáveis pela homogeneidade dos RA – Relatórios de Administração publicados pelas empresas abrangidas pelo estudo.

Em uma forma mais direta, o desejo principal deste trabalho foi identificar, ineditamente, aspectos dos RA que são ampla e consensualmente adotados pelas organizações observadas, em resposta a pressões institucionais coercitivas. Com isso, pretendeu-se também, exploratoriamente, verificar possíveis relações entre padrões isomórficos encontrados e características dos ambientes investigados, contribuindo, assim, com o refinamento do conceito de Ambiente Institucionalizado, ainda carente de especificação empírica.

Somando-se aos objetivos já expostos, este esforço de pesquisa almejou utilizar conhecimentos da Teoria Institucional para decifrar os motivos pelos quais determinados atributos estão homogeneamente presentes nos RA observados. Supõem-se que quanto mais consensual for o uso de determinado instrumento num ambiente, mais legitimidade ele transferiria para o indivíduo que o utiliza, para tentar descrever a tipologia das forças institucionais subjacentes. Com isso, o estudo buscou revelar conhecimentos sobre fatores influenciadores da seleção empresarial por esse ou aquele protocolo de contabilidade. Do mesmo modo, esperou-se ampliar o entendimento já existente em torno dos aspectos sócio-institucionais que, responsáveis pelas movimentações organizacionais, repercutem no surgimento, difusão, uso e desuso das práticas de Contabilidade.

Subsidiariamente, o presente trabalho tenta mostrar e realçar a aplicabilidade de uma alternativa teórico-metodológica: a Teoria Institucional, no estudo da escolha contábil. Essa, por sua

vez, já vem sendo manuseada há muito tempo em trabalhos dedicados a investigar os mais variados tipos de fenômenos organizacionais. Dessa forma, a realização desta pesquisa procura alternativas metodológicas para se estudar a escolha contábil sob a ótica da Teoria Institucional.

Por fim, ao levar a cabo este estudo, desejou-se fomentar o debate acerca da inerente e importante necessidade de se buscar alternativas teórico-metodológicas que permitam oferecer a sociedade mais explicações acerca dos motivos pelos quais a prática contábil existe, perdura, muda, desaparece, expande-se e se metamorfoseia.

1.4 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A busca pela compreensão, entendimento e explicação de fenômenos físicos, geológicos, biológicos, psicológicos e sociais, há tempo, inquieta a humanidade; dá forma ao conceito de Ciência; engendra e movimenta, portanto, a construção e a realização de pesquisas em todos os ramos do conhecimento. De maneira muito semelhante, desde a segunda metade do século XX, a pesquisa contábil vem se consubstanciando em empreendimentos teóricos e empíricos destinados a explicar os fatores determinantes da escolha organizacional por essa ou aquela prática de Contabilidade. Nesse contexto, são entendidos como úteis e pertinentes, pela Ciência Contábil, todos e quaisquer esforços que, comungando de semelhante objetivo, ofertem conhecimentos relevantes ao conhecimento contábil.

Assim sendo, levar a cabo esta pesquisa se justificou pela busca de conhecimentos sobre as escolhas empresariais relativas à divulgação de relatórios de Administração, de que maneira essas poderiam estar infundidas de aspectos sócio-institucionais que, vigentes nos ambientes onde as empresas exercem suas atividades, impactam a estrutura desse importante método de divulgação financeira. Ou seja, a estrutura e propósito do trabalho, por si só, justificariam a sua realização, considerado, é claro, o consenso geral a respeito dos objetivos da pesquisa contábil.

Alternativamente, este estudo tornou-se um esforço válido, por manusear um paradigma teórico ainda pouco explorado pela academia contábil brasileira, mas que vem se mostrando fértil na produção de conhecimentos em torno dos mais variados tipos de fenômenos organizacionais. Já nesse quesito, espera-se que este trabalho contribua tanto para a difusão do referido

ferramental teórico quanto para a exposição de um formato metodológico que possa vir a ser melhorado e utilizado em futuros estudos da mesma linha de pesquisa ou de linhas semelhantes.

Ressalta-se que a opção pela Teoria Institucional, cuja aplicação em pesquisa da contabilidade ainda é incipiente, trouxe consigo um risco. O risco inerente a todo e qualquer trabalho que lance mão de um paradigma cujos conceitos e metodologias ainda estejam em processo de validação empírica, cujos limites e aplicabilidades de investigação necessitem de testes e comprovações.

Inversamente, tal circunstância atribui a este estudo o importante status de exploratório, na medida em que ele procura, ineditamente, realçar elementos organizacionais que funcionem como mecanismos legitimadores da ação organizacional, cujas decisões em adotá-los e utilizá-los se dá em uma esfera extra-individual, sócio-institucional. Consciente dos desafios que seriam enfrentados, esperou-se que a realização desta pesquisa pudesse fazer parte, mesmo modestamente, do desenvolvimento teórico-metodológico de estudos destinados a compreensão dos aspectos sócio-cognitivos influenciadores na adoção, mudança, persistência e obsolescência dos protocolos de Contabilidade.

Levando em conta também que este trabalho visou demonstrar como mecanismos sócio-institucionais vigentes em determinados ambientes podem catalisar a difusão e uso de práticas que, com forte valor mítico, passam, em certo grau, a reger a vida de uma coletividade, devendo, portanto, ser observadas e consideradas pela gestão organizacional, entende-se que esta pesquisa pode contribuir:

- com todos aqueles interessados em melhor compreender os fatores que impactam a aptidão organizacional a adesão a certas práticas de contabilidade, tais como órgão reguladores, instituições de controle do Mercado de Capitais brasileiro e outros usuários da informação contábil;
- com atores organizacionais, na medida em que forneça subsídios para que eles passem a conhecer mais claramente o funcionamento de mecanismos institucionais orquestradores de ambientes onde suas organizações operam, permitindo-lhes, desta maneira, melhor dis-

cernir sobre a importância de considerar tais mecanismos no processo de gestão organizacional.

Ante o exposto, a presente subseção apresentou as justificativas da elaboração deste trabalho. O capítulo seguinte apresentará a metodologia, ou melhor, os caminhos percorridos e os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos propostos por este estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O principal objetivo deste esforço de pesquisa foi o de testar relações teoricamente construídas as quais associam a sujeição organizacional a uma tipologia de forças institucionais com a tendência a adesão a práticas, procedimentos e estrutura vigentes e aceitos por seus pares. Mais especificamente, este estudo busca identificar e avaliar relações entre o isomorfismo dos RA publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica e do subsetor de Transporte, com possíveis forças institucionais coercitivas que vigoravam nesses ambientes.

Para isso, necessário se fez estabelecer *a priori* alguns procedimentos que permitissem o alcance dessa e outras metas inicialmente traçadas. Nesse sentido, procurou-se cumprir as seguintes tarefas:

- Delimitar a população a ser investigada e definir o tamanho da amostra de relatórios de administração que deveria ser observada;
- Definir os atributos, variáveis, dos RA que seriam utilizados e serviriam de parâmetro no processo de avaliação da tendência ao isomorfismo ambiental de tais textos, publicados pelas empresas dos setores aqui analisados;
- Estabelecer as *proxies* que representariam uma medida da exposição organizacional a pressões institucionais coercitivas, bem como seleção do método que possibilitasse capturar tais variáveis nos conteúdos dos textos, RA, observados;
- Selecionar técnicas e testes estatísticos que tornassem possível testar as relações entre a tendência ao isomorfismo dos RA publicados pelas empresas dos subsectores de Energia Elétrica e de Transporte com a sujeição das respectivas organizações a pressões institucionais coercitivas.

Os tópicos seguintes tratarão de explicar as decisões tomadas e os caminhos trilhados na tentativa de realizar as tarefas acima descritas.

2.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA ANALISADA

Nesta etapa do desenvolvimento da pesquisa foi importante delimitar claramente as fronteiras temporais e espaciais discriminadoras da população abarcada por este estudo. Como prévia e intencionalmente expresso no problema de pesquisa, este trabalho se ateve a investigar dois conjuntos de indivíduos, dois ambientes organizacionais, quais sejam: o constituído pelas companhias do subsetor de Energia Elétrica e o formado pelas empresas do subsetor de Transporte.

É válido destacar que com a finalidade de clarificar o critério definidor de uma empresa como integrante ou não dessa população, levou-se em consideração a classificação setorial realizada pela BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Portanto, quando o trabalho se refere a empresas desses subsetores, ele está fazendo alusão àquelas que negociavam seus títulos na BOVESPA, no período compreendido pelo estudo e que eram, por essa mesma instituição, classificadas como participantes desses referidos subsetores.

No que se diz respeito ao escopo temporal, esta pesquisa limitou-se ao exercício financeiro de 2009. Período no qual as organizações dos subsetores de Transporte e de Energia Elétrica publicaram os Relatórios de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Assim sendo, foi considerada como população a observar aquela composta pelos Relatórios de Administração publicados pelas empresas dos subsetores de Energia Elétrica e de Transporte no ano de 2009, conjuntamente com as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A tabela a seguir apresenta o total de elementos dessa população, demonstrando o número de empresas operadoras dos respectivos setores no período analisado.

Tabela 1: População analisada pela pesquisa

Populações	Número de Elementos
Empresas do subsetor de Energia Elétrica	64
Empresas do subsetor de Transporte	36
Total	100

Fonte: Elaboração própria, 2010

2.1.1 O tamanho da amostra

Devido à escassez de recursos disponíveis para execução deste trabalho e a restrições de ordem metodológica, foi inevitável decidir observar apenas uma amostra dos elementos da população supradelimitada. Ressalta-se, entretanto, que esse procedimento buscou garantir que as inferências realizadas e as conclusões alcançadas fossem válidas para todo o universo abarcado.

Objetivamente, pode-se dizer que a morosidade e a especificidade do método utilizado para avaliar e coletar os dados dos RA, descrito adiante, tornou imperativo o manuseio e a análise de somente uma amostra de RA da população primeiramente estabelecida como foco de estudo. Levando em conta o tamanho da população e das subpopulações que deveriam ser estudadas, definiu-se, subjetivamente, que deveria aproximadamente 50% dos elementos da população, para que os resultados obtidos no emprego das técnicas estatísticas aplicadas fossem dignos de confiança.

A Tabela 2 demonstra o tamanho da população e da amostra coletada pela pesquisa. Ressalta-se que, para garantir a validade dos testes aplicados e das conclusões alcançadas, a seleção dos elementos foi realizada por meio de um processo aleatório.

Tabela 2: Descrição da amostra

Descrição das Populações	Nº de Elementos	Nº de observações
Empresas do subsetor de Energia Elétrica	64	29
Empresas do subsetor de transporte	36	21
Total	100	50

Fonte: Elaboração própria, 2010

Desta maneira, realça-se que foram observados e analisados 29 (vinte e nove) Relatórios de Administração publicados por empresas do subsetor de Energia Elétrica e 21 (vinte e um) RA divulgados por empresas do subsetor de Transporte. Tais relatórios foram coletados via sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). E, como anteriormente definido, esses textos foram escolhidos entre aqueles publicados no ano de 2009, que acompanhavam as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2008 das empresas dos respectivos setores.

2.2 A COLETA DOS DADOS

As ações empreendidas para selecionar e decodificar as variáveis que, presentes nos RA observados, pudessem representar a sujeição organizacional a mecanismos institucionais coercitivos, bem como as decisões acerca de quais características contábeis e estruturais deveriam ser observadas nos textos — para avaliar se eles eram mais ou menos isomórficos ao padrão ambiental, são dispostas nesta subseção.

Nesta etapa do estudo, procurou-se perfazer, prévia e cautelosamente, os seguintes passos:

- Selecionar um método que possibilitasse extrair e quantificar dos textos escrutinados alguns de seus atributos contábeis e estruturais;
- Definir que elementos ou características observadas nos RA investigados poderiam representar a exposição organizacional a forças institucionais coercitivas;
- Escolher procedimentos estatísticos que permitissem testar se a sensibilidade organizacional a pressões coercitivas de seu meio influenciaria a tendência à homogeneidade ambiental do Relatório da Administração publicado pelas empresas investigadas.

Porém, antes de tratar com mais detalhe os tópicos acima apresentados, será feita uma breve exposição acerca de uma proposta de avaliação do isomorfismo organizacional, no que se referiria a determinadas características: mecanismo metodológico sugerido por Dimaggio e Powell (1983) e seguido por este estudo. Sendo assim, o objetivo do subtópico seguinte é o de oferecer ao leitor uma melhor compreensão dos instrumentos metodológicos selecionados e empregados durante a coleta e análise dos dados, apresentados posteriormente.

2.2.1 Medida de isomorfismo

Segundo Dimaggio e Powell (1983), ao se levar em conta que o efeito do isomorfismo institucional é a homogeneização, um melhor indicador para padrões isomórficos seria a diminuição da variabilidade e da diversidade. Então, como bem sugeriram esses autores, a medida de i-

somorfismo poderia ser captada pela redução dos desvios padrões dos valores de indicadores previamente selecionados, para um conjunto de determinadas organizações.

Adaptando tal sugestão ao contexto desta pesquisa, entendeu-se que seria possível avaliar o isomorfismo dos Relatórios da Administração investigados, analisando o desvio em relação à média de um índice que resumisse, por exemplo, características contábeis e estruturais observadas nos elementos da amostra.

Logicamente, a homogeneidade seria dada pela ausência ou diminuição da variabilidade, por menores magnitudes dos desvios observados. Tal análise, por sua vez, permitiria verificar em que medida o RA publicado por um elemento da amostra estaria distante/próximo do padrão ambiental, da média do índice; que captaria, como exemplificado acima, algumas características contábeis e estruturais dos RA analisados.

Devido a sua simplicidade e forte valor intuitivo, este trabalho optou por seguir a sugestão de Dimaggio e Powell (1983). Assim sendo, por meio da avaliação da estrutura de variabilidade de dados coletados nos RA observados, buscou-se identificar os fatores que contribuíam com o isomorfismo dos RA publicados pelos dois grupos de empresas aqui focalizados, no que tange a seus aspectos contábeis e estruturais.

2.2.2 Técnica utilizada na definição das variáveis a observar e na coleta de partes dos dados

Algumas ciências, como a linguística e suas derivações — a sociolinguística, a semântica, a lexicologia, a estatística lexical e a análise do discurso —, oferecem mecanismos ou metodologias profícuas ao estudo de documentos textuais. Somando-se a essas a semiologia, obtêm-se um poderoso arsenal teórico e técnico capaz de decifrar a comunicação latente em uma vasta gama de conteúdos, textuais ou não. Na visão de Bardin (2009), o resultado dessa soma é comumente designado por Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo tem como objetivo precípuo a inferência. Para alcançá-la, tal método se beneficia de conhecimentos das mais variadas ciências, como as acima elencadas (BARDIN, 2009). Alguns de seus protocolos são amplamente conhecidos, dentre eles, pode-se destacar, a categorização. A categorização se orienta, comumente, em bases semânticas,

léxicas ou até mesmo, sintáticas; a decisão depende do objetivo e do material sobre o qual se debruça o estudo (BARDIN, 2009).

A flexibilidade com que AC — Análise de Conteúdo — é adequado a uma vasta gama de comunicações e aos mais diversos objetos e propostas de estudo, como descrito por Duriau, Reger e Pfarrer (2007), pesou a favor da decisão deste estudo de escolhê-la como mecanismo adequado para coletar e quantificar as variáveis de seu interesse.

Um exemplo que, de certa maneira, foi seguido por este trabalho, pode ser encontrado na pesquisa de Sonpar e Golden-Biddle (2008). Tais autores usam a frequência com que certos temas são citados nos relatórios anuais publicados por organizações de saúde da província canadense de Alberta, como uma medida da atenção organizacional dada a tais assuntos.

Semelhantemente, Deegan, Rankin e Tobin (2002) utilizam a AC em um estudo longitudinal para testar a habilidade da Teoria da Legitimidade em explicar Evidenciações Socioambientais de grandes empresas australianas. O número de repetições com que certos temas são citados em documentos textuais também são utilizadas como medidas de variáveis de interesse por Gray, Kouhy e Lavers (1995), investigadores da evidenciação de cunho social de organizações do Reino Unido.

Dentre as aplicações da AC, especificamente, as realizadas pela psicologia e sociologia, é comum utilizar o número de vezes com que determinados atributos são observados nas comunicações, escritas, faladas ou intrínsecas a qualquer objeto, como forma de mensurar variáveis que permitam a realização de inferência acerca do emissor da mensagem. Na psicologia, por exemplo, a frequência em que um paciente verbaliza temas associáveis ao estado depressivo é utilizada como medida do grau ou nível depressivo do indivíduo (BARDIN, 2009).

Como posto por Bardin (2009), a AC visa trazer à tona, por meio de um processo inferencial, o conhecimento sobre as condições de produção da comunicação analisada. O termo “condições de produção”, como sugerido por esse mesmo autor, refere-se ao estado psicológico do indivíduo emissor da mensagem ou ao seu contexto social, político e econômico, dentre outros.

Seguindo essas ideias, este trabalho lançou mão da Análise de Conteúdo para produzir inferências acerca da sujeição dos emissores (empresas) das mensagens (RA) a pressões institucionais coercitivas, presentes em seu meio. Adicionalmente, frisa-se que este mesmo método foi utilizado para capturar e mensurar variáveis contábeis presentes, mais representativamente, nos textos estudados.

A próxima seção descreverá cuidados e passos seguidos na aplicação da Análise de Conteúdo nos documentos estudados. Também apresentará as variáveis que, após procedimentos preliminares de AC, foram selecionadas como medidas da exposição organizacional a forças institucionais, bem como as variáveis contábeis e estruturais utilizadas no processo de qualificação dos RA.

2.2.3 A análise de conteúdo e variáveis observadas

Análise de Conteúdo costuma se apoiar em uma grande variedade de técnicas. Processos de codificação e categorização, análises baseadas puramente em aspectos léxicos ou sintáticos e, ainda, procedimentos lastreados em características estruturais, tais como pausas na fala de um entrevistado, risos, entonação vocal, dimensões dos documentos, dentre outros, são individual ou concorrentemente manuseados pela AC para revelar realidades subjacentes, denominadas por Bardin (2009), de condições de produção em uma infinidade de tipos de conteúdo.

Ante essa multiplicidade de meios oferecidos pela AC, qual melhor adequar-se-ia aos objetivos desse estudo? De fato, poder-se-ia aplicar várias ou quase todo o repertório de técnicas de análise de conteúdo nos documentos que foram vistoriados por esta pesquisa, ou seja, nos Relatórios de Administração observados. Entretanto, como ressaltado por Bardin (2009), ter-se-ia como resultado tantas dimensões desses conteúdos quantas fossem as técnicas empregadas. Isso força a seleção de apenas algumas que, à primeira vista, foram, intuitivamente, julgadas pertinentes ao objetivo desse estudo.

2.2.3.1 Organização de análise

Primeiramente, antes do início da investigação minuciosa dos textos ou comunicações estudadas por meio da AC, o pesquisador deve submeter e preparar o material, a uma prévia organização. Adicionalmente, mas ainda nessa fase, necessário se faz que o investigador também

tome algumas decisões que deverão, preferencialmente, ser mantidas ao longo do processo de análise propriamente dito (BARDIN, 2009).

No jargão da AC, tais procedimentos dizem respeito à constituição do *Corpus*, à definição das Unidades de Registro e das Unidades de Contexto. Segundo Bardin (2009), *corpus* é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos de seleção e demais regras preestabelecidas. No presente trabalho, foram definidos dois *corpus* a serem investigados, quais sejam: o composto por uma amostra de RA publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica e o composto por uma amostra de RA publicados pelas organizações do subsetor de Transporte.

A unidade de registro é a unidade de significação a ser codificada, e corresponde ao segmento de conteúdo a ser considerado como uma unidade base, visando à categorização e a contagem frequencial. Na visão de Bardin (2009), ela pode ser a palavra, o tema e o acontecimento, dentre outras. A palavra é a unidade de registro considerada pela AC empregada nos documentos textuais vistoriados por esta pesquisa.

No que se refere à Unidade de contexto, essa serve de unidade compreensão para codificar a unidade de registro e correspondente ao segmento da mensagem, cujas dimensões são superiores à da unidade de registro. Auxiliam na compreensão da significação exata da unidade de registro (BARDIN, 2009). Assumiu-se, aqui, como unidade de contexto, a frase – enunciado lingüístico capaz de transmitir uma idéia.

2.2.3.2 Técnica utilizada e critérios seguidos

A análise da estrutura lexical dos Relatórios de Administração divulgados pelas empresas que fizeram parte da amostra foi, em um primeiro momento, o recurso utilizado para se definir as variáveis a serem observadas e computadas no processo de codificação. Assim, no início da análise, foram observados, por meio de um recurso computacional, os elementos lexicais e as palavras mais frequentes nos *corpus* sob escrutínio. Por meio desse procedimento, buscou-se selecionar palavras que, mais representativamente, referiam-se a práticas ou informações da contabilidade. Do mesmo modo, selecionaram-se aquelas que pudessem ser associadas à resposta organizacional a pressões institucionais de seu meio.

É importante esclarecer que, durante o procedimento acima descrito, a observação das palavras considerou os contextos nos quais elas eram empregadas, visando, com isso, garantir que suas frequências, posteriormente computadas, efetivamente mensurassem o mesmo aspecto. Assim, foram seguidos os princípios da AC, denominados por Bardin (2009), de exclusão mútua e de objetividade ou fidelidade.

Mais especificamente, pelo princípio da exclusão mútua da AC (BARDIN, 2009), buscou-se, durante o processo de seleção de elementos lexicais que serviriam como unidade de registro, escolher aqueles que não estivessem relacionados, em mesma unidade de contexto, com outras unidades de registro. Direcionando-se pelo princípio da objetividade e fidelidade da AC, escolheu-se elementos lexicais a serem quantificados, que, realmente, ou pelo menos na grande maioria dos casos, representassem, de fato, a variável pretendida.

2.2.4 Variáveis observadas e respectivas unidades de registro selecionadas

Visando alcançar o objetivo principal desta pesquisa foram observadas como variável dependente um conjunto de características sob as quais se avaliou o isomorfismo dos RA, e como variáveis independentes, outras que, hipoteticamente, captassem a exposição organizacional a pressões institucionais, presentes no ambiente onde elas operavam.

Levando em conta que a principal pretensão deste estudo foi de verificar relações entre variáveis institucionais e práticas contábeis, definiu-se que variáveis dependentes deveriam ser primordialmente contábeis. E, com fins de enriquecer um pouco mais os resultados, optou-se, subsidiariamente, por observar, também como variáveis dependentes, algumas características da estrutura textual dos RA estudados.

Através de uma prévia análise da estrutura lexical dos dois *corpus* de documentos investigados, definiram-se, como unidades de registro a serem quantificadas, os elementos lexicais e as palavras dispostos no quadro 01, apresentado a seguir. Ressalta-se que o conteúdo do quadro apresenta apenas às variáveis contábeis que funcionaram como dependentes no presente estudo. Adicionalmente, como pode ser observado, o quadro expõe tanto o nome atribuído à variável quanto os elementos lexicais, que foram codificados como observação da respectiva variável.

Variáveis Dependentes Contábeis		
Número	Nome	Elementos lexicais computados
1	Receita	Receita, Receitas
2	Despesa	Despesa, Despesas
3	Ebitda	Ebitda, Ebitdar, Ebit, Ebitdar, Ebitda1, Ebit2, lajida,
4	Lucro	Lucro, lucros
5	Custos	Custo, custos
6	Capital	Capital

Quadro 1: Variáveis Dependentes – Elementos lexicais computados
 Fonte: Elaboração própria, 2010

Como mencionando, duas outras variáveis, número de páginas dos relatórios e número de subtítulos em que eles se subdividiam, foram adicionalmente consideradas, fazendo parte, portanto, do grupo de variáveis dependentes observadas. A decisão pela inclusão de tais características visou captar e incluir na análise aspectos estruturais dos documentos, com o intuito de enriquecer a quantidade de medidas sob as quais poderia ser avaliado o isomorfismo dos RA publicados pelas empresas dos subsetores de Energia Elétrica e Transporte. Dessa maneira, o quadro a seguir resume as 08 (oito) variáveis dependentes, por meio das quais se analisou a tendência à homogeneidade dos RA observados.

Variáveis Dependentes observadas	
Número	Nome
1	Receita
2	Despesa
3	Ebitda
4	Lucro
5	Custos
6	Capital
7	Número de páginas
8	Subtítulos

Quadro 2: Todas as variáveis dependentes observadas
 Fonte: Elaboração própria, 2010

Posteriormente, foi necessário selecionar unidades de registro, elementos do léxico dos dois *corpus* de documentos em análise, cujos conteúdos semânticos fossem coerentes com o definido, como forma de avaliar a sujeição organizacional a pressões institucionais coercitivas. Pretendeu-se aferir as variáveis que funcionariam como independentes neste estudo.

Porém, antes de demonstrar tais unidades de registro, vale lembrar que, assim como ensinado por Duriau, Reger, Pfarrer (2007) e Bardin (2009), ou como Sonpar e Golden-Biddle (2008), Deegan, Rankin e Tobin (2002), Gray, Kouhy e Lavers (1995) — para citar apenas alguns dos

trabalhos alinhados a esta pesquisa — , este estudo utilizou a frequência com que certos temas se apresentavam na comunicação organizacional escrutinada (RA), para tirar conclusões, fazer inferência, acerca das condições de produção das mensagens em foco.

A condição de produção das mensagens que interessava esta pesquisa era a do contexto social no qual operavam as empresas estudadas. Mais diretamente, o meio institucional, supostamente, influente sobre o comportamento das organizações investigadas, tal como delineado pela Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; ZUCKER, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1987, 1991).

Assim sendo, este estudo partiu do pressuposto de que a frequência com que as empresas, emissoras das comunicações estudadas (RA), faziam referência a sua obediência civil, autoafirmando ou cumprindo a lei e os requisitos de órgãos reguladores, e o número de vezes em que elas faziam alusão ao seu comportamento socialmente orientado, o que poderia representar a sujeição delas às pressões institucionais vigentes no ambiente onde operavam.

Em resumo, este trabalho buscou aferir a ação de forças institucionais por meio da reação das organizações estudadas, verbalizada e veiculada via RA observados: recurso amplamente aceito em estudos que se debruçam sobre os mais variados tipos comunicações (BARDIN, 2009).

Desta maneira, como resultado de uma prévia análise da estrutura lexical dos documentos observados, algumas palavras foram definidas como unidades de registro a computar. Observando os contextos nos quais elas foram empregadas, buscou-se, com esse procedimento, selecionar aqueles elementos lexicais que, mais representativamente, faziam referência à obediência civil e ao comportamento socialmente dirigido dos próprios emissores das mensagens.

Sobre esse procedimento é válido também ressaltar que, como era de se esperar, em função das peculiaridades existentes entre os repertórios lexicais dos dois grupos de textos analisados, as unidades de registro selecionadas em cada um deles foram parcialmente diferentes.

O quadro a seguir demonstrará, separadamente, o número, os nomes atribuídos as variáveis e as respectivas unidades de registro selecionadas para posterior contagem de frequências. O quadro apresenta informações separadamente por subsetor, *corpus* de documentos analisados.

Como explicado em um momento anterior, a escolha de tais elementos lexicais buscou respeitar os princípios de Exclusão mútua e da Fidelidade ou Objetividade, norteadores da AC (BARDIN, 2009).

	nº	Nome	Unidades de registro computadas
Corpus/subsetor de Energia Elétrica	1	Lei	lei, leis, legais, legislação, legal, legislações, instrução
	2	CVM	Comissão, BACEN
	3	ANELL	ANELL
	4	CPC	CPC, CRC, CFC
	5	Ambiente	Ambientais, ambiental, ambientalmente
	6	Clientes	Cliente, Clientes
	7	Responsabilidade	Responsabilidade, sustentável, socialmente,
	8	Projetos	Projetos, programas
	9	Colaboradores	Colaboradores, funcionários
	10	Educação	Educação, educativas, educacional, educacionais, educando, educadores (as)
	11	Crianças	Crianças, criança, cultura, escola(s), arte, cultural, culturais, escolar, escolares, artesanato, artesanatos
	12	Comunidade	Comunidade, comunidades
Corpus/subsetor de Transporte	1	Lei	Lei, legislação, leis, legal, legalmente, instrução
	2	CVM	Comissão
	3	ANTT	ANTT, ANAC, INFRAERO, ANTAQ
	4	CPC	CPC, CRC
	5	Ambiente	Ambiental, ambientais, “ambientas”,
	6	Clientes	Clientes, Clientes
	7	Responsabilidade	Responsabilidade, sustentável, socialmente
	8	Projetos	Projetos
	9	Colaboradores	Colaboradores, funcionários
	10	Educação	Educação, educativas, educacional, educacionais, educando, educadores (as)
	11	Crianças	Crianças, criança, cultura, escola, arte, cultural, culturais, escolar, escolares, artesanato
	12	Comunidade	Comunidade, comunidades

Quadro 3: Variáveis Independentes – sujeição a pressões Institucionais

Fonte: Elaboração própria, 2010

O Quadro 3 elenca doze variáveis que, neste estudo, cumpriram a função de medir, indiretamente, a sujeição das organizações dos subsectores de Energia Elétrica e de Transporte a pressões institucionais coercitivas. Funcionaram, desta maneira, como variáveis independentes por meio das quais, seguindo predições da Teoria Institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983), buscou-se explicar a tendência à homogeneidade dos RA publicados pelas empresas aqui estudadas.

2.3 NOTAÇÕES

Para facilitar o entendimento das técnicas estatísticas utilizadas pela pesquisa, descritas nas próximas subseções, bem como a apresentação e análise dos dados expostas mais adiante, faz-se, aqui, uma pequena descrição de notações empregadas ao longo deste texto.

No que tange aos dados, observações das variáveis dependentes, tem-se o seguinte:

- a) E_{ec} = matriz de dados, de dimensão $n \times p$, que carrega as observações das variáveis estruturais e contábeis observadas nos elementos da amostra de empresas do subsetor de Energia Elétrica, sendo $p = 8$ e $n = 29$;
- b) P_{Eec} = matriz de covariâncias estimada por meio da matriz E_{ec} , de dimensão $p \times p$;
- c) R_{Eec} = matriz de correlação estimada por meio da matriz E_{ec} , de dimensão $p \times p$;
- d) T_{ec} = matriz de dados, de dimensão $n \times p$, que carrega as observações das variáveis estruturais e contábeis observadas nos elementos da amostra de empresas do sub-setor de Transporte, sendo $p = 8$ e $n = 21$;
- e) P_{Tec} = matriz de covariâncias estimada por meio da matriz T_{ec} , de dimensão $p \times p$;
- f) R_{Tec} = matriz de correlação estimada por meio da matriz T_{ec} , de dimensão $p \times p$;

No que se diz respeito aos dados, observações das variáveis independentes, tem-se o seguinte:

- a) E_{pi} = matriz de dados, de dimensão $n \times p$, que carrega as observações das variáveis “sujeição a pressões institucionais coercitivas” observadas nos elementos da amostra de empresas do sub-setor de Energia Elétrica, sendo $p = 12$ e $n = 29$;
- b) P_{Epi} = matriz de covariâncias estimada por meio da matriz E_{pi} , de dimensão $p \times p$;
- c) R_{Epi} = matriz de correlação estimada por meio da matriz E_{pi} , de dimensão $p \times p$;
- d) T_{pi} = matriz de dados, de dimensão $n \times p$, que carrega as observações das variáveis “sujeição a pressões institucionais coercitivas” observadas nos elementos da amostra de empresas do sub-setor de Transporte, sendo $p = 12$ e $n = 21$;
- e) P_{Tpi} = matriz de covariâncias estimada por meio da matriz T_{pi} , de dimensão $p \times p$;
- f) R_{Tpi} = matriz de correlação estimada por meio da matriz T_{pi} , de dimensão $p \times p$;

2.4 ÍNDICE DE ISOMORFISMO

Foi explicado, anteriormente, seguindo sugestão de Dimaggio e Powell (1983), que este trabalho optou por utilizar como um indicador de isomorfismo a dispersão em relação à média das variáveis observadas nos Relatórios da Administração amostrados. Ou seja, aferiu-se a tendência ao isomorfismo por meio dos desvios em relação à média estimada de um índice representador das variáveis dependentes, uma vez que quanto mais próximos da média os dados de um conjunto se encontram, mais homogêneos são seus elementos.

De modo semelhante, a análise aqui proposta buscou verificar se pressões institucionais coercitivas contribuiriam com a homogeneidade dos RA publicados por dois grupos de empresas analisados, tendo como referência 08 (oito) variáveis observadas nos documentos, quais sejam: receita, despesa, ebitda, lucro, custo, capital, número de páginas e número de subtítulos.

Porém, dada pequena generalidade dos resultados e a imprecisão das prováveis conclusões alcançadas, caso analisado, individualmente, o desvio em relação à média de cada uma dessas variáveis, necessário se fez recorrer a um método que pudesse resumir todas essas características em apenas uma variante, em apenas um conceito.

O tópico a seguir descreverá a técnica utilizada para resumir as 08 (oito) características, estruturais e contábeis, observadas nos RA publicados pelas empresas dos subsetores estudados.

2.5 ANÁLISE DAS COMPONENTES PRINCIPAIS – ACP DAS MATRIZES DE DADOS E_{EC} e T_{EC}

Considerando que o isomorfismo dos RA observados foi, aqui, aferido pela magnitude dos desvios em relação à média de um conjunto de 08 (oito) variáveis, tornou-se indispensável à generalidade dos resultados almejados o manuseio de uma técnica que permitisse resumir toda a informação transportada pelas matrizes E_{ec} e T_{ec} , que continham as observações das referidas (08) oito variáveis dos RA publicados por empresas do subsetor de Energia Elétrica e de Transporte, respectivamente, em apenas um índice. Ou seja, necessário se fez resumir a informação transportada por p variáveis, dimensões, em apenas uma medida que caracterizasse, contábil e estruturalmente, os RA observados. A ferramenta de análise estatística multiplasada utilizada com esse propósito é conhecida por Análise das Componentes Principais.

Popularmente chamada de PCA, a Análise de Componentes Principais foi introduzida por Karl Pearson, em 1901, e está fundamentada no artigo de Hotelling de 1933 (MINGOT, 2005, p.59). Como exposto por Johnson e Wichern (1998, p.458), tal técnica está preocupada em explicar a estrutura de variância e covariância de um conjunto de variáveis em apenas poucas combinações lineares. Sua lógica central é a de reduzir para melhor interpretar.

Conforme dispõe a PCA, embora p variáveis sejam requisitadas para produzir o sistema de variabilidade, pode-se explicar essa variação considerado um pequeno número k de componentes principais (JOHNSON; WICHERN, 1998, p.458).

No contexto da presente pesquisa, a ACP teve o objetivo de tentar reunir todas as 08 (oito) variáveis, presentes nas matrizes E_{ec} e T_{ec} , que representavam as características estruturais e contábeis dos Relatórios de Administração observados, em apenas um conceito, variante, Componente Principal, considerada como um resumo desses aspectos.

O processo de estimação dos vetores de componentes principais das matrizes de dados E_{ec} e T_{ec} foi realizado com base em suas respectivas matrizes de correlação estimadas R_{Eec} e R_{Tec} , com o auxílio do *software* SPSS, versão 15. Sabe-se que, em função do processo algébrico por meio do qual tais vetores são gerados, a primeira componente principal estimada de cada uma das matrizes de correlação será aquela que resumirá e explicará a maior parte da variância total da suas respectivas matrizes amostrais E_{ec} e T_{ec} .

Após cumprir algumas exigências predefinidas e aceitas pela literatura (HAIR *et al.*, 2005), descritas abaixo, as primeiras componentes principais estimadas poderiam ser utilizadas como índices representantes das características contábeis e estruturais dos RA. Desta maneira, tais variantes serviriam para calcular escores desses índices para cada um dos elementos da amostra. Tais escores, por sua vez, foram utilizados como amostra de variáveis dependentes em análises de regressão, visando testar relações teóricas já devidamente explicitadas.

Assim sendo, a função de tais escores e índices seria a de possibilitar ao trabalho verificar até que ponto cada um dos elementos da amostras se encontravam próximos, isomórficos, à média de seu setor, de seu ambiente, no que tange as características estruturais e contábeis de seus RA captadas pelo índice.

As componentes principais estimadas são denotadas em sua forma geral e teórica, do seguinte modo:

$$Y_j = e_{j1} Z_1 + e_{j2} Z_2 + \dots + e_{jp} Z_p$$

Onde:

$Y_j = j$ -ésima componente principal, estimada por meio das observações das variáveis dependentes dos dois subsetores investigados;

$$Z_p = \frac{(x_p - \bar{x}_p)}{S_p} = p\text{-ésima variável padronizada.}$$

2.5.1 Avaliação da qualidade das primeiras componentes principais estimadas – acp – das matrizes de dados E_{ec} e T_{ec}

Após estimação das variantes, acima descritas, foi necessário avaliar sua qualidade. O objetivo desse processo seria o de aceitar ou não tais métricas como passíveis de representar um índice que resumisse as características estruturais e contábeis dos RA observados. Sendo aceitas como válidas, elas poderiam ser utilizadas para o cálculo de escores amostrais que serviriam de variável dependente em modelo de regressão múltipla, procedimento por meio da qual se avaliaria a influência das variáveis independentes “exposição a pressões coercitivas” na tendência ao isomorfismo dos RA observados.

Seguindo a literatura estatística especializada (HAIR *et al.*, 2005; JOHNSON; WICHERN, 1998; MINGOTI, 2005) decidiu-se que seriam avaliados três aspectos das referidas variantes, componentes principais.

O primeiro, e um tanto quanto heurístico critério, foi o da avaliação dos valores que os pesos \hat{e}_{jp} e \hat{e}_{ijp} estimados assumiram na formação de cada uma das componentes principais. Tais parâmetros representam a influência de cada uma das p variáveis Z na formação das respectivas componentes principais. Quanto maiores eles fossem (mais próximos de 1), mais a respectiva variável teria influência na explicação da variação total dos dados, resumida pela componente principal analisada. Alternativamente, esse procedimento foi importante para avaliar quais variáveis, efetivamente, seriam responsáveis pela formação do índice.

O segundo critério empregado no processo foi o da observação da proporção da variação total dos dados explicada pela componente principal avaliada. Segundo Hair e outros (2009), em ciências sociais se costuma aceitar como variantes/resumo aquelas que explicam, pelo menos, mais de 50% da variação total dos dados.

O terceiro e último critério utilizado para avaliar a qualidade das componentes principais estimadas foi o teste do Alfa de Cronbach. Para Hair e outros (2005) e Maroco (2007) esse critério permite avaliar se a magnitude da proporção da variação total explicada pela componente principal estimada é confiável. São aceitas como válidas, pela presente análise, aquelas cujo teste do Alfa de Cronbach assumiu valor maior que 0,6 — conforme sugerido por Hair *et al.* (2009).

2.6 ANÁLISE FATORIAL DAS MATRIZES DE DADOS E_{PI} e T_{PI}

Tendo em vista o número de variáveis independentes que foram observadas nos relatórios de Administração (doze), e percebendo a grande probabilidade de tais variáveis — que visaram capturar a exposição organizacional a pressões institucionais coercitivas a serem correlacionadas —, julgou-se prudente realizar uma análise da estrutura de variação das matrizes E_{pi} e T_{pi} . Procedimento que permitiu resumir as variáveis mais fortemente correlacionadas em um menor número de variantes.

Dessa maneira, este estudo optou por aplicar uma Análise Fatorial nas matrizes de dados observadas, E_{pi} e T_{pi} , que carregavam informação sobre a exposição das empresas participantes da amostra a pressões institucionais coercitivas. Esperou promover a conversão das 12 (doze) variáveis independentes, originalmente observadas, em um menor número de outras que, não observáveis, fossem capazes de representar adequadamente as primeiras.

Como se vê, o objetivo principal da Análise fatorial aqui aplicada foi a Redução dos dados das matrizes E_{pi} e T_{pi} (HAIR *et al.*, 2005). Pois, por meio dessa técnica, procedeu-se com a avaliação da estrutura de correlações das matrizes de variáveis observadas que, supostamente, capturaram a exposição organizacional a pressões institucionais. Mais especificamente, com o manuseio da AF, esta pesquisa tentou formar conceitos compostos pelas variáveis originais observadas. Tais conceitos, a depender do resultado dessa análise, poderiam representar forças institucionais coercitivas ou originárias de influências políticas ou que tivessem sido deri-

vadas de problemas de legitimidade ou, também, que fossem formal ou informalmente promulgadas pelos constituintes dos ambientes investigados (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 150).

Dando uma entonação estatística para o trecho acima, pode-se dizer que ao aplicar a AF, este trabalho visou identificar inter-relações subjacentes aos dados observados relativos a variáveis institucionais que, consoantes aos delineamentos da Teoria Institucional, pudessem ser utilizadas em posteriores testes de hipótese. Dessa maneira, seguindo sugestões de Hair e outros (2005, p.107), ao manejar a AF — Análise Fatorial —, esta pesquisa objetivou resumir as variáveis que capturaram a exposição organizacional a pressões institucionais em dimensões, e fatores, derivadas da estrutura de correlação subjacente aos dados. Tais fatores, conceitos ou dimensões, seriam importantes e úteis em aplicações de testes estatísticos, caso fossem teoricamente interpretados e estatisticamente validados. Como aconteceu, eles puderam ser considerados como codificadores de toda a informação presente nas matrizes E_{pi} e T_{pi} em um pequeno número de conceitos.

2.7 ANÁLISE FATORIAL - ESTIMAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS FATORES

2.7.1 Extração e interpretação dos fatores

Foi definido que, num primeiro momento, com o auxílio do *software* SSPS versão 15, deveria ser realizada uma Análise Fatorial exploratória das matrizes E_{pi} e T_{pi} . O objetivo dessa etapa seria a extração dos fatores que, guardadas certas características, pudessem ser teoricamente interpretados. Esse começo da aplicação da técnica é, consensualmente, julgada importante pela literatura especializada sobre os variados empregos da AF (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2009; MINGOTI, 2005; MAROCO, 2007).

O método de extração dos fatores, utilizado neste processo, foi o das Componentes Principais. Como ponto de corte para a seleção de dimensões e fatores a serem extraídos, seguiu-se o critério das raízes características e dos autovalores. Ou seja, definiu-se que deveriam ser extraídos pelo método das componentes principais aqueles fatores cujos respectivos autovalores das matrizes de correlações estimadas R_{Epc} e R_{Tpc} ultrapassem o valor de uma unidade. Este critério é também amplamente descrito e aceito pela literatura de referência (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2009; MINGOTI, 2005; MAROCO, 2007).

Após a extração dos fatores, o próximo passo dado pela pesquisa foi o da interpretação teórica desses. Nesta fase da aplicação da AF, observando as correlações entre as variáveis e os fatores, a pesquisa tentou verificar se os fatores extraídos poderiam ser interpretados, plausivelmente, por meio de descrições teóricas balizadoras da definição das variáveis envolvidas na análise (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Dessa forma, buscou-se compreender e oferecer uma interpretação à estrutura de correlação estimada das variáveis envolvidas na análise (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2009; MINGOTI, 2005; MAROCO, 2007).

2.6.1.2 Validação dos fatores extraídos e interpretados

Para que os fatores extraídos e interpretados pudessem ser considerados com segurança, em posteriores testes estatísticos foi necessário testá-los e validá-los, no que se referia a sua Unidimensionalidade, Confiabilidade e Validade (HAIR e outros, 2005). Assim sendo, em um momento seguinte ao da extração e interpretação teórica dos fatores, extraídos com base nas matrizes de correlação estimadas R_{Epi} e R_{Tpi} , julgou-se importante proceder o processo de validação desses conceitos — o que foi projetado para que tais possíveis variantes pudessem, posteriormente, ser utilizadas na estimação de escores amostrais. Esses escores, por sua vez, assumiriam a função de entrar no ajuste de modelos de regressão múltipla como variáveis independentes representantes da sujeição das empresas observadas a pressões institucionais coercitivas.

No que tange à característica de dimensionalidade, sabe-se que um fator é unidimensional quando as variáveis que são responsáveis por sua formação, as que se apresentam com maior carga estimada, são fortemente correlacionadas (HAIR *et al.*, 2005). A avaliação dessa característica é também realizada por meio da Análise Fatorial exploratória, na qual entram na realização do procedimento apenas as variáveis com maiores pesos. Com base no resultado desta AF exploratória, foram consideradas como unidimensionais as variantes e os fatores que produziram apenas uma dimensão com autovalor > 1 . Outros dois testes, o de esfericidade de Bartlett e o do índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) também foram utilizados para avaliar a dimensionalidade dos fatores extraídos.

No que se diz respeito à avaliação da característica da confiabilidade dos fatores extraídos pela primeira análise exploratória, o presente trabalho se apoiou na razão Alfa de Cronbach. E

aceitou como confiáveis aqueles cujos valores desse índice ultrapassassem 0,7, como sugerido por Hair e outros. (2005).

Já para o processo de validação de convergência dos fatores extraídos foi utilizado o coeficiente de correlação ρ de Spearman. Procedimento por meio do qual intentou-se identificar se as variáveis formadoras dos fatores apresentavam, entre si, correlações razoavelmente altas (HAIR *et al.*, 2005). O referido teste objetivou revelar se as variáveis formadoras dos fatores convergiam ou não para eles. Conforme Hair e outros. (2005), a aplicação desse procedimento visa garantir que a tanto a interpretação teórica oferecida aos fatores, bem como suas propriedades de dimensionalidade e confiabilidade, sejam válidas.

Após serem aplicados os testes supramencionados, os fatores neles aprovados foram utilizados para estimar escores amostrais para cada um dos RA observados. Sendo, desta maneira, estimada uma amostra de 29 (vinte e nove) escores, para cada um dos fatores extraídos da matriz R_{Epi} , e uma amostra de 21 (vinte um) escores, para cada um dos fatores extraídos da matriz R_{Tpi} . Seguindo recomendações de Johnson e Wichern (1998), o processo de estimação dos escores foi realizado por meio do método dos Mínimos quadrados ponderados — Método de Bartlett —, recorrendo-se a aplicativo do software ao SPSS versão 15.

2.8 ANÁLISE DE REGRESSÃO MÚLTIPLA

Esse método de análise estatística multivariada assumiu um papel central dentro da presente pesquisa. O objetivo de seu uso foi o de verificar até que ponto as variáveis independentes, pressões institucionais coercitivas, influenciavam e explicavam a tendência ao isomorfismo dos RA publicados pelos dois grupos de empresas observados, no que se referia a um conjunto de características estruturais e contábeis.

A aplicação da técnica ACP – Análise dos Componentes Principais nas matrizes de dados R_{Eec} e R_{Tec} —, produziu índices que, após aprovados por procedimentos anteriormente expostos, foram utilizados para calcular escores amostrais, que serviram como um resumo das características estruturais e contábeis dos elementos das amostra de RA. Tais índices é que foram utilizados para aferir a tendência ao isomorfismo dos relatórios de administração publicados pelas empresas do subsetores de Energia Elétrica e Transporte.

Também como previamente elucidado, seguindo sugestão de Dimaggio e Powell (1983), considerou-se como mais isomórfico ao ambiente aqueles RA que apresentavam índices amostrais mais próximos da média estimada. Considerado também que os índices amostrais calculados são funções de variáveis normais padronizadas, consequência do processo de estimação das componentes principais baseadas nas matrizes de correlação estimadas, a esperança matemática de tais índices é zero. Ou seja, os valores assumidos pelos escores amostrais de tais índices se dispersariam em torno da média zero. Por esse motivo, o valor do módulo de dos escores calculados é que foram considerados, no ajuste dos modelos de regressão, como amostra da variável dependente. A seção que apresenta os dados justifica melhor essa decisão.

É conveniente lembrar que fatores foram extraídos e validados por meio de uma AF das matrizes de correlações estimadas R_{Epi} e R_{Tpi} , procedimento apresentado na subseção anterior. Tais fatores, como também já explicado, foram utilizados para estimar escores amostrais. O principal objetivo da estimação de tais escores foi o de reduzir as 12 (doze) variáveis independentes observadas nos elementos da amostra em um menor número de variáveis não diretamente observáveis. Mais especificamente, desejou-se com esse procedimento substituir as 12 (doze) variáveis originais pelo um número menor de fatores extraídos, interpretados e validados. E, além diminuir o número de variáveis exógenas a entrar no modelo, a redução das variáveis independentes originais em fatores teve também como objetivo evitar problemas de multicolinearidade. Como será demonstrado na seção que apresenta e analisa os dados, os achados da AF denunciam a existência desse problema, que, caso fosse ignorado, traria dificuldades e inconsistências na interpretação dos modelos de regressão estimados para testar a relação entre forças institucionais e isomorfismo dos RA.

2.8.1 O modelo de Regressão

Ante o exposto, este estudo decidiu estimar dois modelos de regressão, um para cada conjunto de dados dos setores focalizados, denotados, em forma teórica e matricial, da seguinte maneira:

$$Y = X\beta + \varepsilon$$

Onde:

Y = vetor do módulo dos índices amostrais que capturaram as características estruturais e contáveis dos RA observados. Com dimensão $n \times 1$, sendo $n = 29$ no modelo ajustado com os dados do sub-setor de Energia Elétrica e $n = 21$ no modelo ajustado com os dados do sub-setor de Transporte;

β = vetor dos coeficientes de regressão, com dimensão $k \times 1$. Sendo k , respectivamente, o número de fatores extraídos e validados das matrizes R_{Epi} e R_{Tpi} . Válidas as mesmas considerações feitas acima para os valores de n nos modelos ajustados.

X = matriz de variáveis independentes, de dimensão $n \times k$.

ε = vetor de erros aleatórios, de dimensão $n \times 1$. Válidas as mesmas considerações feitas acima para os valores de n nos modelos ajustados.

2.8.2 Método de estimação e estatísticas de testes

O modelo de regressão acima denotado foi ajustado por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários, cujos supostos básicos necessários se restringem a não aleatoriedade da matriz X e à homocedasticidade e não autocorrelação dos erros aleatórios (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2005; MINGOTI, 2005; MAROCO, 2007).

Para a avaliação da boa forma dos modelos ajustados foram observados os coeficientes de determinação R^2 e os coeficientes de determinação ajustados R^2 *ajustado*. Tais coeficientes serviram para verificar se o modelo ajustado explica, eficientemente, a variação total dos dados. Seguindo sugestão de Maroco (2007), foram aceitos como razoáveis os modelos cujos coeficientes de determinação, R^2 *ajustado*, assumiram valores maiores que 0,5.

O teste F foi aplicado com a finalidade de verificar se os modelos estimados se ajustavam aos dados, ou melhor, se há variáveis preditoras importantes ao ajuste do modelo. Foram aceitos aqueles cujo *p-valor* da respectiva estatística fosse menor que 0,05. Na avaliação da contribuição individual das k variáveis independentes na explicação da variação da variável dependente Y , ou seja, para testar se os coeficientes de regressão estimados do vetor β eram estatisticamente diferentes de zero, foram aplicados testes *t de student*. Não foram aceitas como po-

tencialmente explicativas da variação de Y aquelas variáveis cujos *p-valores* associados à estatística t , de seus respectivos coeficientes, assumissem valor maior 0,05.

Devido aos tamanhos das amostras utilizadas nos ajustes dos modelos, de 21 elementos na regressão relativa ao subsetor de transporte e de 29 (vinte e nove) elementos no modelo referente ao subsetor de Energia Elétrica, foi necessário testar a normalidade dos resíduos de regressão, para que se pudesse aceitar e validar os resultados dos testes F e t aplicados. O teste de normalidade recomendado para esses tamanhos de amostra (HAIR *et al.*, 2005; MAROCO, 2007) é o de *Shapiro-Wilk*. Dessa maneira, pelo resultado não se rejeitou a hipótese de normalidade quando tal estatística apresentou *p-valor* $> 0,05$.

Realizada, neste capítulo, a descrição dos caminhos e procedimentos percorridos e aplicados por este estudo, passa-se, em seguida, a discutir de maneira mais detalhada a base teórica sobre a qual se construiu o problema e os objetivos desta pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DA PESQUISA CONTÁBIL

Desde as últimas décadas do século passado, a pesquisa em contabilidade sofreu significantes avanços. A despolarização do uso da abordagem normativa para a descritiva na construção dos trabalhos é considerada como um dos pontos mais marcantes (MARTINS, 2005; DIAS FILHO, 2004). Nessa ocasião, a então incipiente preocupação dos autores da contabilidade em descrever a realidade com a qual se deparavam e em predizer, quando possível, fenômenos ainda não observados, provocou e catalisou uma busca acelerada por melhoramentos teóricos e metodológicos.

Alguns dos primeiros trabalhos destinados a entender como a informação contábil afetava o comportamento de seus usuários (BALL; BRONW, 1968; BEAVER, 1968) fundamentaram-se nas teorias da Hipótese do Mercado Eficiente e o CAPM — *Capital Asset Price Model*. Ou seja, supunham que a informação era livre e que não havia custos de transações nos mercados analisados.

Para Watts e Zimmerman (1990, p.132) tal ambiente teórico não permitia a elaboração de hipóteses que levassem à explicação e predição dos motivos pelos quais as organizações optavam por práticas contábeis diferentes, devido ao fato de que, nessas condições, a opção organizacional por essa ou aquela prática contábil não afetaria o valor da empresa.

Essa situação, por sua vez, motivou pesquisadores a construir e proporem abstrações que os permitissem revelar os fatores explicativos da escolha contábil organizacional. Assim, a pesquisa contábil passou a usufruir da Teoria dos Contratos (JENSEN; MECKLING, 1976; COASE, 1937) e das implicações da perspectiva da Assimetria Informacional (ARKELOF, 1970) para produzir conhecimentos pertinentes sobre os fatores que levavam empresas a praticarem certos protocolos de contabilidade (WATTS; ZIMMERMAN, 1990).

Entretanto, cabe lembrar que aperfeiçoamentos metodológicos foram necessários para que essa agenda de pesquisa se desenvolvesse. Como salientado por Watts e Zimmerman (1990), os primeiros trabalhos desenvolvidos por ela se restringiam a observar apenas uma ou poucas

escolhas contábeis, o que, por sua vez, limitava as suas fronteiras espaciais de investigação empírica e comprometia a generalidade e robustez de seus resultados.

Estudiosos engajados na promoção de melhorias teórico-metodológicas para a referida corrente de pensamento trilharam um árduo percurso na construção e na definição de *proxies* que captassem, o mais fielmente possível, as variáveis envolvidas em suas análises. Uns dos mais importantes resultados desse processo foram os *accounting accruals models*. Tais definições possibilitaram que estudos passassem a observar, de uma só vez, uma grande quantidade de escolhas contábeis feitas pelas empresas estudadas. Isso permitiu chegar às conclusões mais robustas, alargar as fronteiras empírico-espaciais sob teste de suas hipóteses e fortalecer as evidências reveladas.

Adicionalmente, ressalta-se que o desenvolvimento da literatura contábil não se fundamentou exclusivamente em teorias derivadas do pensamento econômico. Outra agenda de pesquisa, influenciada pela sociologia weberiana, pela psicologia social de Talcott Parsons e pela etnometodologia Harold Garfinkel, também vem cumprindo um importante papel nessa nova história da Contabilidade. Denominada de Teoria Institucional, tal corrente de pensamento foi pioneiramente elaborada para explicar as estruturas organizacionais burocráticas. As suas primeiras especificações e predições acerca das relações entre ambientes institucionais e características organizacionais foram fortemente influenciadas pelos trabalhos de Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (1983) e Zucker (1977).

Subsequentemente, refinamentos teóricos passaram a ser direcionados à investigação contábil. Nesse contexto, dentre outros, pode-se destacar os trabalhos de Meyer (1986), Zald (1984), Miller e Hopwood (1994) e Dias filho (2004). Tais autores demonstram como a pesquisa contábil poderia observar mais atentamente a interação entre ambiente e organização. Eles propuseram um conjunto de conceitos passíveis de serem aplicados em investigações destinadas a compreender a influência do ambiente socioinstitucional na adoção, persistência ou abandono de determinados procedimentos de contabilidade.

Apesar de já haver alguns importantes aperfeiçoamentos e manuseios dessa também recente agenda de pesquisa em contabilidade, ainda são poucos os estudos destinados a revelar conhecimentos sobre como forças institucionais podem vir a determinar a escolha contábil organizacional. Mais diretamente, pode-se dizer que ainda não existe um conjunto de metodologi-

as que, aplicáveis a tal fim, forme um corpo sólido e reconhecido de procedimentos aceito por acadêmicos da contabilidade. Esse aspecto é ressaltado por Tolbert e Zucker (1999) como comprometedor da institucionalização desse pretensamente fértil paradigma teórico.

Nesse sentido, ao tratar das aplicações do pensamento neoinstitucional a estudos organizacionais, Tolbert e Zucker (1999, p. 197) afirmam que, apesar da sua reconhecida adaptabilidade e flexibilidade ao estudo de uma grande quantidade de fenômenos e de sua visível riqueza conceitual, a Teoria Institucional ainda carece de construir e legitimar sua caixa de ferramentas metodológicas. Scott (1987) demonstra a latente necessidade do pensamento neoinstitucional de refinar seu arranjo conceitual e de testá-lo empiricamente, para melhor especificar suas fronteiras temporais e espaciais de investigação.

De fato, o que se percebe é que o desenvolvimento da literatura contábil neo-institucional ainda sofre com a escassez de hipóteses e metodologias que, testadas, sejam aplicáveis, generalizadamente, a um grande leque de estudos sobre as decisões organizacionais acerca dos usos da contabilidade. Desconforto atenuado pela compreensão de que o atual estágio no qual se encontra a pesquisa contábil, orientada pela Teoria Institucional, é comum e natural a todo e qualquer processo evolutivo de um paradigma teórico (KUHN, 1976).

Assim sendo, ao testar a relação entre uma tipologia de forças institucionais que, presentes nos ambientes estudados, influenciam a decisão organizacional pelo uso de práticas contábeis já aceitas e utilizadas por seus pares, este trabalho tenta, modestamente, contribuir para o aperfeiçoamento dessa linha de pesquisa contábil. Espera-se poder revelar conhecimentos úteis a esse propósito.

3.2 AS DIFERENTES CORRENTES INSTITUCIONALISTAS

Dado que o presente trabalho se assenta nos fundamentos da Teoria Institucional e que, como salientado por DiMaggio e Powell (1991, p. 1), o termo *institutionalism* tem recebido significados díspares em diferentes disciplinas, julgou-se necessário fazer alguns esclarecimentos sobre suas distintas acepções, com propósito de melhor especificar a conotação seguida por esta pesquisa. Para esses mesmos autores, as diferentes concepções do termo institucionalismo variariam tanto em ênfase relativa atribuída a características macros e micros dos ambientes estudados, bem como em suas ponderações acerca dos aspectos cognitivos e normativos

das instituições e na importância que atribuem ao interesse e às redes relacionais na criação e difusão das instituições.

A discussão apresentada, a seguir, baseia-se na introdução do livro *The Institutionalism in Organizational Analysis*, editado por Walter W. Powell e Paul J. DiMaggio, em 1991. Ela resume ideias básicas de algumas correntes Institucionalistas existentes e empregadas em vários ramos do conhecimento para melhor diferenciá-las do arranjo conceitual manuseado por este trabalho: a Teoria Institucional sociologicamente orientada. Da mesma maneira, o texto seguinte busca oferecer uma noção inicial dos fundamentos teórico-metodológicos do pensamento neoinstitucional e, com isso, transmitir uma primeira impressão de como a referida corrente teórica pode auxiliar na explicação da escolha contábil organizacional.

3.2.1 A nova economia institucional

Essa tradição analítica, iniciada por Coase (1937) e revigorada por Williamson (1979), tem sido empregada pela história econômica, por estudiosos do direito e da economia, por seguidores da Teoria dos Jogos e por economistas organizacionais (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 1). Segundo esses autores, ela considera que os agentes econômicos tentam maximizar suas utilidades, mas se deparam com limites cognitivos, informação incompleta e dificuldades em cumprir e monitorar seus contratos. Contexto no qual instituições surgiriam e persistiriam quando os benefícios gerados por elas superassem os custos de transações incorridos para criá-las e sustentá-las.

Assim sendo, essa tradição teórica admite que as partes envolvidas nas transações desejam economizar custos num mundo onde a informação é paga, pessoas agem oportunisticamente e a racionalidade é limitada. Instituições, então, apareceriam para reduzir incertezas e promover estruturas confiáveis e eficientes para as transações econômicas.

Dimaggio e Powell (1991, p. 4) argumentam, entretanto, que os teóricos da Nova Economia Institucional compartilham as suposições acima descritas, mas divergem no que se refere ao tratamento dos custos de transações, à contenção e manutenção ótima das instituições e, ao peso atribuído ao papel do estado e da ideologia na formação e desaparecimento das instituições.

Alguns autores veem o oportunismo como a fonte chave dos custos de transações. Pelo contrário, outros os entendem como abrangendo puramente os custos cognitivos incorridos na organização e monitoramento das transações. E ainda, há aqueles, como North (1984), que definem custos de transação de maneira mais geral, como englobando todos os aqueles necessários para manter o sistema de direito de propriedade, sob condições de crescente especialização e complexidade das divisões de trabalho (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 5).

No que se refere à persistência institucional, conforme colocação de Dimaggio e Powell (1991), uma parte desta corrente teórica admite que instituições sobrevivem enquanto são eficientes, ou seja, durante o período no qual os benefícios gerados por elas são maiores que os custos de mantê-las funcionando. Outra parte de seguidores da referida tradição teórica já entende que instituições podem subsistir mesmo quando elas não servem a nenhum interesse específico (AKERLOF, 1976). Percebe-se que, nesse quesito, também são latentes as divergências internas entre adeptos a essa linha de pensamento.

Além disso, conforme exposição de Dimaggio e Powell (1991, p. 5), alguns poucos economistas ainda tentam atribuir à ideologia e ao estado a manutenção institucional. Quando as trocas entre indivíduos se tornam mais especializadas e complexas, contratos passariam a requisitar que uma terceira parte garantisse seus efetivos cumprimentos. Isso seria realizado pelas instituições políticas, cuja função seria a especificação e garantia dos direitos de propriedade.

Dimaggio e Powell (1991, p. 5) ressaltam, entretanto, que estados variam na forma com que definem direitos de propriedade e no modo como seus cidadãos enxergam como mais ou menos legítimas as instituições políticas, a depender de suas ideologias. Considerando tais aspectos, ter-se-ia, por essa corrente teórica, a ideia de que quando um consenso ideológico fosse alto, comportamentos oportunistas tenderiam a ser refreados. Mas, quando o oposto ocorresse, custos contratuais seriam altos e mais energia e esforços seriam necessários para mudar as instituições. Desta maneira, consensos ideológicos seriam substitutos eficientes de regras formais na manutenção das instituições.

3.2.2 A teoria positiva das instituições

A Teoria Positiva das Instituições se encontra inserida nas Ciências Políticas. Mais diretamente, ela está concentrada no estudo das instituições políticas domésticas, preocupando-se com a tomada de decisão política, buscando entender as maneiras pelas quais as instituições políticas se concretizam em resultado (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p.5).

Tendo como ponto de partida a visão da Teoria da Escolha Social, que prega que decisões em um sistema de voto majoritário são instáveis e paradoxais, institucionalistas em ciência política explicam que a inerente instabilidade do sistema de voto americano tenderia a ser eliminada por regras legislativas. Tal ponto de vista complementa a Nova Economia Institucional, no sentido de fazer uma ligação entre os interesses dos atores com resultados políticos (DIMAGGIO; POWELL, 1991). Para eles, os arranjos institucionais estruturadores da política de um determinado país são encarados como respostas a problemas de ações coletivas que, por sua vez, surgiriam devido aos altos custos de transações das mudanças políticas. Cenário no qual instituições políticas agiriam *ex ante*, eficientemente, como mecanismos de cooperação, reduzindo os custos de transação e do oportunismo.

Dimaggio e Powell (1991, p. 6) realçam que alguns cientistas políticos têm recriminado os institucionalistas das escolhas racionais por enfatizarem os mecanismos formais do controle legislativo e excluírem da discussão os mecanismos que, não intencionais, contribuem indiretamente com esse processo. Ou seja, por marginalizarem o papel das normas e padrões informais do profissionalismo na formação de relações entre conselhos locais e poderes legislativos. Tal crítica, de certa maneira, os aproximaria do pensamento institucional sociológico, melhor especificado adiante.

3.2.3 Regimes internacionais

Outra linha institucionalista da Ciência Política tem emergido no campo das relações internacionais, afirmam Dimaggio e Powell (1991, p. 6). Segundo eles, nessa corrente de pensamento, estudiosos rejeitam a popular visão das relações internacionais anárquicas e passam a explorar as condições nas quais a cooperação internacional ocorre, examinando as instituições que a promovem.

Por essa tradição teórica, regimes internacionais são vistos como acordos multilaterais, resultando num imediato comportamento cooperativo, ao passo que os facilita. Por meio deles, estados regulamentam suas relações dentro de uma particular área em questão. Algumas dessas instituições internacionais se consubstanciariam em arranjos contratuais mais elaborados, tais como Nações Unidas e Banco Mundial, afirmam Dimaggio e Powell (1991, p. 7). Outras são dadas por complexos conjuntos de regras padronizadores e agenciadores das transações comerciais e monetárias.

Regimes Internacionais, então, seriam entendidos por meio das instituições sobre as quais eles são construídos, que reproduzem expectativas padrões e, com isso, estabilizam a ordem internacional (DIMMAGGIO; POWELL, 1991, p. 7).

Num primeiro momento, essa literatura fundamentava-se na visão econômica de que os regimes internacionais e as instituições somente existiriam e persistiriam quando os benefícios obtidos pelos estados-partes superassem seu custo de manutenção. Dimaggio e Powell (1991) relatam, entretanto, que uma insatisfação com o modelo de ator racional levou ao surgimento da visão mais sociologicamente orientada, para a qual as instituições internacionais não refletem as preferências e o poder das unidades que as constituem, pois elas próprias são as formadoras de poder e de preferências. Seguindo esse raciocínio, as instituições seriam constituídas por atores. Mas, de igual modo, elas constrangeriam seus constituintes a um interesse que surge dentro de um particular contexto normativo e histórico.

Ambas as segmentações dos Regimes Internacionais, aqui apresentadas, são mais teóricas do que empiricamente desenvolvidas (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 7). Esses autores ressaltam que há poucos estudos dedicados a desvelarem os fatores explicativos da persistência dos regimes internacionais. Mas eles também acrescentam que é perceptível que tais instituições são duráveis, formam e constroem as relações entre estados, portanto, mereceriam ser investigadas mais proximamente.

3.2.4 Diferenças entre a teoria institucional de base sociológica e as correntes fundamentadas no modelo de ator racional

Como sugerem Dimaggio e Powell (1991), as disparidades entre as várias abordagens institucionalistas são ilustradas melhor comparando suas diferentes definições de instituição. Cien-

tistas políticos, por exemplo, vêem as instituições como temporalmente estáticas, como estruturas de regras, procedimentos e arranjos. Ou, alternativamente, como prescrições acerca das ações que são requisitadas, permitidas ou proibidas.

Já a Nova Economia Institucional, especificamente a história econômica, trata como sendo instituições o conjunto de regularidade e interações repetitivas, como o aglomerado de regras que fornecem incentivos ou constroem os indivíduos (NORTH, 1986). A economia das organizações concebe instituições como estruturas de governança, arranjos sociais gerados para minimizar custos de transações (DIMAGGIO; POWELL, 1991, P. 8).

Para a literatura das relações internacionais, por sua vez, as instituições são definidas como conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão implícitos ou explícitos, acerca dos quais expectativas de atores convergem, numa dada área das relações internacionais (KRASNER, 1983, p.2 *apud* DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 8).

Pode-se se dizer que uma sutil diferença permite distinguir as várias definições de instituição, acima apresentadas, da delineada pela Teoria Institucional manuseada por este trabalho. Para aquelas, instituições são produtos do desenho humano, resultado de ações propostas por indivíduos instrumentalmente orientados. Enquanto para essa, instituições são certamente resultantes da atividade humana, porém, não necessariamente seriam produtos de um esforço consciente.

Dimaggio e Powell (1991, p. 8) explicam bem essa diferença recorrendo ao conceito, ou melhor, à Instituição de “Estado Soberano”, noção que vem sendo desenvolvida lentamente ao longo de três séculos. Tais autores argumentam que o princípio de soberania é bem entendido, implica reciprocidade entre nações-estado, cria regra e estatutos bem definidos, implica participação no sistema internacional. Mas a instituição de estado soberano moderno não está sujeita a ser traçada facilmente por um esforço consciente de grupos sociais específicos.

De igual modo, a complexidade de um estado moderno não pode ser facilmente repartida em pequenas unidades de análise. Na verdade, pelo ponto de vista da orientação sociológica, instituições são relativamente constantes mediante consideráveis substituições entre membros e cargos. Além disso, são, frequentemente, resistentes às demandas idiossincráticas daqueles que desejam influenciá-las (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Ainda como explicam estes autores, os neoinstitucionalistas organizacionais ou sociologicamente orientados rejeitam o modelo de ator racional, encaram as instituições como variáveis independentes, retornam às explicações cognitivas e culturais, passam a se interessarem propriamente em unidades de análise supraindividuais — que não podem ser reduzidas a agregações ou consequências diretas de motivos ou atributos de indivíduos.

Para tradição sociológica, a institucionalização é tanto o processo fenomenológico pelo qual certo conjunto de relações e ações sociais se torna aceito, sem que haja resistência dos indivíduos afetados, quanto uma conjuntura em que cognições compartilhadas definem o que tem significado e quais ações são possíveis (ZUCKER, 1983).

Dimaggio e Powell (1991, p. 9) esclarecem que economistas e teóricos da escolha pública tratam frequentemente como sinônimos os termos instituição e convenção. Já teóricos organizacionais e sociólogos restringem as primeiras a aquelas convenções que, sendo percebidas como mais convenientes, incorporam o status de regra a ser seguido pela ação e pelo pensamento social.

Na análise organizacional, neoinstitucionalistas têm como ponto de partida a incrível homogeneidade com que práticas e arranjos são encontrados no mercado de trabalho, nas escolas, nos estados e nas corporações (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983). A constante e repetitiva qualidade de muitos modos de vida não seria explicada simplesmente via preferência individual ou maximização das utilidades dos atores, mas, sim, pela observação da persistência de práticas que são aceitas sem quaisquer tipos de questionamentos e pela reprodução de estruturas que são, em mesma extensão, autossustentáveis.

Outra maneira de diferenciar as correntes teóricas anteriormente descritas da tradição neoinstitucionalista é pensar que economistas institucionais e teóricos da escolha pública assumem que atores constroem instituições para realizar os resultados desejados por eles. A esse respeito, também, a visão sociologicamente orientada é totalmente contrária (DIMAGGIO; POWELL, 1991, p. 10).

Primeiramente, como apontado por Dimaggio e Powell (1991, p. 10), indivíduos não escolheriam livremente instituições, costumes, normas sociais ou procedimentos legais. Afinal, pes-

soas não podem decidir divorciarem de uma nova maneira, jogar xadrez com regras diferentes ou optarem por não pagar impostos — exemplificam tais autores.

Teóricos organizacionais, seguidores do pensamento neoinstitucional, negligenciam o modelo do homem racional, assumindo que atores associam suas ações a certas situações por meio de regras de apropriação absorvidas através da socialização, da educação, do aprendizado no trabalho ou por aquiescência a convenções. Portanto, eles questionam que as escolhas e preferências do indivíduo não podem ser apropriadamente entendidas se deixado de considerar a estrutura social e histórica da qual ele faz parte.

Uma terceira distinção possível entre o pensamento neoinstitucional, sociologicamente orientado, e as demais correntes institucionais estaria relacionada à autonomia e à eficiência das instituições. Pela perspectiva sociológica, comportamentos e estruturas institucionalizadas mudam mais lentamente do que aqueles que não guardam essa característica. DiMaggio e Powell (1991, p. 10) colocam em relevo um ponto com o qual sociólogos organizacionais e defensores da escolha racional concordam: aquele que estabelece a interdependência técnica e a redução de custos físicos como parcialmente responsáveis pela inércia institucional. Entretanto, esse não seria o fator mais importante.

Para esses autores, arranjos institucionalizados são reproduzidos porque indivíduos, com frequência, nem sempre podem imaginar alternativas apropriadas. Instituições não apenas constrangeriam opiniões, elas estabeleceriam um critério maior por meio do qual as pessoas descobrem suas preferências.

Autores da sociologia organizacional pontuam que, quando a mudança organizacional ocorre e tende a ser episódica e dramática, ela está respondendo a mudanças institucionais em macronível, incrementais e leves. Já mudanças mais efetivas e fortes ocorreriam em condições nas quais arranjos sociais alicerçadores de regimes institucionais, repentinamente, passam a ser problemáticos.

Resumindo, cientistas políticos e economistas costumam oferecer explicações funcionais para momentos em que as instituições representam eficientes soluções a problemas de governança. Sociólogos organizacionais rejeitam as explicações funcionais e enfocam, ao invés disso, as

formas com que instituições complicam e constroem os caminhos por meio dos quais soluções se tornam possíveis.

Ante o exposto, espera-se ter oferecido uma adequada primeira visão sobre a perspectiva teórica manuseada por este trabalho, a Teoria Institucional. As seções seguintes apresentarão seus fundamentos, suas origens e alguns conceitos e relações que passam a ser indispensáveis para a correta compreensão desta pesquisa.

3.3 FUNDAMENTOS DA TEORIA INSTITUCIONAL

3.3.1 Proposições iniciais da teoria institucional

É no trabalho seminal de Meyer e Rowan (1977) que se encontra o primeiro esboço conceitual da Teoria Institucional. Ela surge com o propósito de oferecer uma explicação para as difundidas estruturas formais das organizações. Tais autores afirmam que, nas sociedades modernas, as estruturas formais das organizações surgem em contextos altamente institucionalizados. Em tais ambientes, profissões, políticas e programas são criados conjuntamente com produtos e serviços e são, coletivamente, considerados como racionais e eficientes.

Num cenário como o acima apresentado, organizações tenderiam a incorporar novas práticas e procedimentos que fossem definidos como tarefas e atividades organizacionais racionalizadas (MEYER; ROWAN, 1977, p. 340). A organização que se comportasse dessa maneira aumentaria sua legitimidade e, por consequência, sua perspectiva de sobrevivência, independentemente da eficácia imediata das práticas e procedimentos adquiridos — apregoa o pensamento neoinstitucional.

Por essa forma de pensar, produtos, serviços, técnicas, políticas e programas funcionariam seriam tidos como mitos poderosos, e muitas organizações adotá-los-iam cerimoniosamente. Dessa maneira, tais elementos seriam os fatores influenciadores, mais fortemente, da formação, duração e mudança das estruturas organizacionais.

Como visto, explicar os elementos que constroem ou determinam a estrutura formal das organizações constituiu um dos primeiros e principais objetivos da Teoria Institucional. Entretanto, tal paradigma teórico contrapõe os trabalhos baseados na suposição weberiana de que as

estruturas formais burocráticas seriam consequência das economias de mercado e dos estados centralizados.

Segundo Meyer e Rowan (1977, p. 342), o problema de tais trabalhos é que eles assumem serem a coordenação e o controle da atividade as dimensões críticas sobre as quais as organizações formais têm triunfado na sociedade moderna. Essa hipótese, por sua vez, está enraizada na visão de que as organizações funcionam coerentemente com o que se encontra disposto em seus projetos formais.

Considerando evidências que mostram haver uma grande diferença entre as estruturas formais e informais das organizações, autores da Teoria Institucional encaram as organizações formais como endêmicas à sociedade moderna. Partem para explicar seu surgimento e difusão por meio de um pensamento weberiano alternativo: o da legitimidade das estruturas formais racionalizadas das organizações (MEYER; ROWAN, 1977, p. 342).

Vale frisar: esses autores argumentam que para algumas teorias prevalentes a legitimidade seria dada. Ou seja, para elas, a burocratização das estruturas organizacionais repousaria sobre suposições de normas de racionalidade, cuja ideia central é a de que as normas de racionalidade constroem sociedades e personalidades meramente como valores, que, por sua vez, facilitariam o surgimento de organizações formais. Meyer e Rowan (1977, p. 343) adicionam a essa ideia o argumento de que normas de racionalidade não são simplesmente valores. Elas se consubstanciariam em muitas outras maneiras de regras, entendimentos e significados encontrados anexos a estruturas sociais institucionalizadas. Por isso, apontam aquela primeira noção como sendo o motivo da então negligência teórico-empírica acerca da importância das instituições no processo de burocratização organizacional.

Em posse desse pensamento, Meyer e Rowan (1977) começam a delimitar e desenvolver a Teoria Institucional. Nesse caminho, eles esboçam que as estruturas organizacionais não resultariam somente das redes relacionais das entidades e das suas demandas por eficiência. Essas estruturas estariam arraigadas na difundida realidade social e seriam reflexos dela. Segundo os autores:

[...] posições, políticas, programas e procedimentos de modernas organizações são feitos para cumprir a opinião pública, a visão de cidadãos importan-

tes, o conhecimentos legitimados através do sistema educacional, o prestígio social, as leis e, por definições de negligência e prudência, usadas pelos tribunais. Tais elementos da estrutura formal são manifestações de poderosas regras institucionais que funcionam como mitos altamente racionalizados, que passam a ser obrigatórios a determinadas organizações (MEYER; ROMAN, 1977, p.343) [tradução nossa].

Esses mitos gerados por práticas organizacionais específicas são difundidos através de redes relacionais, e têm legitimidade baseada na suposição de que eles são racionalmente efetivos (MEYER; ROWAN, 1977, p. 347). Muitos programas organizacionais formalizados são institucionalizados pela sociedade. Ideologias definem funções apropriadas para um negócio, tais como as de venda, produção, publicidade ou contabilidade, bem como para uma universidade, tais como as de introdução e pesquisa em história, engenharia e literatura, ou para um hospital, como as de cirurgia, obstetrícia, ambulatório (MEYER; ROWAN, 1977, p. 342).

Da mesma forma, tecnologias são também institucionalizadas, tornando-se mitos obrigatórios às organizações. Procedimentos de produção, contabilidade, seleção de pessoal e processamento de dados são aceitos sem quaisquer questionamentos como meios de realizar os fins organizacionais. Aparte suas possíveis eficiências, tais técnicas institucionalizadas dariam a uma organização o status de apropriada, racional e moderna (MEYER; ROWAN, 1977, p.344). Perrow (1985, p. 152) comenta que organizações institucionalizadas são julgadas por suas formas, não por sua produção. Por isso, elas pouco monitorariam sua produção, entretanto, protegeriam suas estruturas — sua principal fonte de legitimidade.

3.3.2 A origem dos mitos institucionais racionalizados

Scott (1991, p. 167) aponta alguns exemplos de potenciais fontes de criação de mitos racionalizados: a opinião pública, sistemas educacionais, leis, tribunais, profissões, ideologias, tecnologias, estruturas regulatórias, recompensas e prêmios, corpos de certificação e acreditação e requisitos e aprovações governamentais.

Já Meyer e Rowan (1977, p. 347) apresentam três circunstâncias dos ambientes como catalisadoras da formação de mitos institucionais racionalizados, quais sejam: a elaboração de complexas redes relacionais; o grau de coletiva organização de um ambiente; os esforços de organizações locais líderes.

Esses autores preveem que, quando redes relacionais se tornam mais densas numa sociedade, há um aumento no número em que mitos racionalizados aparecem e passam a vigorar naquele ambiente. Mitos podem originar-se num contexto específico e serem aplicados em outros. Pontuam, como exemplo, esses mesmos autores, que em sociedades modernas, em contextos relacionais de organizações mercantis, empresas de um tipo específico de indústria são aproximadamente similares em locais diferentes.

No que se refere ao grau de organização coletiva de um ambiente, sociedades ou ambientes em que há um maior número de fortes entidades — tais como varas de justiça, agências reguladoras e órgãos como sindicatos e confederações —, mitos racionalizados passariam a existir e seriam mais amplamente difundidos. Por esse ponto de vista, sociedades que, por meio da construção e formação do estado, têm ordenamentos legais desenvolvidos seriam particularmente mais propensas a atribuir uma coletiva autoridade a instituições legitimadoras de uma estrutura organizacional particular (MEYER; ROWAN, 1977, p. 347).

De igual forma, esforços de lideranças locais fomentariam o aparecimento e difusão de práticas e procedimentos míticos num ambiente. Nesse sentido, organizações poderosas forçariam sua imediata rede relacional a tornarem seus objetivos e estruturas institucionalizados. Como exemplo, Meyer e Rowan (1977) pontuam que a indústria automobilística ajuda a criar demandas por tipos específicos de estradas, de sistemas de transporte e de padrões de combustíveis.

Alternativamente, produtores de automóveis tentariam transformar suas metas e objetivos em regras socialmente institucionalizadas, uma vez que eles tentam construir uma opinião pública acerca do modelo de veículo a ser desejado. Assim, desejam um padrão legal de carro satisfatório, suficientemente capaz de protegê-los de responsabilidades de produção, ao passo que forçam agentes de uma coletividade a adquirir seus produtos.

Como dito, tais fatores colaborariam com o surgimento e difusão de mitos racionalizados. E esse processo — de crescimento de estruturas institucionais racionalizadas — tornaria as organizações de uma sociedade mais comuns e elaboradas, em certo lapso de tempo.

Dessa importante conclusão, teóricos institucionais derivaram o conceito de isomorfismo institucional. Como percebido anteriormente, ele assume um papel central na discussão proposta

por este trabalho. É por meio de suas ideias subjacentes que esta pesquisa intenta explicar a tipologia de forças institucionais. Essas, quando presentes nos ambientes analisados, influenciam a decisão organizacional acerca da divulgação de Relatórios de Administração com certas características.

3.3.3 O conceito de isomorfismo organizacional

Segundo Hawley (1968), o isomorfismo é o processo de constrangimento que força uma unidade de uma população a se assemelhar a outras unidades diante do mesmo conjunto de forças ambientais. Algumas anteriores explicações para o isomorfismo organizacional, cuja base conceitual difere da incorporada pela Teoria Institucional, assumem que o tal fenômeno ocorreria porque organizações buscam se assemelhar ao seu ambiente devido às interdependências de natureza técnica ou ligadas às suas relações de troca — alertam Meyer e Rowan (1977, p.348).

Alternativamente, para a Teoria Institucional o isomorfismo organizacional num ambiente se dá porque estruturas organizacionais refletem uma realidade socialmente construída. Essas passam a incorporar, de modo *take-for-granted*, práticas e tecnologias que, miticamente, são tidas como racionais e eficientes por seus pares.

DiMaggio e Powell (1983) foram quem melhor especificaram as relações entre ambiente institucional e isomorfismo organizacional. Esses autores são responsáveis por muitos progressos da Teoria Institucional. Eles demonstram numa de suas principais obras, *The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields*, que as mudanças organizacionais aparentam ser cada vez menos dirigidas pela competição ou pela busca da eficiência. Para eles, a burocratização e outras formas de mudança organizacional ocorrem como resultado do processo que tornam as organizações mais similares, sem necessariamente torná-las mais eficientes.

Desenvolvendo essas ideias, teóricos oferecem um bem arranjado conjunto de argumentos que dão sustentação ao conceito de isomorfismo organizacional. Eles afirmam que, uma vez que organizações diferentes de uma mesma linha de negócios estruturam um campo de atuação organizacional — ou por competição ou pela ação estatal, ou, ainda, pela profissionaliza-

ção — poderosas forças emergiriam e torná-las-iam mais similares (DIMAGGIO;POWELL, 1983, p.148).

Expandindo as ideias de Hannan e Freeman (1977) e Meyer (1977) Dimaggio e Powell delinham a ideia institucional de Isomorfismo organizacional. Segundo eles, o conceito de isomorfismo é uma poderosa e útil ferramenta para o entendimento da política e cerimônia organizacional, bastante difundida na moderna vida organizacional. Tais autores identificam três mecanismos através dos quais mudanças institucionais isomórficas acontecem. Tais mudanças apresentariam seus próprios antecedentes, como mecanismos coercitivos, miméticos e normativos.

3.3.3.1 Isomorfismo coercitivo

De acordo com Diamggio e Powell (1983, p.150), o isomorfismo coercitivo origina-se de influencias políticas e de problemas de legitimidade. Ele seria consequência das pressões formais e informais exercidas sobre organizações das quais elas sejam dependentes ou por expectativas culturais da sociedade, dentro da qual uma organização se encontra inserida (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 150).

Tais pressões poderiam ser sentidas como forças, persuasões ou convites a se juntar em coalizões. Do mesmo modo, mudanças organizacionais seriam respostas diretas a mandamentos governamentais: fábricas adotam novas tecnologias de controle de poluição para se conformar a legislações ambientais supervenientes; empresas sem fins lucrativos manteriam setor de contabilidade ou contratariam contadores para se adequarem a mandamentos da legislação fiscal — conforme exemplificam Dimaggio e Powell (1983, p. 151).

A existência de um comum ambiente legal afeta vários aspectos da estrutura e do comportamento organizacional. Estruturas legais requerem que organizações estatuem controles específicos para honrá-las e atendê-las. Conforme exposto por Dimaggio e Powell (1983), esses fatores fomentariam a semelhança estrutural de empresas de um determinado meio.

O conceito de isomorfismo coercitivo adota o argumento de Meyer e Rowan (1977). Esse estabelece que, quando o estado ou outras organizações racionalizadas expandem seu domínio a outras áreas da vida institucional, estruturas organizacionais passariam a refletir cada vez

mais regras institucionalizadas e legitimadas dentro daquele ambiente. Como resultado, organizações se tornariam mais semelhantes, por estarem cada vez mais organizadas em volta de rituais de conformidade com fortes instituições dentro de um dado domínio — concluem Di-maggio e Powell (1983, p.152).

Ainda para explicar esse tipo de isomorfismo coercitivo, Coser e outros (1982) explicam que, em conglomerados, subsidiárias adotam práticas contábeis, avaliações de desempenho, planos orçamentários compatíveis com as da companhia controladora, sem estarem sujeitas a nenhuma obrigação formal que as forçasse a tais comportamentos.

3.3.3.2 Isomorfismo mimético

Como estabelece a Teoria Institucional, o processo isomórfico mimético seria resultante de padrões de respostas a incertezas. Dimaggio e Powell (1983, p. 151) demonstram que nem todo isomorfismo institucional deriva da autoridade coercitiva. Ao contrário, a incerteza seria também uma poderosa força encorajadora da imitação. Embasados nas ideias de March e Olsen, afirmam que, quando tecnologias organizacionais são mal entendidas, quando metas são ambíguas ou quando o ambiente cria incertezas simbólicas, as organizações podem se modelar espelhando-se em outras organizações, tidas como sólidas e eficientes em seu meio.

A organização modelo pode não ter consciência de que serve de parâmetro para outras ou pode não desejar sê-lo. Ela, simplesmente, serve como uma fonte conveniente de práticas que outras organizações tomam emprestadas e passam a utilizar — descrevem Dimaggio e Powell (1983, p. 151). Exemplificando, esses autores lembram que corporações norte-americanas passaram a implementar modelos de gestão japoneses para enfrentar espinhosos problemas de produtividade e de pessoal em suas firmas. Assim sendo, a rápida proliferação das técnicas de círculos de qualidade e das questões da qualidade de vida no trabalho em empresas norte-americanas foram, pelo menos em parte, um tentativa de copiar os bem sucedidos modelos japoneses e europeus.

Dimaggio e Powell (1983, p. 151) ainda relatam que, quanto maior a população de empregados e de clientes de uma organização, maior a pressão que ela sente para fornecer programas e serviços oferecidos por outras. Assim, tanto uma qualificada força de trabalho ou quanto uma grande base de consumidores poderiam encorajar o isomorfismo mimético. Além disso, muito

da homogeneidade das estruturas organizacionais originar-se-ia do fato de que, apesar de haver consideráveis fontes para a diversidade, há relativamente pouca variação a ser selecionada. Em tal conjuntura, organizações tenderiam a se modelar depois que outras são percebidas como legítimas e eficientes em seu ambiente.

Dessa maneira, a difusão de certos tipos de arranjos estruturais pode ser creditada mais à universalidade dos processos miméticos do que à concreta evidência de que modelos adotados melhoram a eficiência organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 1983). A literatura institucional ainda tipifica mais um conjunto de forças que levaria à homogeneidade organizacional. Tais forças — que também provocariam o isomorfismo organizacional em certos ambientes — são chamadas de normativas, e são discutidas a seguir.

3.3.3.3 Isomorfismo normativo

O isomorfismo normativo teria como fonte primária a profissionalização. Dimaggio e Powell (1983, p. 152) interpretam a profissionalização como um esforço coletivo de membros de uma determinada ocupação em definir condições e métodos de trabalho com fins de controlar a elaboração de procedimentos e de estabelecer uma base cognitiva e de legitimação para sua autonomia ocupacional.

Profissões estariam sujeitas às mesmas pressões coercitivas e miméticas como as organizações. Entretanto, enquanto vários tipos de profissionais dentro de uma organização se diferenciam uns dos outros, eles demonstram ser muito similares às suas contrapartes em outras organizações. Adicionalmente, em muitos casos, o poder profissional é tanto designado pelo estado como é criado por atividades profissionais (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 152).

Segundo os delineamentos da Teoria Institucional, dois aspectos da profissionalização seriam importantes fontes de isomorfismo. Uma deles seria proveniente da educação formal e da legitimação, em bases cognitivas, produzidas por especialistas vinculados à universidade. O outro dar-se-ia pela crescente elaboração das redes profissionais, que encheriam as organizações com novos modelos de gestão, e difundir-se-iam rapidamente.

Nesse sentido, universidades e centros de treinamento profissional seriam locais importantes de elaboração e difusão de normas organizacionais entre gestores corporativos. De igual mo-

do, organizações e associações comerciais seriam outra fonte de definição, promulgação e prescrição de regras normativas acerca do comportamento profissional e organizacional.

Alguns observáveis comportamentos organizacionais também fomentariam o isomorfismo normativo. Organizações, frequentemente, selecionam e contratam pessoas provenientes de empresas atuantes na mesma indústria. Essas utilizam práticas comuns de plano de carreiras e de promoção funcional. A esse respeito, Dimaggio e Powell (1983) realçam as evidências de que executivos chefes das organizações, em moda, costumam vir ou da área financeira ou da área jurídica.

Alternativamente, observa esses autores, que gestores e membros chaves das equipes organizacionais são formados nas mesmas universidades ou selecionados com base num conjunto de atributos comuns. Por isso, eles costumam encarar os problemas de uma maneira similar, defender as mesmas políticas, procedimentos, estruturas, abordagens de decisão, que são normalmente sancionadas e legitimadas pelo meio no qual eles se encontravam inseridos.

Outra ponderação, feita por Dimaggio e Powell (1983, p. 152) acerca dos fatores responsáveis pelo isomorfismo normativo, reside no fato de que gestores de grandes e reconhecidas organizações de um campo, geralmente, são convidados a participar de conselhos administrativos de outras organizações, a fim de comandar agências reguladoras ou presidir confederações e sindicatos organizacionais. Isso, de certa maneira, faria com que demais organizações atuantes no ambiente passassem a adotar procedimentos, práticas e estrutura daquelas “exportadoras” de formas de gestão.

Os argumentos e delimitações acerca dos fatores que levariam ao isomorfismo organizacional são muito coerentes com a realidade. Efetivamente, parecem exercer influência sobre organizações inseridas nos mais diversos setores. No que se refere ao estudo da prática contábil — como será também demonstrando a seguir —, essa tipologia de forças ambientais, teoricamente determinantes da estrutura organizacional, mostram-se muito úteis à previsão e explicação de variações e uniformidades no uso de determinadas práticas contábeis, conforme ensina Dias Filho (2004, p. 37).

Como já salientado, este trabalho buscou captar a magnitude com que tais forças se mostram presentes nos ambientes estudados e verificar o quanto elas influenciaram a uniformidade dos

Relatórios da Administração, evidenciados pelas empresas dos subsetores de Transporte e Energia Elétrica.

Para isso, empregou-se a técnica da Análise do Conteúdo nos Relatórios — ferramenta já amplamente utilizada para inferir nos mais variados tipos de comunicação variáveis contextuais do ambiente em que o emissor da mensagem se encontra inserido. Ou seja, com o auxílio de tal técnica, buscou-se inferir a sujeição organizacional a forças coercitivas, miméticas e normativas. Tudo isso para que, posteriormente, fosse possível verificar a relação entre elas e o isomorfismo dos relatórios de administração publicados pelas empresas dos ambientes organizacionais estudados.

3.4 APLICAÇÕES DA TEORIA INSTITUCIONAL

As subseções seguintes apresentarão, resumidamente, algumas aplicações dos fundamentos do paradigma institucional em estudos dos mais variados tipos de fenômenos organizacionais, inclusive algumas relativas ao estudo e à investigação da prática contábil

3.4.1 Variadas aplicações da teoria institucional

Muitos estudiosos têm lançado mão das ideias centrais da Teoria Institucional para oferecer explicação a uma grande quantidade de fenômenos, especialmente àqueles que se encontram circunscritos ou afetados pela relação ambiente-organização. Os trabalhos de DiMaggio (1991) e Galaskiewicz (1991), por exemplo, seguem uma linha de pesquisa preocupada em demonstrar de que maneira campos organizacionais são formados e estruturados institucionalmente. O primeiro descreve alguns momentos da estruturação institucional do ambiente em que museus de arte norte-americanos operavam. O outro destinou-se a evidenciar os processos por meio dos quais corporações de um campo organizacional passam a perseguir metas e objetivos coletivamente compartilhados, revelando uma relação entre estrutura ambiental e consensos socialmente construídos.

Ressalta-se, também, o trabalho de Fligstein (1985), que utiliza a Teoria Institucional para explicar a predominância da estrutura multidivisional entre grandes empresas norte-americanas. De uma forma muito semelhante, Orru, Biggart e Hamilton (1991) lançam mão dos conhecimentos dessa teoria para explicar como grandes corporações — atuantes concomi-

tantemente na Coreia do Sul, em Taiwan e no Japão —, operavam de acordo com diferentes princípios institucionais e exibiam distintas estruturas organizacionais e interorganizacionais, cada qual manifestando as peculiaridades das regras institucionais racionalizadas vigentes naqueles países.

O estudo realizado por Singh, Tucker e Meinhard (1991) mescla conhecimentos da Teoria Institucional a hipóteses da Ecologia das Organizações para estudar como alterações nos ambientes institucionais promoveriam mudanças na população de organizações de Serviço Social da metrópole canadense de Toronto. Já Robson e outros (2007) também se beneficiaram dos princípios da teoria institucional para explicar uma nova tendência de adoção da metodologia de avaliação de risco do negócio por grandes empresas de auditoria. Alternativamente, Euske e Riccaboni (1999) dela fizeram uso para explicar a importância do sistema de controle de gestão, no mutante ambiente sociopolítico de um grande banco italiano.

Os conceitos da Teoria Institucional vêm servindo ao estudo e à explicação de muitos tipos de fenômenos organizacionais. Ante o fecundo potencial da Teoria Institucional, sociologicamente orientada na predição e explicação do comportamento organizacional, ligado à adoção de certas estruturas e tecnologias organizacionais, estudiosos da contabilidade passaram, então, a adaptar e manusear suas ideias e conceitos em investigações sobre a prática contábil.

3.4.2 Teoria institucional em estudos de contabilidade

De acordo com Miller (1994, p.1), nas últimas duas décadas aconteceu uma profunda transformação no entendimento da contabilidade. Nesse interstício de tempo, a contabilidade tem sido tratada como uma prática social e institucional, intrínseca e constitutiva das relações sociais, ao invés de apenas derivada e secundária das relações contratuais entre agentes econômicos. Surge também uma preocupação de entender como a contabilidade tem se inserido em muitas áreas da vida social e econômica — ressaltam tais autores.

Subsequentemente, estudiosos passaram produzir elaborações conceituais e investigações empíricas viabilizadoras do estudo da contabilidade como uma prática socioinstitucional, entendida como instrumento impactado pela estrutura social vigente em certos ambientes, ao passo que os influencia.

Dentre esses, pode-se destacar os trabalhos Meyer (1986), Zald (1984), Miller e Hopwood (1994) e Dias filho (2004). Tais autores comungam de mesma opinião sobre a necessidade da pesquisa contábil passar a abranger e a observar o contexto socioinstitucional em que certas organizações operam. Também concordam em como esse contexto pode influenciar as decisões organizacionais relativas às escolhas e aos usos da contabilidade. Esses estudiosos apresentam e discutem persuasivas proposições sobre como pesquisadores poderiam verificar a influência do ambiente socioinstitucional na adoção, persistência ou abandono de determinados procedimentos de contabilidade.

Meyer (1986), especificamente, articula um conjunto de ideias úteis para aqueles interessados em relacionar características de ambientes institucionais com demanda por contadores e serviços contábeis. No âmago de seu discurso está a ideia de que em contextos nos quais regras de conduta, organizacionais e sociais são mais claras e mais difundidas, contadores e rotinas contábeis seriam menos demandados. Caso contrário, uma maior quantidade de serviços contábeis se mostraria presente. Subjacente a essa proposição, encontra-se a hipótese de que a racionalidade mítica dos protocolos de contabilidade supriria a necessidade social e organizacional de se sentir amarrada por mecanismos de controle, tais como normas e planos.

Zald (1984), por sua vez, teoriza sobre características de ambiente-culturais que determinariam o peso com que protocolos de contabilidade se tornariam regentes da realidade organizacional. Ele propõe que as escolhas e movimentações das organizações seriam, em maior ou menor grau, influenciadas por regras contábeis e orçamentárias mais ou menos institucionalizadas, num determinado campo.

Miller (1994, p. 11) explana que entender a contabilidade enquanto parte da estrutura mítica institucionalizada da sociedade contribui, significativamente, para o alargamento do escopo dos estudos sobre contabilidade. Para ele, construir essa avenida de pesquisa ajuda a mudar o velho entendimento de que a contabilidade é simplesmente uma resposta neutra e funcional a imperativos organizacionais.

Adicionalmente, Dias Filho (2004) faz uma avaliação sobre em que medida ideias neoinstitucionais seriam férteis na construção de hipóteses possibilitadoras da compreensão dos motivos pelos quais certos procedimentos contábeis, aparentemente bons, sucumbem, enquanto outros, menos eficientes, perduram em determinados ambientes corporativos. Em posse de

tais ideias e imbuídos com o desejo de oferecer explicações sobre como forças institucionais interferem nos usos de certos métodos de contabilidade, pesquisadores passaram a prever o comportamento contábil organizacional, manuseando variáveis definidas com base na Teoria Institucional.

Covaleski e Dirsmith (1988), por exemplo, adotam a perspectiva institucional para examinar como, por quem e a que propósito expectativas sociais acerca de práticas orçamentárias são articuladas, cumpridas e modificadas durante o período de declínio organizacional. Eles demonstram que o sistema universitário do estado norte-americano de Wisconsin, tradicionalmente, cria e aplica conhecimentos técnicos e mecanismos racionais para administrar recursos públicos. Seus resultados apontam que a *pseudo* racionalidade aplicada na construção de sistemas orçamentários demonstra ser mais uma invenção social do que uma efetiva forma de definir e refinar mecanismos técnicos.

Mezias (1990) também evidencia a habilidade preditiva da Teoria Institucional no estudo e explicação da escolha contábil organizacional. Nela, tal autor insere variáveis socioinstitucionais a modelos econométricos, desenhados para prever a prática contábil. Dessa forma, consegue aumentar significativamente o poder explanatório das métricas utilizadas. Seus achados revelam que considerar mudanças institucionais de ambiente onde organizações se encontram inseridas pode auxiliar muito no estudo, explicação e predição da escolha contábil.

Siti-Nabiha e Scapens (2005) fizeram uso das ideias da Teoria Institucional para explorar a relação entre estabilidades e mudanças num processo de implementação de uma nova tecnologia contábil na Eagle — uma grande companhia de processamento de gás instalada no oeste da Ásia. Eles focalizam o caráter cerimonial com que o modelo de Gestão Baseada em Valor foi implementado e como indicadores de performance se tornaram dissociados das atividades técnicas da organização ao longo do tempo.

Semelhantemente como faz esta pesquisa, Carpenter e Feroz (2001) combinam Teoria Institucional à Análise de Conteúdo e outras metodologias para avaliar fatores que fazem com que organizações adiram a princípios de contabilidade geralmente aceitos em estados norte-americanos. No Brasil, estudos também têm revelado o potencial dos conceitos da Teoria Institucional na explicação do comportamento organizacional referente à escolha contábil. De Moura e Dias Filho (2009), por exemplo, demonstram como grandes empresas do setor finan-

ceiro tentem a utilizar protocolos de evidenciação contábil de cunho socioambiental já utilizado por seu par de maior porte. Seus achados corroboram as predições estabelecidas pelo conceito de isomorfismos mimético, cunhado por DiMaggio e Powell (1983).

Observando o mesmo fenômeno e recorrendo também a conceitos da Teoria Institucional, Ventura (2005) demonstra a presença de processos isomórficos na ampla e difundida prática de evidenciar o Balanço Social, conforme modelo IBASE, em grandes empresas que atuam no setor financeiro brasileiro.

Ante o exposto, percebe-se que o paradigma institucional de base sociológica tem servido ao estudo de muitos fenômenos organizacionais. Inclusive ao da escolha contábil. Apesar de haver muitos estudos internacionais devotados a desvendar como fatores socioinstitucionais impactam a maneira como organizações optam por essa ou aquela prática contábil, ainda pouco se conhece a respeito de como esses fatores influenciam o comportamento de empresas brasileiras.

Instigada pelo apresentado acima esta pesquisa buscou revelar como forças institucionais, coercitivas, miméticas ou normativas, presentes nos setores de Transporte e Energia Elétrica do Mercado de Capitais Brasileiro, influenciam o isomorfismo dos relatórios de Administração publicados no ano de 2009 pelas empresas desses setores. A seção seguinte encarrega-se de apresentar os dados e análises realizadas para tal fim.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 INTRODUÇÃO

Foram selecionados, aleatoriamente, os elementos integrantes da parte da amostra, Relatórios de Administração referentes ao exercício financeiro de 2008, publicados em 2009, pelas empresas do subsetor de Transporte e do subsetor de Energia Elétrica, assim classificadas pela divisão setorial da BOVESPA. A partir daí, procedeu-se a coleta, tabulação e análise dos dados. Como descrito anteriormente, foram analisados 21 (vinte e um) relatórios de administração publicados por empresas do subsetor de Transporte e 29 (vinte e nove) evidenciados por organizações que então participavam do subsetor de Energia Elétrica.

Por meio do método de Análise de Conteúdo, mais especificamente aplicando uma técnica de análise lexical, derivada da sociolinguística, foram coletadas e tabuladas as variáveis de interesse para o presente estudo. Tendo como base a frequência com que determinados elementos lexicais se faziam presentes nos textos, buscou-se captar variáveis contábeis e algumas variáveis que representassem pressões coercitivas presentes nos ambientes nos quais as organizações estudadas se encontravam inseridas. Objetivou-se, com isso, testar predições estabelecidas pela teoria institucional, descritas e comentadas nas seções precedentes.

Duas outras variáveis, características estruturais dos textos analisados, número de páginas e número de subtítulos também foram consideradas pela análise com o propósito de aferir o isomorfismo dos relatórios de administração disponibilizados pelas empresas dos dois grupos estudados.

O Quadro 4, apresentado a seguir, resume as variáveis observadas e coletadas em cada um dos textos dos dois conjuntos de relatórios escrutinados. O objetivo do quadro 04, evidenciado a seguir, é apenas o de relembrar quais características contábeis e estruturais dos relatórios e que *proxies* de pressões ambientais os procedimentos aplicados intentaram captar. Vale ressaltar, como explicado anteriormente, que durante a análise lexical e para a coleta dos dados, foram agrupados os elementos lexicais que, dentre os que ocorreram mais representativamente no conteúdo dos dois grupos de relatórios de administração observados, apresentavam-se em contextos semelhantes, ou seja, cujos conteúdos semânticos, em certo modo, coincidiam. De igual maneira, frisa-se que a análise e coleta dos dados teve o cuidado de não computar

concomitantemente um mesmo elemento lexical em duas ou mais variáveis, respeitando o princípio da unicidade estatuído pelo método AC (BARDIN, 2009).

VARIÁVEIS OBSERVADAS		
Dependentes		Independentes
Estruturais	Contábeis	Pressões Coercivas
Número de páginas	Receita	Lei
Número de Subtítulos	Despesa	CVM
	Ebitda	Agências Reguladoras (ANTT, ANELL, etc.)
	Lucro	CPC
	Custos	Ambiente
	Capital	Clientes
		Responsabilidade
		Projetos
		Colaboradores
		Educação
		Crianças
		Comunidade

Quadro 4: Descrição resumo das variáveis observadas

Fonte: Elaboração própria, 2010

As subseções seguintes explicarão e apresentarão os procedimentos e análises realizadas pelo estudo com vistas a alcançar as metas almeçadas. Mais especificamente, demonstrarão como as variáveis coletadas foram trabalhadas para que análises e testes de hipóteses fossem possíveis. Esses também serão devidamente expostos e analisados. As duas próximas páginas expõem as matrizes de dados e duas tabelas — uma para cada um dos setores estudados — utilizadas nas análises doravante postas em apreciação.

Tabela 3: Dados dos RA publicados por empresas do subsetor de Transporte

Obs	Variáveis Dependentes								Variáveis Independentes											
	npag	título	receit	desp	Ebit	lucro	cust	Cap	lei	CVM	Ag.	CPC	amb	Clien	Resp.	Proj.	colab	educ	crian	Com
1	13	7	13	2	28	4	1	1	4	3	0	0	1	6	1	0	4	4	0	2
2	9	5	25	5	1	0	4	1	6	1	0	0	6	0	2	0	4	6	0	0
3	1	1	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
4	17	12	12	4	4	4	9	10	7	0	1	0	9	1	9	11	6	30	14	4
5	8	8	5	3	4	5	2	0	4	1	1	0	3	0	1	1	4	3	1	1
6	2	3	0	0	0	0	0	2	1	1	0	0	1	0	2	0	1	1	0	0
7	11	20	9	7	0	5	5	8	5	4	3	1	0	0	2	0	1	0	0	0
8	4	7	4	4	3	2	3	1	9	1	0	0	1	0	3	0	1	0	0	0
9	4	7	7	4	3	2	6	0	3	1	0	1	3	0	8	1	4	2	2	0
10	8	7	5	3	5	2	15	0	2	1	1	1	6	5	14	1	7	4	3	0
11	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	8	9	4	2	5	4	2	5	6	1	2	0	3	3	3	0	3	4	0	2
13	4	6	1	0	9	1	0	0	2	1	0	0	3	1	1	1	6	6	5	4
14	17	9	9	1	9	11	8	0	4	0	0	0	6	15	6	5	4	8	2	2
15	24	15	21	18	15	6	13	8	15	2	3	0	20	1	5	6	7	30	1	4
16	13	9	22	16	13	9	9	0	6	2	0	0	6	0	2	1	6	18	6	1
17	18	8	24	22	16	4	14	0	15	7	0	4	11	3	22	0	5	9	0	0
18	6	9	1	1	2	9	3	1	5	0	0	1	10	1	2	1	8	1	0	1
19	13	11	69	21	19	21	19	2	11	2	0	0	2	4	1	1	1	0	0	1
20	14	9	35	33	8	13	14	5	8	7	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
21	10	9	10	10	25	4	0	0	6	6	0	1	22	1	5	1	8	12	0	5

Fonte: Elaboração própria, 2010

Tabela 4: Dados dos RA publicados por empresas do subsetor de Energia Elétrica

Obs	Variáveis Dependentes								Variáveis Independentes											
	npag	titulos	receita	Desp	Ebit	Lucro	custo	cap	lei	cvm	Ag.	CPC	amb	clien	resp	proj	colab	educ	cria	Com.
1	3	5	6	3	5	4	1	5	2	1	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0
2	2	4	2	0	0	1	0	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	21	12	12	10	5	3	8	4	4	1	13	0	19	21	16	14	10	12	0	7
4	9	5	8	3	2	2	4	14	2	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0
5	4	6	0	0	0	3	0	9	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	22	13	8	0	15	8	5	5	10	1	14	1	11	29	6	12	5	12	4	7
7	19	9	9	13	7	5	15	1	5	0	2	0	11	26	1	3	21	4	0	0
8	40	31	27	42	10	21	37	9	34	11	29	5	0	2	4	0	0	1	0	0
9	25	13	8	0	20	8	10	3	8	3	12	1	22	33	8	13	6	18	1	8
10	13	5	14	9	4	9	13	3	7	3	4	0	5	20	3	0	6	3	0	1
11	20	13	9	1	13	7	3	2	14	2	3	0	13	31	12	18	15	32	14	4
12	25	10	10	4	5	7	7	5	5	3	17	0	16	30	10	10	10	11	8	7
13	12	8	8	1	4	5	2	0	4	1	11	0	13	37	14	8	11	12	3	6
14	21	20	21	4	7	11	8	13	11	1	10	0	22	27	25	20	8	13	0	4
15	22	9	6	7	0	3	5	1	10	3	4	3	74	0	15	12	7	22	7	9
16	11	12	17	11	16	6	4	0	1	0	1	0	11	10	11	2	3	9	0	4
17	24	14	17	21	22	16	11	4	2	0	3	0	13	5	18	5	3	10	0	0
18	16	10	9	2	8	4	4	0	1	0	8	0	8	25	12	9	1	7	2	3
19	43	17	15	15	17	7	13	12	20	0	13	0	74	30	19	17	31	19	6	17
20	2	2	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
21	4	6	1	1	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0
22	5	9	2	0	9	6	0	3	1	1	3	0	4	2	1	0	2	1	0	1
23	26	6	13	7	9	12	14	2	1	1	7	0	24	23	12	11	7	9	0	4
24	14	8	10	3	4	5	5	0	4	1	16	0	12	37	16	8	10	12	3	5
25	21	14	16	8	9	6	8	27	2	0	6	0	12	2	11	5	8	7	1	0
26	7	8	6	2	2	4	5	9	1	1	3	0	4	1	5	4	1	2	0	1
27	1	2	0	0	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	25	15	36	12	14	10	4	10	6	4	7	0	15	11	6	5	3	7	0	2
29	3	4	0	0	3	0	0	10	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0

Fonte: Elaboração própria, 2010

4.2 ANÁLISE DAS COMPONENTES PRINCIPAIS

Tendo em vista que um dos objetivos centrais preestabelecidos por este estudo foi o de identificar as pressões ambientais possivelmente influenciadoras do isomorfismo contábil e estrutural dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas dos subsetores de Transporte e de Energia Elétrica, tornou-se necessário, primeiramente, a utilização de um método que pudesse sintetizar as várias características contábeis e estruturais observadas nos elementos da amostra de RA. Em outras palavras, a principal preocupação deste trabalho era tirar conclusões acerca dos fatores ambientais que impactavam a semelhança dos RA publicados por dois conjuntos de empresas, no que tange a múltiplas características desses textos — número de páginas, número de subtítulos, frequências de ocorrências das variáveis: receita, despesa, ebitda, lucro, custo e capital —, que assumem, no escopo deste trabalho, o papel de variáveis dependentes.

Desta maneira, com a intenção de reunir todas essas características numa única ou em poucas variáveis, utilizou-se Análises dos Componentes Principais (ACP). Assim sendo, cada uma das matrizes de dados que carregavam informação estrutural e contábil dos relatórios de Administração, publicados pelas empresas dos subsetores de Transporte e Energia Elétrica, no período de 2009, foram resumidas em duas variáveis, quais sejam: a Componente Principal que resumiu a maior quantidade de informação da matriz de dados do subsetor de Transporte e, de igual modo, a Componente Principal estimada com os dados do subsetor de Energia Elétrica.

Como salientado por Johnson e Wichern (1998, p. 458) a ACP é mais um meio do que um fim em si mesmo. No contexto do presente trabalho, o uso de tal técnica se reveste, realmente, dessa característica, uma vez que o objetivo de seu manuseio foi a estimação de variáveis não observáveis (componentes principais), que reunissem a maior parte da informação presente nas matrizes de dados observados. Os dois vetores de escores calculados com o auxílio das componentes principais estimadas serviram, como será visto, de variável dependente em análises de regressão múltiplas — apresentadas e analisadas adiante.

4.2.1 Estimação e análise da Componente Principal da matriz E_{ec}

Nesta fase da pesquisa, o objetivo foi construir uma variável que, não sendo passível de observação direta, resumisse o conjunto de oito variáveis presentes nos relatórios de Administração publicados pelas empresas do setor de Energia Elétrica. Essa nova variável, por sua vez, serviu de insumo para análise de regressão múltipla discutida à frente.

Duas Componentes Principais foram estimadas por meio da matriz de correlações estimada R_{Eec} , do vetor aleatório E_{ec} , denotadas como se segue:

$$\begin{aligned}\widehat{Y}E_1 &= \widehat{e}_{11} Z_{npag} + \widehat{e}_{12} Z_{tit} + \widehat{e}_{13} Z_{rec} + \widehat{e}_{14} Z_{des} + \widehat{e}_{15} Z_{Ebit} + \widehat{e}_{16} Z_{luc} + \widehat{e}_{17} Z_{cust} + \widehat{e}_{18} Z_{cap} \\ \widehat{Y}E_2 &= \widehat{e}_{21} Z_{npag} + \widehat{e}_{22} Z_{tit} + \widehat{e}_{23} Z_{rec} + \widehat{e}_{24} Z_{des} + \widehat{e}_{25} Z_{Ebit} + \widehat{e}_{26} Z_{luc} + \widehat{e}_{27} Z_{cust} + \widehat{e}_{28} Z_{cap}\end{aligned}$$

Onde:

$\widehat{Y}E_1$ = é a primeira Componente Principal estimada;

$\widehat{Y}E_2$ = é a segunda Componente Principal estimada e;

\widehat{e}_{jp} = medem a importância de cada uma das p variáveis Z na formação da componente principal, representam o j -ésimo elemento do p -ésimo autovetor normalizado da matriz de correlação estimada $R_{p \times p}$.

A estimação das referidas componentes principais da matriz de covariâncias do vetor aleatório E_{Eec} foi realizada com o apoio do *software* SPSS, versão 15, licenciado pela Universidade Federal da Bahia.

A Tabela 5, apresentada a seguir, expõe os pesos ou cargas estimadas com que cada uma das variáveis participa nas duas primeiras componentes principais. Servem para avaliar suas respectivas contribuições na explicação de grande parte da estrutura de variação total do vetor aleatório E_{ec} (JOHNSON; WICHERN, 1998; MINGOT, 2005; MAROCO, 2007).

Tabela 5: Pesos das variáveis nas duas primeiras componentes principais – subsetor Energia Elétrica

	\hat{Y}_{E_i}	
	1	2
Npag	0,975	-0,102
Títulos	1,027	0,158
Receita	0,893	0,436
Despesa	1,001	-0,079
Ebtida	0,688	-0,498
Lucro	1,018	-0,281
Custos	0,930	-0,173
Capital	0,271	1,539

Fonte: Elaboração própria, 2010

Como descrito acima, com exceção da variável capital, todas as demais exercem forte influência na variação explicada pela primeira componente principal. A variável capital é mais importante na formação da segunda componente principal. O gráfico apresentado, a seguir, permite uma confirmação visual de tal tendência:

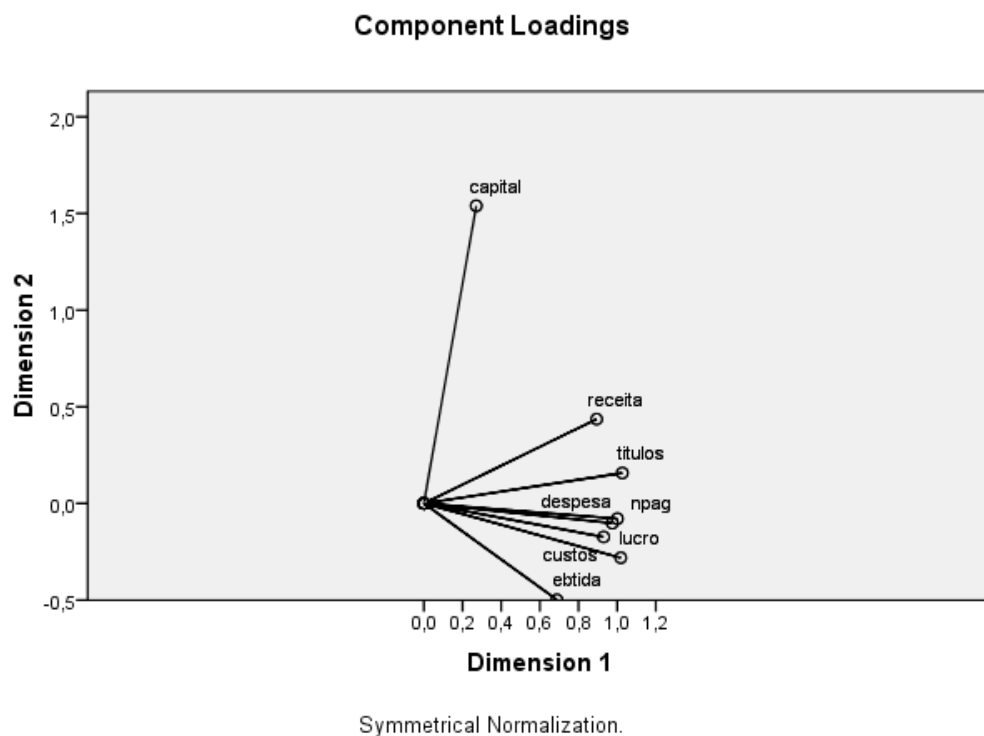


Figura 1: Gráfico das cargas das variáveis na formação das Componentes Principais /subsetor Energia Elétrica
Fonte: Elaboração própria, 2010

Considerados os pesos apresentados anteriormente, a primeira componente principal estimada da matriz de correlação estimada R_{Eec} do vetor aleatório amostral E_{ec} assumiu a seguinte forma:

$$\widehat{Y}E_1 = 0,975(Z_{npag}) + 1,027(Z_{tit}) + 0,893(Z_{rec}) + 1,001(Z_{des}) + 0,688(Z_{Ebit}) + 1,018(Z_{luc}) + 0,930(Z_{cust}) + 0,271(Z_{cap})$$

A Tabela 6 a seguir apresenta algumas informações pertinentes, que possibilitam interpretar a magnitude da importância da $\widehat{Y}E_1$ na explicação da variação total dos dados em análise, quais sejam: os que carregam características estruturais e contábeis dos relatórios de administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica no ano de 2009.

Tabela 6: Análise Componentes Principais da Matriz de dados do subsetor de Energia Elétrica

CPs	Alfa de Cronbach	Variância Explicada	
		Autovalores	Proporção da Variância Total
1	0,909	4,88	61,06
2	0,098	1,09	13,67
Total	0,952	5,98	74,74

Fonte: Elaboração própria, 2010

A última coluna da tabela demonstra que a primeira componente principal, $\widehat{Y}E_1$, explica 61,06% da variação total da matriz de dados E_{ec} . Segundo Hair e outros (2005, p. 120), em ciências sociais, costuma-se aceitar como válidas proporções da variância total explicada maiores, ou até menores, que 60%. A primeira linha terceira coluna apresenta a variância da primeira componente principal, que é dada pelo autovalor (raiz característica) de maior valor da matriz correlação estimada R_{Eec} . Ela demonstra o percentual da variação total explicada pela dimensão.

O valor da razão Alfa de Cronbach referente à primeira componente principal — apresentado na segunda coluna, 0,909 — é considerado (HAIR *et al.*, 2005) como alto, revelando, com isso, a fidedignidade dessa dimensão (componente principal) na representação da variação total dos dados.

Em função do acima exposto, entendeu-se que primeira componente principal poderia ser considerada como um índice representador das características estruturais e contábeis dos Relatórios de Administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica. Assim sendo, procedeu-se então o cálculo dos escores dos relatórios mostrados na primeira componente principal. Esses escores funcionaram como insumo para teste de regressão múltipla, entrando no modelo como observações da variável dependente, que resumem a variação das

características estruturais e contábeis dos relatórios de administração das empresas do sub-setor de Energia Elétrica. A Tabela 7, disposta a seguir, apresenta seus valores:

Tabela 7: Escores amostrais estimados através da primeira CP – subsetor Energia Elétrica

<u>Elemento da amostra</u>	<u>Escore 1ª Componente</u>
1	-0,791
2	-1,008
3	0,021
4	-0,662
5	-0,706
6	0,145
7	0,154
8	3,185
9	0,384
10	0,043
11	-0,010
12	0,007
13	-0,553
14	0,722
15	-0,334
16	0,232
17	1,325
18	-0,315
19	1,196
20	-0,894
21	-0,893
22	-0,562
23	0,427
24	-0,381
25	0,497
26	-0,608
27	-0,909
28	1,076
29	-0,788

Fonte: Elaboração própria, 2010

4.2.2 Estimação e análise da Componente Principal da matriz T_{ec}

Semelhantemente ao apresentado na subseção anterior, procedeu-se uma Análise dos Componentes Principais com a intenção de agrupar a informação contida no vetor T_{ec} , para que, em uma fase subsequente, fosse possível utilizar essa nova variável, não diretamente observável, em testes de hipótese que permitissem avaliar as predições teóricas estabelecidas pela Teoria Institucional — principal objetivo deste estudo.

Ressalta-se que, como explicado no segundo capítulo, que apresentou a metodologia da pesquisa, a matriz T_{ec} , utilizada no processo de estimação da componente principal descrita nesta seção, continha observações das mesmas variáveis estruturais e contábeis extraídas dos relatórios de Administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica. Isso ocorreu para que fosse possível realizar análises comparando o comportamento dos dados dos dois setores, também apresentadas adiante.

Utilizando os mesmos recursos computacionais e seguindo os critérios utilizados na ACP da matriz de dados do subsetor de Energia Elétrica, foram então estimadas por meio da matriz de correlações amostral R_{Tec} , do vetor T_{ec} , as componente principais, denotadas da seguinte maneira:

$$\widehat{YT}_1 = \widehat{e}_{11} Z_{npag} + \widehat{e}_{12} Z_{tit} + \widehat{e}_{13} Z_{rec} + \widehat{e}_{14} Z_{des} + \widehat{e}_{15} Z_{Ebit} + \widehat{e}_{16} Z_{luc} + \widehat{e}_{17} Z_{cust} + \widehat{e}_{18} Z_{cap}$$

$$\widehat{YT}_2 = \widehat{e}_{21} Z_{npag} + \widehat{e}_{22} Z_{tit} + \widehat{e}_{23} Z_{rec} + \widehat{e}_{24} Z_{des} + \widehat{e}_{25} Z_{Ebit} + \widehat{e}_{26} Z_{luc} + \widehat{e}_{27} Z_{cust} + \widehat{e}_{28} Z_{cap}$$

Onde:

\widehat{YT}_1 = é a primeira Componente Principal estimada;

\widehat{YT}_2 = é a segunda Componente Principal estimada e;

\widehat{e}_{jp} = medem a importância de cada uma das p variáveis Z na formação da componente principal, representam o j -ésimo elemento do p -ésimo auto-vetor normalizado da matriz de correlação estimada R_{Tec} .

Seguindo a ordem de apresentação dos dados e análise da subseção passada, a tabela, a seguir, expõe os pesos e as cargas estimadas com que cada uma das variáveis participa nas duas primeiras componentes principais. Tais informações servem para avaliar as contribuições de cada uma das variáveis na explicação da maior parte da estrutura de variação total do vetor aleatório T_{ec} sob análise (JOHNSON; WICHERN, 1998; MINGOT, 2005; MAROCO, 2007).

Tabela 8: Pesos das variáveis nas duas primeiras componentes principais – subsetor Transporte

	$\hat{Y}T_i$	
	1	2
Npag	0,884	0,670
Títulos	0,690	1,032
Receita	1,052	-0,442
Despesa	0,980	-0,157
Ebtida	0,800	-0,171
Lucro	0,874	-0,668
Custos	0,988	-0,464
Capital	0,408	1,206

Fonte: Elaboração própria, 2010

Percebe-se que, coerentemente com o observado na formação da componente principal resumidora dos dados do subsetor de Energia Elétrica, com exceção da variável capital, todas as demais exercem forte influência na variação explicada pela primeira componente principal. Nesse caso, a influência da variável capital na primeira componente principal é consideravelmente maior. Observa-se também que a variável capital, seguida das variáveis estruturais, número de títulos e de páginas, tem um grande impacto na formação da segunda componente principal.

A Figura 2, disposta a seguir, permite uma avaliação visual da influência das variáveis formadoras do vetor de variáveis sob análise, T_{ec} , na formação das duas primeiras componentes principais estimadas.

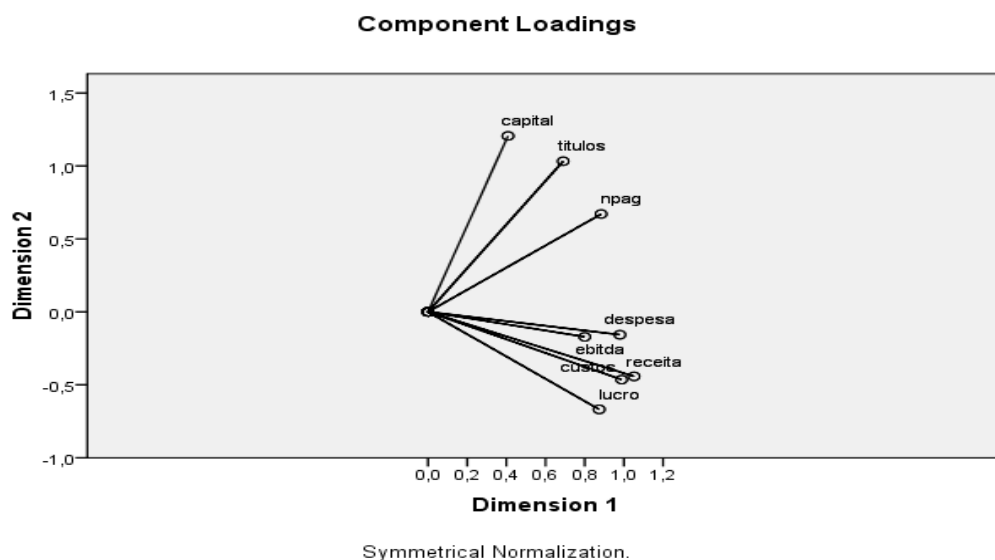


Figura 2: Gráfico das cargas das variáveis na formação das Componentes Principais /subsetor de Transporte
Fonte: Elaboração própria, 2010

Dadas as informações supradescritas, a primeira componente principal estimada da matriz de correlação estimada R_{Tec} do vetor amostral T_{ec} assumiu a seguinte forma:

$$\hat{Y}T_1 = 0,884(Z_{mpag}) + 0,690(Z_{iii}) + 1,052(Z_{rec}) + 0,980(Z_{des}) + 0,800(Z_{Ebit}) + 0,874(Z_{luc}) + 0,988(Z_{cust}) + 0,408(Z_{cap})$$

Como recomendado por Johson e Wichern (1998); Mingot (2005) e Maroco (2007), tal variante foi interpretada levando em consideração em que medida $\hat{Y}T_1$ explicava a variação da matriz de variáveis observadas, T_{ec} , que transportava observações sobre as características estruturais e contábeis dos relatórios de administração publicados pelas empresas do subsetor de Transporte no ano de 2009.

Tabela 9: Análise Componentes Principais da Matriz de dados do subsetor de Transporte

CPs	Alfa de Cronbach	Variância Explicada	
		Autovalores	Proporção da Variância Total
1	0,878	4,308	53,84
2	0,535	1,881	23,52
Total	0,958	6,189	77,36

Fonte: Elaboração própria, 2010

A última coluna da tabela acima demonstra que a primeira componente principal, $\hat{Y}T_1$, explica 53,84% da variação total da matriz de dados T_{ec} , como exposto por Hair e outros, (2009) essa magnitude de proporção explicada da variância total do fenômeno em foco é aceitável em Ciências Sociais. Como se percebe, ela resume mais da metade da informação contida no vetor sob estudo. Entretanto, percebe-se que uma significativa parte da variação total, 23,52%, é explicada pela segunda componente principal.

A terceira coluna da tabela acima é composta pelos valores das variâncias das duas primeiras componentes principais, que são dadas pelos autovalores (raízes características) de maiores valores da matriz correlação estimada R_{Eec} . Considerando que a variação total do vetor de componentes principais estimado da matriz de correlação é 8, percebe-se que a primeira componente principal engloba grande parte dessa variância, mais especificamente, 4,30.

O valor do Alfa de Cronbach, calculado para a primeira componente principal estimada, apresentado na segunda coluna é de 0,878. Também neste caso, é considerado (HAIR *et al.*, 2005) um bom resultado, revelando, desta maneira, a fidedignidade dessa dimensão na representação da variação total dos dados aqui focalizados.

Assim sendo, avaliou-se que primeira componente principal estimada por meio da matriz de correlação R_{Tec} do vetor T_{ec} poderia ser considerada como um índice representante das características estruturais e contábeis dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas do subsetor de Transporte. Entretanto, reconhece-se que, nesse caso, tal suposto é fragilizado pela menor proporção da variância total explicada pela componente $\hat{Y}T_1$.

Desta maneira, foram calculados, com o auxílio da primeira componente principal $\hat{Y}T_1$, escores relativos aos elementos da amostra de RA publicados pelas entidades do subsetor de Transporte. Semelhantemente ao ocorrido na análise dos dados colhidos dos RA divulgados pelas entidades que operam no subsetor de Energia Elétrica, tais escores foram utilizados em teste de regressão múltipla, operando como observações da variável dependente, extrato das características estruturais e contábeis dos respectivos relatórios. A Tabela 10, a seguir, apresenta seus valores:

Tabela 10: Escores amostrais estimados através da primeira CP – subsetor de Transporte

Elemento da amostra	Score 1ª Componente
1	-0,103
2	-0,369
3	-0,905
4	0,213
5	-0,548
6	-0,865
7	0,195
8	-0,747
9	-0,663
10	-0,231
11	-0,905
12	-0,388
13	-0,585
14	0,109
15	1,322
16	0,532
17	0,783
18	-0,620
19	2,547
20	1,192
21	0,036

Fonte: Elaboração própria, 2010

4.3 ANÁLISE FATORIAL E AS *PROXIES* DE PRESSÕES COERCITIVAS

Levando em conta que o objetivo principal desta pesquisa foi o de identificar a natureza de pressões institucionais que levariam ao isomorfismo estrutural e contábil dos relatórios de Administração, publicados pelas empresas dos subsetores de Transporte e Energia Elétrica, foram coletadas, nos RA amostrados, variáveis que, por suposto, representavam a exposição das organizações estudadas a certas pressões institucionais, vigentes em seu meio.

Apoiando em conhecimentos e aplicações da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009; SONPAR; GOLDEN-BIDDLE, 2008; DURIAU; REGER; PFARRER, 2007), este trabalho pressupôs que a frequência com que certos temas se faziam presentes nos relatórios de administração observados poderia ser considerada como uma medida da sujeição organizacional a determinadas pressões coercitivas, presentes no contexto no qual as respectivas organizações operavam.

Desta maneira, como descrito inicialmente, foram agrupados e contados, nos dois grupos de textos, elementos lexicais que, empregados em contextos semelhantes, significassem uma resposta organizacional a determinadas demandas regulamentares e sociais. Os critérios utilizados para a seleção de tais termos, bem como a descrição dos termos em que foram agrupados, encontram-se descritos no tópico referente aos procedimentos metodológicos manuseados. Para relembrar o número de variáveis observadas e a denominação atribuída a cada uma delas, dispõe-se do Quadro 5:

Variáveis Independentes - Pressões Institucionais	
Número	Denominação
1	Lei
2	CVM
3	Agências Reguladoras (ANTT, ANELL, etc.)
4	CPC
5	Ambiente
6	Clientes
7	Responsabilidade
8	Projetos
9	Colaboradores
10	Educação
11	Crianças
12	Comunidade

Quadro 5: Resumo das *proxies* das variáveis independentes
 Fonte: Elaboração própria, 2010

Mediante o número de variáveis observadas que, hipoteticamente, representavam a magnitude com que empresas investigadas se deparavam com pressões coercitivas de seu meio — e tendo em vista delineamentos teóricos estabelecidos de que tais pressões se originam de influências políticas e de problemas de legitimidade, formal ou informalmente estatuídos em um determinado ambiente (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 150) —, julgou-se importante analisar a estrutura de correlações dessas variáveis, visando identificar inter-relações subjacentes que, consoantes a delineamentos da Teoria Institucional, pudessem ser utilizadas em posteriores testes de hipótese. Para este fim, foram manejadas Análises Fatoriais nas matrizes de dados que guardavam as observações das variáveis independentes.

Seguindo sugestão de Hair e outros (2009, p. 107), ao aplicar tal método, este trabalho buscou sumarizar variáveis representantes da exposição organizacional a pressões vigentes em seu ambiente em dimensões e fatores, derivadas da estrutura subjacente dos dados. De maneira que, depois desses fatores serem interpretados, entendidos e validados, fosse possível considerá-los como codificadores de toda a informação analisada num pequeno número de conceitos que, obviamente, encontrassem lastro teórico.

Os fatores resultantes desse processo foram utilizados na estimação de escores fatoriais — variáveis não diretamente observáveis — para os elementos das amostras. Essas novas variáveis, resumidoras da exposição organizacional a determinadas pressões institucionais, foram efetivamente testadas. Ou seja, verificou-se se elas apresentavam alguma capacidade de explicar o isomorfismo dos RA observados, como faz crer o pensamento neoinstitucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1977; ZUCKER, 1977; SCOTT, 1987; SOCTT, 1991).

As próximas partes deste texto pormenorizam as fases de aplicação da técnica de Análise Fatorial em cada uma das matrizes de dados amostrais, que carregavam observações das variáveis captadoras da exposição organizacional a pressões institucionais. Adicionalmente, elas descrevem os procedimentos de validação dos fatores (dimensões) estimados e extraídos, bem como as suas respectivas interpretações teóricas.

4.3.1 Construindo e Interpretando fatores que representaram a estrutura de variação da matriz de dados E_{pc}

O objetivo dessa subseção é descrever os passos realizados durante o processo de sumarização das variáveis que buscaram captar a exposição das empresas do subsetor de Energia Elétrica a pressões coercitivas, presentes em seu ambiente. Além disso, ela interpretará teoricamente e validará estatisticamente os resultados desse processo.

Recorrendo ao *software* SPSS versão 15, procedeu-se uma análise fatorial, utilizando o método das Componentes Principais para extrair os fatores. Estabeleceu-se como ponto de corte para a seleção de dimensões e fatores, o critério das raízes características, autovalores, da matriz de correlação estimada R_{Epc} , que ultrapasse uma unidade. Este critério é amplamente descrito e aceito pela literatura de referência (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2005; MINGOT, 2005; MAROCO, 2007)

Frisa-se que a primeira fase de aplicação do método assumiu uma conotação exploratória. O principal intuito foi de conhecer a possível e suposta relação de correlações subjacentes à matriz de dados focalizada, buscando, principalmente, averiguar sua respectiva fundamentação teórica.

Aplicando tais critérios, foram extraídas por meio da matriz de correlações R_{Epc} duas componentes, fatores. A tabela, a seguir, apresenta a proporção da variação explicada por cada uma das variáveis e a proporção da variação total explicada pelas duas primeiras dimensões, fatores, que apresentaram autovalores > 1 .

Tabela 11: Análise Fatorial exploratória dos dados das variáveis independentes- subsetor de Energia Elétrica

Componente	Autovalores Iniciais			Variação explicada pelas dimensões		
	Total	% Variância	% Acumulado	Total	% Variância	Acumulado
1	5,912	49,267	49,267	5,912	49,267	49,267
2	2,879	23,992	73,260	2,879	23,992	73,260
3	0,936	7,798	81,058			
4	0,760	6,332	87,389			
5	0,624	5,200	92,589			
6	0,315	2,624	95,214			
7	0,173	1,442	96,656			
8	0,152	1,263	97,919			
9	0,121	1,007	98,926			

Continua

Conclusão						
Componente	Autovalores Iniciais			Variação explicada pelas dimensões		
	Total	%Variância	% Acumulado	Total	%Variância	% Acumulado
10	0,073	0,609	99,535			
11	0,045	0,372	99,906			
12	0,011	0,094	100,000			

Fonte: Elaboração própria, 2010

A Tabela 12, disposta a seguir, põe em relevo as cargas, pesos, originais e derivados do processo rotacional, com que cada uma das variáveis se mostrou intrinsecamente relacionada com os fatores extraídos, conforme procedimento acima descrito. Tal informação foi importante para que se observasse a consistência teórica dos dados explorados.

Tabela 12: Análises das correlações entre as variáveis e os fatores extraídos – subsetor de Energia Elétrica

	Pesos Originais		Pesos – Rotação	
	Componentes		Componentes	
	1	2	1	2
Lei	0,538	0,753	0,302	0,875
CVM	0,095	0,947	-0,177	0,935
ANEEL	0,583	0,605	0,388	0,745
CPC	0,203	0,902	-0,061	0,923
Ambiente	0,779	-0,083	0,770	0,141
Clientes	0,744	-0,213	0,773	0,006
Responsabilidade	0,786	-0,188	0,807	0,042
Projetos	0,895	-0,200	0,916	0,061
Colaboradores	0,766	-0,258	0,807	-0,030
Educação	0,893	-0,149	0,899	0,110
Criança	0,703	-0,068	0,694	0,134
Comunidade	0,881	-0,116	0,878	0,138

Fonte: Elaboração própria, 2010

Como percebido, observando os valores destacados dos pesos originais — corroborados pelos seus respectivos pesos derivados do processo rotacional —, a primeira dimensão, fator, é principalmente formada pelas variáveis: ambiente, clientes, responsabilidade, projetos, colaboradores, educação, criança e comunidade. De igual maneira, a segunda dimensão é primordialmente, constituída e influenciada pelas variáveis: Lei, CVM, ANELL e CPC.

A importância dessa descoberta deriva de sua possível e coerente interpretação teórica. Como facilmente perceptível, pôde-se entender que o primeiro fator representava e resumia a exposição organizacional a “Pressões Coercitivas derivadas de fontes informais” (DIMAGGIO; POWELL, 1983), tratado doravante pela sigla PCI_E, cujo subscrito denota o subsetor, aqui

estudado, ou seja, o de Energia Elétrica. Como visto, o primeiro fator está mais fortemente relacionado com variáveis captadoras de um cuidado organizacional com a sociedade. Uma espécie de atenção voluntariosa. Nesses casos, não há uma exigência legal ou regulamentar (formal) determinadora de tal comportamento. A sociedade exige e pressiona informalmente, não por meio de um instituto legal ou pela ação de agências reguladoras. Pode ser interpretada como uma forma utilizada pelas organizações para se legitimarem como empresas que “cuidam” da sociedade, como ela requer e merece, independentemente de lei ou regulamento que as obriguem a fazê-lo.

Já o segundo fator sumarizaria a exposição organizacional a “Pressões coercitivas formais”-PCF_E, válida a mesma observação para o subscrito. Nesse caso, a interpretação coerente com a Teoria Institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983) é a de que tal variante captaria a necessidade organizacional de se mostrar como uma empresa respeita as instituições legais, normativas e fiscalizadoras, respectivamente, vigentes e presentes no ambiente em que ela opera. Sua magnitude poderia ser entendida como uma medida do sentimento organizacional sobre importância e essencialidade desse comportamento na obtenção de legitimidade organizacional.

Teoricamente compreendidas as duas dimensões extraídas pela análise fatorial exploratória, necessário se fez verificar suas propriedades estatísticas, visando garantir sua confiabilidade para subsequente uso em análise de regressão múltipla. Então, nessa outra etapa, o estudo se preocupou em verificar a unidimensionalidade, confiabilidade e consistência de cada um dos dois fatores acima analisados. Tais características são consideradas por Hair e outros (2005) como indispensáveis quando a finalidade da AF é a redução de dados para outras aplicações estatísticas.

4.3.1.1 Validando os fatores PCI_E e PCF_E

Para testar a unidimensionalidade dos dois fatores PCI_E e PCF_E foi utilizada uma análise fatorial exploratória, extração pelo método das Componentes Principais. Esse procedimento, já previamente descrito, foi validado por meio do Índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e pelo teste de esfericidade de Bartlett. A Tabela 13, à frente disposta, demonstra os dois fatores PCI_E e PCF_E são unidimensionais, ou seja, indica que as variáveis que os compõem são efetivamente resumidas em apenas uma dimensão (HAIR *et al.*, 2005).

Tabela 13: Análise Fatorial exploratória – teste de unidimensionalidade dos fatores PCI_E e PCF_E

FATOR	Comp.	Autovalores Iniciais			Variação explicada pelas dimensões		
		Total	%Variância	% Acumulado	Total	% Variância	% Acumulado
PCI _E	1	5,449	68,114	68,114	5,449	68,114	68,114
	2	0,746	9,322	77,436			
	3	0,695	8,682	86,118			
	4	0,588	7,344	93,462			
	5	0,266	3,319	96,781			
	6	0,123	1,534	98,315			
	7	0,087	1,087	99,401			
	8	0,048	0,599	100,000			
PCF _E	1	3,095	77,379	77,379	3,095	77,379	77,379
	2	0,488	12,199	89,578			
	3	0,239	5,974	95,552			
	4	0,178	4,448	100,000			

Fonte: Elaboração própria, 2010

Os índices KMO calculados para os fatores PCI_E e PCF_E foram, respectivamente, 0,753 e 0,801, considerados por HAIR e outros (2005) como satisfatórios. Eles medem o grau com que as variáveis dos fatores sob análise estão intercorrelacionadas. Corroboram a aplicabilidade do presente teste, pesando fortemente em favor de sua validade. Os testes de esfericidade de Bartlett, semelhantemente, mostram-se estatisticamente significantes (sig.<0.000) para os dois fatores, corroborando a existência de correlações entre as variáveis. A Tabela 14, apresentada a seguir, expõe tais resultados.

Tabela 14: Resultado dos testes KMO e Bartlett – PCI_E e PCF_E

FATOR			
PCI _E	Medida de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,753
	Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Square	205,795
		DF	28,000
		Sig.	0,000
PCF _E	Medida de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,801
	Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Square	70,927
		DF	6,000
		Sig.	0,000

Fonte: Elaboração própria, 2010

A confiabilidade dos fatores PCI_E e PCF_E foi analisada via Alfa de Cronbach. Os respectivos valores calculados foram 0,861 e 0,747. Tais magnitudes dessa estatística são entendidas como altas (HAIR *et al.*, 2005) e depõem fortemente a favor da confiabilidade dos fatores.

Tabela 15: Resultados do teste do Alfa de Cronbach – PCI_E e PCF_E

FATOR	Alfa de Cronbach
PCI_E	0,861
PCF_E	0,747

Fonte: Elaboração própria, 2010

Por fim, testando agora a validade de convergência dos fatores PCI_E e PCF_E, procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação Rô de Spearman. As Tabelas 16 e 17, expostas a seguir, apresentam tais coeficientes e suas respectivas significâncias estatísticas. Com exceção da correlação entre a variável ANELL e CVM que integram o fator PCF_E, todas as demais são tidas como correlacionadas com significância estatística (<0,05) — o que vai ao encontro da validade de convergência dos fatores por hora testados.

Tabela 16: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCI_E

		Amb.	Client.	Respons. projetos	Colab.	Educ.	Crian.	Comum		
Rô de Spearman	Amb.	Coeficiente de correlação	1,000	,679**	,857**	,874**	,798**	,907**	,528**	,808**
		Sig. (2-tailed)	.	,000	,000	,000	,000	,000	,003	,000
Client.	Client.	Coeficiente de correlação	,679**	1,000	,684**	,710**	,769**	,781**	,583**	,696**
		Sig. (2-tailed)	,000	.	,000	,000	,000	,000	,001	,000
Respons. projetos	Respons. projetos	Coeficiente de correlação	,857**	,684**	1,000	,824**	,723**	,884**	,513**	,714**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	.	,000	,000	,000	,004	,000
Colab.	Colab.	Coeficiente de correlação	,874**	,710**	,824**	1,000	,731**	,911**	,643**	,799**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	.	,000	,000	,000	,000
Educ.	Educ.	Coeficiente de correlação	,798**	,769**	,723**	,731**	1,000	,802**	,581**	,664**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	.	,000	,001	,000
Crian.	Crian.	Coeficiente de correlação	,907**	,781**	,884**	,911**	,802**	1,000	,704**	,860**
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	.	,000	,000
Comun.	Crian.	Coeficiente de correlação	,528**	,583**	,513**	,643**	,581**	,704**	1,000	,679**
		Sig. (2-tailed)	,003	,001	,004	,000	,001	,000	.	,000
Comun.	Comun.	Coeficiente de correlação	,808**	,696**	,714**	,799**	,664**	,860**	,679**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	.

** Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,01

Fonte: Elaboração própria, 2010

Tabela 17: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCF_E

			lei	cvm	aneel	cpc
Rô de Spearman	Lei	Coefficiente de correlação	1,000	,537**	,568**	,503**
		Sig. (2-tailed)	.	,003	,001	,005
	CVM	Coefficiente de correlação	,537**	1,000	,266	,446*
		Sig. (2-tailed)	,003	.	,163	,015
	Aneel	Coefficiente de correlação	,568**	,266	1,000	,404*
		Sig. (2-tailed)	,001	,163	.	,030
	CPC	Coefficiente de correlação	,503**	,446*	,404*	1,000
		Sig. (2-tailed)	,005	,015	,030	.

** . Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,01

* . Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,05

Fonte: Elaboração própria, 2010

Mediante os resultados mencionados, aceitou-se como válidos os fatores PCI_E e PCF_E extraídos da matriz de correlação estimada R_{Epc} da matriz de dados amostrais E_{pc} . Subsequentemente, tais conceitos e fatores serviram para a estimação dos escores fatoriais amostrais. Processo realizado por meio do método de Bartlett — Mínimos Quadrados Ponderados, com o auxílio do software SPSS versão 15. Os valores dos escores estimados para os elementos da amostra entraram como observações das variáveis, independentemente se representavam a exposição organizacional a pressões coercitivas informais (PCI_E) e formais (PCF_E) em análises de regressão múltipla, construída especificamente para verificar até que ponto tais variáveis influenciavam o isomorfismo dos RA publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica.

4.3.2 Construindo e Interpretando fatores que representaram a estrutura de variação da matriz de dados T_{pc}

Neste tópico serão descritos os passos dados ao longo do caminho de sumarização das variáveis que intentaram medir a exposição das empresas do subsetor de Transporte a pressões institucionais vigentes em seu meio. Adicionalmente, da mesma maneira que feito na subseção anterior, será também posta em evidência a interpretação teórica e validação estatística realizada durante esse processo.

Como procedido na análise dos dados da matriz E_{pc} , que continham as observações das variáveis que, hipoteticamente, capturaram a exposição das empresas do subsetor de Energia Elétrica a pressões coercitivas, recorreu-se ao *software* SPSS versão 15, para realização de uma

análise fatorial exploratória da matriz de dados T_{pc} . De igual modo, foi utilizado o método das Componentes Principais para a extração dos fatores de interesse, ou seja, daqueles cujas respectivas raízes características, autovalores, da matriz de correlação estimada R_{Tpc} ultrapassassem uma unidade (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2005; MINGOT, 2005; MAROCO, 2007).

Esta primeira fase de aplicação da análise fatorial teve como objetivo principal conhecer, exploratoriamente, a estrutura de correlação subjacente da matriz R_{Tpc} . Seguindo os critérios acima descritos, extraiu-se, por meio da matriz de correlações R_{Tpc} , quatro fatores. A Tabela 18 apresenta a proporção da variação explicada por cada uma das variáveis e a proporção da variação total explicada pelas quatro primeiras dimensões, fatores que apresentaram autovalores > 1 e, portanto, foram extraídos.

Tabela 18: Análise Fatorial exploratória dos dados das variáveis independentes- subsetor de Energia Elétrica

Componente	Autovalores Iniciais			Soma dos quadrados dos pesos extraídos		
	Total	% Variância	% Acumulado	Total	% Variância	% Acumulado
1	4,282	35,686	35,686	4,282	35,686	35,686
2	2,710	22,581	58,267	2,710	22,581	58,267
3	1,345	11,209	69,476	1,345	11,209	69,476
4	1,042	8,685	78,161	1,042	8,685	78,161
5	0,952	7,934	86,096			
6	0,706	5,882	91,977			
7	0,471	3,924	95,901			
8	0,185	1,538	97,439			
9	0,149	1,238	98,677			
10	0,100	0,836	99,513			
11	0,039	0,329	99,842			
12	0,019	0,158	100,000			

Fonte: Elaboração própria, 2010

A Tabela 19 dispõe as cargas, pesos, originais e derivados do processo rotacional, com que cada uma das variáveis se mostrou intrinsecamente relacionada com os fatores extraídos, conforme procedimento acima descrito. Tal informação foi importante para que se observasse a consistência teórica dos dados explorados:

Tabela 19: Análise das correlações entre as variáveis e os fatores extraídos – subsetor de Transporte

	Pesos Originais				Pesos – Rotação			
	Componentes				Componentes			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Lei	0,477	0,551	-,331	0,185	0,294	0,614	0,061	0,456
CVM	0,030	0,799	-,252	-0,091	0,130	0,644	-0,464	0,254
ANTT	0,336	-0,048	-0,575	0,327	0,123	0,035	0,269	0,682
CPC	0,129	0,914	0,224	0,136	-0,009	0,935	-0,189	-0,096
Ambiente	0,814	0,276	-0,135	-0,397	0,890	0,326	0,077	0,098
Clientes	0,162	-0,043	0,633	-0,156	0,130	0,084	0,187	-0,628
Responsabilidade	0,467	0,623	0,466	0,311	0,092	0,869	0,313	-0,242
Projetos	0,799	-0,395	0,098	0,304	0,382	-0,021	0,863	0,077
Colaboradores	0,766	0,056	0,196	-0,390	0,799	0,184	0,240	-0,227
Educação	0,921	-0,154	-0,150	0,135	0,622	0,128	0,657	0,278
Criança	0,609	-0,456	0,244	0,394	0,160	-0,073	0,872	-0,054
Comunidade	0,757	-0,270	-0,158	-0,421	0,858	-0,189	0,267	0,073

Fonte: Elaboração própria, 2010

Como se percebe na Tabela 19, acima apresentada, a interpretação teórica dos fatores extraídos, exploratoriamente, através da análise fatorial da matriz R_{Tpc} necessitou de um maior nível de abstração em relação ao empregado na mesma análise, feita na seção anterior, da matriz R_{Epc} , referente a matriz de dados E_{pc} que continham observações das variáveis captadoras da exposição das empresas do subsetor de Energia Elétrica a pressões coercitivas.

De imediato, o número de fatores extraídos, neste caso, foi quatro. Isso denuncia uma diferença na estrutura de correlação estimada desta matriz, R_{Tpc} , em relação à R_{Epc} . Na análise realizada por meio dos dados colhidos dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas do setor de Energia Elétrica, a correlação das variáveis com os dois fatores extraídos é facilmente perceptível, observando a magnitude dos pesos originais e cargas com que cada variável se relacionava com os respectivos fatores. No presente caso, entretanto, a observação dos pesos originais não permite uma clara interpretação dos fatores extraídos da matriz de correlação estimada R_{Tpc} . Adicionalmente, observou-se também que, diferentemente do ocorrido na AF exploratória aplicada aos dados do subsetor de Energia Elétrica, as dimensões não podem ser apenas divididas em dois fatores que representam Pressões coercitivas formais — PCF e Pressões coercitivas informações — PCI.

Vale destacar que a latente diferença entre a estrutura de correlação subjacente às matrizes de correlações estimadas R_{Epc} e R_{Tpc} põe em relevo algumas evidências acerca de peculiaridades dos ambientes institucionais (DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1991) vigentes nos

subsetores aqui estudados. Fato que será parcialmente explorado na subseção 4.4, encarregada de apresentar as análises de regressão

A partir de então, procurar-se-á descrever a interpretação prática e teórica oferecida às dimensões extraídas pela AF exploratória dos dados da matriz R_{Tpc} . Para reduzir as ambiguidades visíveis na análise das cargas das variáveis originais, recorreu-se à análise dos pesos produzidos pelo processo rotacional Varimax, expostos nas colunas mais à direita da Tabela 19, exposta anteriormente; o que permitiu uma melhor interpretação das relações de correlação entre as variáveis e as dimensões extraídas.

As quatro dimensões extraídas da Análise Fatorial exploratória foram passíveis de receber interpretação teórica um pouco semelhante à oferecida aos fatores extraídos e testados dos dados do subsetor de Energia Elétrica. De início, observou-se a existência de dimensões que representavam a exposição organizacional a Pressões Coercitivas Informais e Formais. Como se percebe nos três primeiros fatores (observe os pesos derivados do processo de rotação). Porém, foi importante se atentar para algumas distinções que precisaram ser devidamente clarificadas e entendidas.

Primeiramente, dirigindo o foco para segundo fator, observa-se que ele é principalmente influenciado pelas variáveis: Lei, CVM, CPC e responsabilidade — aqui, também, denominado de PCF_T – Pressões Coercitivas formais. Similarmente ao feito na AF dos dados relativos à amostra de RA, divulgados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica, entendeu-se que tal fator resumia a exposição organizacional a pressões institucionais de tal natureza. Ou seja, julgou-se que, por meio dessa variante, poder-se-ia avaliar em que medida as empresas analisadas sentiam necessidade de se mostrarem respeitadoras e cumpridoras das leis e regulamentos, para legitimarem sua postura perante desígnios sociais. Notou-se, entretanto, que a variável ANTT, representante das pressões ligadas à fiscalização e tutela das agências reguladoras, não se mostra, significativamente, importante na formação do terceiro fator extraído.

O primeiro e o terceiro fator podem ser compreendidos como representantes da sujeição das empresas a Pressões Coercitivas Informações. O primeiro é formado pelas variáveis: Ambiente, Colaboradores e Comunidade, e o terceiro, formado pelas variáveis: Projetos, Educação e Criança. Em termos práticos, pôde-se entender o primeiro fator como resposta das empresas à sociedade de maneira geral. Ao mesmo tempo em que representa, também, uma atenção à

parcela da sociedade que seria beneficiada pelas atividades realizadas pelas empresas do sub-setor de transporte, por meio da geração emprego (colaboradores), da melhoria dos serviços ofertados (comunidade) e dos cuidados com o meio ambiente (ambiente).

Por sua vez, o terceiro fator aparenta captar o cuidado e a ação organizacional no sentido de amenizar problemas sociais decorrentes ou influenciados negativamente pelos serviços prestados por elas. Nesse sentido, percebe-se o esforço para mitigar danos, direta ou indiretamente, causados pelos serviços ofertados pelas empresas do setor — tais como: a exploração sexual de crianças e adolescentes e a probabilidade de óbito daquelas que se locomovem por estradas e outros meios de transporte. Essa variante, aparentemente, revela uma preocupação organizacional com a exploração sexual da criança e do adolescente (variável criança), comum em beiras de estrada e presentes no turismo sexual. Esse problema está diretamente relacionado com os serviços prestados por elas. Percebe-se, também, uma atenção especial com a redução do número de acidentes nas rodovias e no trânsito (educação no trânsito), grande responsável pela morte de milhares de cidadãos anualmente. Ambas as situações (variáveis) estão correlacionadas com a variável “projeto”, por meio da qual se capta a busca organizacional legitimadora da empresa que age na redução de tais problemas.

A quarta dimensão extraída, formada positivamente pela variável que representa as agências reguladoras (ANTT) e, negativamente, pela variável cliente, não foi interpretada nem incluída nos testes seguintes, devido à baixa significância de seus pesos, para pequenas amostras — conforme critério apresentado por Hair e outros, (2005, p. 128).

Para um melhor entendimento das análises feitas a seguir, nota-se que os três primeiros componentes e fatores extraídos da matriz de correlação estimada do vetor aleatório T_{pc} foram denominadas e denotadas do seguinte modo:

I fator – Pressões Coercitivas Informais/benefícios proporcionados à sociedade – PCI_{Tb} ;

II fator – Pressões Coercitivas Formais - PCF_T ;

III fator – Pressões Coercitivas Informais/danos causados à sociedade - PCI_{Td} .

A próxima subseção se encarregará de realizar os testes estatísticos necessários para se avaliar as propriedades de unidimensionalidade, confiabilidade e validade de convergência — requisitadas para que tais fatores pudessem estimar escores estatisticamente confiáveis que servissem de insumo para teste de regressão múltipla, apresentado à frente (HAIR *et al.*, 2005).

4.3.2.1 Validando dos fatores PCI_{Tb}, PCF_T, PCI_{Td}

Com o objetivo de testar a unidimensionalidade dos fatores PCI_{Tb} — Pressões coercitivas informais/benéficos oferecidos à sociedade, PCF_T — Pressões coercitivas de natureza formal e PCI_{Td} — Pressões coercitivas de Informais/reparo a danos causados à sociedade, utilizou-se de uma análise fatorial exploratória, método das Componentes Principais, além do Índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de esfericidade de Bartlett. A tabela, a seguir, demonstra que os fatores PCI_{Tb}, PCF_T e PCI_{Td} são unidimensionais, ou seja, indica que as variáveis que os compõem são efetivamente resumidas em apenas uma dimensão (HAIR *et al.*, 2005).

Tabela 20: Análise Fatorial exploratória – teste de unidimensionalidade dos fatores PCI_{Tb}, PCF_T, PCI_{Td}

FATOR	Comp	Autovalores Iniciais			Variação explicada pela dimensão		
		Total	%Variância	% Acumulado	Total	% Variância	% Acumulado
PCI _{Tb}	1	2,359	78,641	78,641	2,359	78,641	78,641
	2	0,419	13,964	92,604			
	3	0,222	7,396	100,000			
PCF _T	1	2,523	63,085	63,085	2,497	83,230	83,230
	2	0,762	19,048	82,133			
	3	0,611	15,271	97,404			
	4	0,104	2,596	100,000			
PCI _{Td}	1	2,497	83,230	83,230	2,497	83,230	83,230
	2	0,340	11,337	94,567			
	3	0,163	5,433	100,000			

Fonte: Elaboração própria, 2010

Os Índices KMO calculados para os fatores PCI_{Tb}, PCF_T e PCI_{Td} foram, respectivamente, 0,709; 0,494 e 0,711. O primeiro e último são considerados por Hair e outros, (2005) como satisfatórios, enquanto o relativo ao fator PCF_T, encontra-se no limite inferior do padrão considerado como medíocre (HAIR *et al.*, 2005). Tal índice mede o grau de correlação existente entre as variáveis formadoras das dimensões aqui analisadas, essas demonstram ser a AF mais aplicável aos fatores PCI_{Tb} e PCI_{Td} do que ao fator PCF_T. Já o teste de esfericidade de Bartlett mostra que há forte existência de correlações, estatisticamente significantes (sig.<0.000), entre as variáveis que formam os fatores, para os três casos. A tabela abaixo disposta apresenta

esses resultados, mediante os quais se deu como válidas as unidimensionalidades dos fatores, por hora analisados.

Tabela 21: Resultados dos testes KMO e de Bartlett - PCI_{Tb} , PCF_T , PCI_{Td}

FATOR			
PCI_{Tb}	Medida de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,709
	Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Square	27,567
		DF	3,000
		Sig.	,000
PCF_T	Medida de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,494
	Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Square	37,522
		DF	6,000
		Sig.	,000
PCI_{Td}	Medida de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin		0,711
	Teste de Esfericidade de Bartlett	Qui-Square	35,925
		DF	3,000
		Sig.	,000

Fonte: Elaboração própria, 2010

A confiabilidade dos fatores PCI_{Tb} , PCF_T e PCI_{Td} foi analisada por meio da razão Alfa de Cronbach, sendo os respectivos valores calculados: 0,721; 0,634 e 0,725. Seguindo o padrão interpretativo comumente aceito (considera-se como confiáveis os fatores que apresentam tais números $> 0,7$), apresentado por HAIR e outros, (2005, p.137). Julgou-se como confiáveis os fatores PCI_{Tb} e PCI_{Td} e, como pouco confiável o fator PCF_T .

Tabela 22: Resultados do teste do Alfa de Cronbach – PCI_{Tb} , PCF_T e PCI_{Td}

FATOR	Alfa de Cronbach
PCI_{Tb}	0,721
PCF_T	0,634
PCI_{Td}	0,725

Fonte: Elaboração própria, 2010

Por fim, testando a validade de convergência das variantes PCI_{Tb} , PCF_T e PCI_{Td} , procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação $R\hat{o}$ de Spearman. As três tabelas, a seguir, uma para cada fator, apresentam os coeficientes de correlação e suas respectivas significâncias estatísticas das variáveis envolvidas. Os fatores PCI_{Tb} e PCI_{Td} passam no teste da validade de convergência, ou seja, pode-se aceitar que suas variáveis estejam autocorrelacionadas, em coerência com a conceituação teórica atribuídas a eles. Já o fator PCF_T não se mostra estatisticamente válido, ou seja, não representa a exposição das empresas do subsetor de transporte a

pressões coercitivas de natureza formal, uma vez que as variáveis que têm maior peso em sua formação não se mostram, com significância estatística, correlacionadas.

Visando validar em termos estatísticos o de conceito PCF_T , foram realizadas outras análises exploratórias, nas quais se excluíram variáveis menos correlacionadas, voltando-se a testar as propriedades desejáveis desses novos fatores. Não obtido nenhum sucesso com esses procedimentos, optou-se por utilizar a variável de maior peso no fator, CPC, como *proxie* da exposição das empresas que atuam no subsetor de transporte a pressões coercitivas de natureza formal. Os testes referidos neste parágrafo foram suprimidos, por se entender que eram de pouca utilidade para a compreensão geral do texto.

Tabela 23: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCI_{Tb}

			Ambiente	colaboradores	comunidade
Rô de Spearman	Ambiente	Coefficiente de correlação	1,000	,896	,530
		Sig. (2-tailed)	.	,000**	,013*
	colaboradores	Coefficiente de correlação	,896	1,000	,582
		Sig. (2-tailed)	,000**	.	,006**
	Comunidade	Coefficiente de correlação	,530	,582	1,000
		Sig. (2-tailed)	,013*	,006**	.

** Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,01

*Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,05

Fonte: Elaboração própria, 2010

Tabela 24: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCF_T

			lei	CVM	cpc	Reponsab.
Rô de Spearman	Lei	Coefficiente de correlação	1,000	,417	,132	,336
		Sig. (2-tailed)	.	,060	,569	,137
	CVM	Coefficiente de correlação	,417	1,000	,388	-,079
		Sig. (2-tailed)	,060	.	,082	,732
	CPC	Coefficiente de correlação	,132	,388	1,000	,415
		Sig. (2-tailed)	,569	,082	.	,062
Respons.	Coefficiente de correlação	,336	-,079	,415	1,000	
	Sig. (2-tailed)	,137	,732	,062	.	

** Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,01

* Correlação estatisticamente significativa para o nível de significância de 0,05

Fonte: Elaboração própria, 2010

Tabela 25: Resultados das correlações cruzadas de Spearman - PCI_{Td}

			projetos	educação	Crianças
Rô de Spearman	Projetos	Coefficiente de correlação	1,000	,563	,762
		Sig. (2-tailed)	.	,008**	,000**
	Educação	Coefficiente de correlação	,563	1,000	,574
		Sig. (2-tailed)	,008**	.	,006**
	Crianças	Coefficiente de correlação	,762	,574	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000**	,006**	.

** . Correlação estatisticamente significante para o nível de significância de 0,01

* . Correlação estatisticamente significante para o nível de significância de 0,05

Fonte: Elaboração própria, 2010

Mediante o disposto nesta subseção, os fatores PCI_{Tb} e PCI_{Td} , extraídos da matriz de correlação estimada R_{Tpc} da matriz de dados T_{pc} foram aceitos como válidos. Foram, então, utilizados para a estimação dos escores fatoriais, por meio do método de Bartlett — Mínimos Quadrados Ponderados. Com já explicado, escores calculados para os elementos amostrais do universo subsetor de Transporte entraram como observações de variáveis independentes em análises de regressão múltipla, apresentada a seguir. Ressalta-se, mais uma vez, que dado a não validação do fator PCF_T , optou-se por utilizar como variável independente na análise de regressão, que testa a influência de variáveis institucionais na tendência ao isomorfismo RA, publicados pelas empresas do subsetor de Transporte, a variável CPC, por ser a mais fortemente correlacionado com o respectivo fator.

4.4 ANÁLISE DE REGRESSÃO E TESTES DE HIPÓTESES

A proposta desta parte do texto é descrever e analisar o método empregado para testar hipóteses acerca da relação entre variáveis institucionais e isomorfismo dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas dos subsetores de Energia Elétrica e Transporte, construídas sob os pressupostos da Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1977; ZUCKER, 1977; SCOTT, 1991). Ela apresenta os achados e análises mais importantes para o alcance dos objetivos e para a construção das conclusões desse esforço de pesquisa.

Tomando em conta as predições da Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1987), esperou-se que quanto maior fosse captada a sujeição das empresas dos subsetores de Energia Elétrica e Transporte a pressões institucionais mais isomórficos, em aspectos contábeis e estruturais, os Relatórios de Administração

publicados por elas seriam. Para isso, foram utilizados modelos de regressão múltiplas, denotados como se segue:

$$|YE| = \beta_0 + \beta_1 PCI_E + \beta_2 PCF_E + \varepsilon_E$$

$$|YT| = \alpha_0 + \alpha_1 PCI_{Tb} + \alpha_2 Z_{CPC} + \alpha_3 PCI_{Td} + \varepsilon_T$$

Onde:

$|YE|$ = é módulo do índice que resume as características contábeis e estruturais dos relatórios de administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica, construído por meio da Análise dos Componentes Principais, apresentada na seção 4.2.1;

PCI_E = Escore Fatorial estimado por meio da variante PCI_E - Pressões Coercitivas Informais, extraído da Análise Fatorial da matriz E_{pc} , descrita na subseção 4.3.1;

PCF_E = Escore Fatorial estimado por meio da variante PCF_E - Pressões Coercitivas Informais, extraído da Análise Fatorial da matriz E_{pc} , descrita na subseção 4.3.1;

$\beta_0, \beta_1, \beta_2$ = Coeficientes de regressão estimados – regressão referente ao setor Energia Elétrica;

ε_E = erro aleatório – regressão referente ao setor Energia Elétrica;

$|YT|$ = é módulo do índice que resume as características contábeis e estruturais dos relatórios de administração publicados pelas empresas do subsetor de Transporte, construído por meio da Análise dos Componentes Principais, descrita na seção 4.2.2;

PCI_{Tb} = Escore Fatorial estimado por meio do fator PCI_{Tb} - Pressões Coercitivas Informais - respostas a benefícios causados à sociedade, extraído da Análise Fatorial da matriz T_{pc} , descrita na seção 4.3.2;

Z_{CPC} = Variável CPC padronizada da matriz de dados T_{pc} , que representa a exposição das organizações a pressões coercitivas formais, escolha justificada na seção 4.3.2;

PCI_{Td} = Escore fatorial estimado por meio da variante PCI_{Td} - Pressões Coercitivas Informais - respostas aos danos causados à sociedade, extraído da Análise Fatorial da matriz T_{pc} , descrita na seção 4.3.2;

$\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2$ e α_3 = coeficientes de regressão estimados – regressão referente ao setor transporte;

ε_T = erro aleatório – regressão referente ao setor transporte.

4.4.1 Esclarecendo as variáveis dependentes $|YE|$ e $|YT|$

Como denotado e explicado acima, os módulos dos escores calculados através das componentes principais estimadas YE e YT entraram nos modelos de regressão como variáveis dependentes. O motivo de se utilizar o módulo dos escores, seus valores absolutos, encontra justificativa no meio utilizado para se aferir o fenômeno em foco: o isomorfismo dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas dos ambientes estudados, e, na mecânica de funcionamento da métrica utilizada, modelo de regressão.

Primeiramente, vale lembrar que os escores calculados por meio das componentes principais estimadas das matrizes de correlação R_{Eec} e R_{Tec} foram considerados como índices que resumiam os atributos contábeis e estruturais observados nos elementos da amostra. Devido ao fato de que as componentes principais terem sido extraídas da matriz de correlação, os escores calculados por meio delas são funções das variáveis originais padronizadas, portanto, têm esperança igual à zero.

Vale ressaltar, mais uma vez, que o objetivo precípua deste estudo foi de verificar que variáveis institucionais repercutiam no isomorfismo, ou seja, na ausência ou redução de variação das características contábeis e estruturais dos Relatórios Administração, publicados pelas empresas do subsetores de Transporte e Energia Elétrica.

Foi explicado na seção referente à metodologia que, seguindo Dimaggio e Powell (1983), seriam considerados como mais isomórficos aqueles relatórios cujos índices amostrais — que resumiam suas características contábeis e estruturais — estivessem mais próximos da média estimada da amostra, seguindo o raciocínio de que quanto menos disperso, mais próximo da média, mais isomórfico em relação ao seu ambiente ele seria.

Então, levando em conta que:

$$YE \text{ e } YT \sim N(0; \sigma^2)$$

Obviamente, seus respectivos valores amostrais observados dispersar-se-iam ao redor da média zero, assumindo, por isso, valores negativos e positivos. Entretanto, como já dito, o interesse desta pesquisa era verificar que fatores influenciavam na dispersão, na distância em relação à média. Almejou-se testar hipóteses de que quando pressões institucionais exercem maior influência sobre as organizações, variáveis independentes assumem maior valor, menores seriam as distâncias em relação à média amostral da variável dependente, mais isomórfico ao ambiente seriam os relatórios de administração publicados pelas empresas, como predito por Dimaggio e Powell (1983).

Como não interessava ao estudo se as observações encontravam-se abaixo (negativa) ou acima da média (positiva), mas, sim, a distância de sua posição em relação à média, e, levando em conta o mecanismo de funcionamento do modelo de regressão, foi necessário considerar o valor absoluto, o módulo, das observações da variável dependente, $|YE_i|$ e $|YT_i|$, e não seus os valores originais. Isso porque, se considerado o valor original, estar-se-ia a captar, por meio do modelo de regressão, a relação entre as variáveis independentes e o desempenho da evidência contábil e estrutural das empresas dos setores.

A normalidade das variáveis originais, acima suposta, foi testada com vistas a comprovar a simetria das suas distribuições de probabilidades. A tabela 26 apresenta os resultados do teste *Shapiro-Wilk* aplicados nas duas amostras, por meio dos quais não se rejeitou as hipóteses nulas de que $H_0: YE \sim N(0, \sigma^2)$ e $H_0: YT \sim (0, \sigma^2)$, ($p > 0,05$), em favor das respectivas hipóteses alternativas: $H_A: YE \not\sim N(0, \sigma^2)$ e $H_A: YT \not\sim N(0, \sigma^2)$.

Tabela 26: Teste de normalidade *Shapiro-Wilk*

Variáveis dependentes	Shapiro –Wilk		
	Estatística	Tamanho da amostra	Sig.do teste
<i>YE</i>	0,936	29	0,081
<i>YT</i>	0,919	21	0,082

Fonte: Elaboração própria, 2010

O teste prova que as variáveis originais, *YE* e *YT*, distribuem-se simetricamente em torno de sua média, sendo então iguais as probabilidades de se observar tanto valores abaixo quanto acima de sua média. Dessa maneira, os valores dos módulos observados não são afetados pela forma da distribuição de probabilidade das variáveis originais, evitando problemas na estimação dos modelos de regressão. Ou seja, se esse resultado não fosse encontrado, se a distribuição das variáveis originais fosse mais à direita, por exemplo, ter-se-ia uma maior probabilidade das observações das variáveis transformadas, valores modulares das variáveis originais, assumirem maiores valores, o que comprometeria a interpretação e análise dos resultados encontrados pelos modelos de regressão.

4.4.2 Modelos de Regressão ajustados, testes e interpretações

As próximas subseções apresentarão a forma estimada dos modelos de regressão descritos anteriormente, demonstrando os resultados dos testes de hipóteses envolvidos e oferecendo uma interpretação estatística e teórica. A seção seguinte versará sobre testes e conclusões acerca do modelo ajustado por meio da amostra de dados referentes às empresas do subsetor de Energia Elétrica, enquanto a subsequente fará o mesmo com os dados da amostra relativa a empresas do subsetor de transporte.

4.4.2.1 Modelo de Regressão Ajustado – subsetor de Energia Elétrica

Esta fase da pesquisa procurou verificar em até que ponto as variáveis PCI_E e PCF_E , *proxies* da exposição organizacional a certas pressões institucionais, explicavam a aderência dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica, ao padrão ambiental médio. Desejando, com isso, observar quanto ou se tais variáveis explicariam o isomorfismo dos RA publicados pelas empresas desse ambiente. O modelo estimado assumiu a seguinte forma:

$$\hat{Y} = 0,649 - 0,376 PCI_E + 0,655 PCF_E$$

Onde:

$$\hat{Y} = |\hat{Y}E|$$

PCI_E = Escore Fatorial estimado por meio da variante PCI_E - Pressões Coercitivas Informais, extraído da Análise Fatorial da matriz E_{pc} , descrita na subseção 4.3.1;

PCF_E = Escore Fatorial estimado por meio da variante PCF_E - Pressões Coercitivas Informais, extraído da Análise Fatorial da matriz E_{pc} , descrita na subseção 4.3.1;

O coeficiente de determinação R^2 e o coeficiente de determinação ajustado, R^2 *Ajustado*, relativos ao modelo foram, respectivamente, 0,571 e 0,538. Indicando que parte da variação total de $|\hat{Y}E|$ é explicada pelas variáveis explanatórias PCI_E e PCF_E . Ou seja, que as variáveis independentes predizem, em parte, a variação no isomorfismo dos Relatórios de Administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica. Esse resultado vai ao encontro das hipóteses construídas sob a égide da Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; ZUKER, 1977). O teste F , resultante do ajuste do modelo, corrobora essa conclusão, demonstrando que o modelo se ajusta aos dados, ou seja, explica o comportamento da variável predita, com significância estatística (p -valor < 0,000).

No que tange o entendimento estatístico e teórico acerca da contribuição individual das variáveis PCI_E e PCF_E na explicação do isomorfismo contábil e estrutural dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica, a tabela abaixo resume algumas informações importantes. Ela apresenta os valores numéricos assumidos pelos coeficientes de regressão $\hat{\beta}_i$ e suas respectivas estatísticas t de *Student*.

Tabela 27: Resultados dos teste *t-Student* nos coeficientes de regressão estimados – subsetor Energia Elétrica

Parâmetro	Estimativa	Estatística - t	p-valor
β_0		8,427	0,000
β_1	-0,376	-2,928	0,007
β_2	0,655	5,103	0,000

Fonte: Elaboração própria, 2010

A última coluna, que expõe a significância do teste *t-student* para cada coeficiente, revela que ambas as variáveis PCI_E – Pressões Coercitivas Informais e PCF_E – Pressões Coercitivas Formais são estatisticamente significativas na predição da variação dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica. Rejeitando-se as hipóteses nulas: H₀: $\beta_1 = 0$ e H₀: $\beta_2 = 0$ em favor das hipóteses alternativas H_A: $\beta_1 \neq 0$ e H_A: $\beta_2 \neq 0$.

Para a análise qualitativa ou teoricamente orientada, fundamentada nas suposições da Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; ZUKER, 1977), foram analisados os sinais positivos e negativos assumidos pelas estimativas dos parâmetros observadas.

Em que se percebe que a variável PCI_E – Pressões Coercitivas Informais explica o isomorfismo dos relatórios de Administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica. Foi evidenciado que, quanto mais sujeitas a tais pressões as organizações desse setor se encontram, mais isomórficos em relação ao padrão ambiental são os relatórios de Administração publicados por elas. Esse achado corrobora relações estabelecidas pela Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; ZUKER, 1977). Mais especificamente, revela que pressões institucionais, derivadas da busca por legitimidade, relacionadas a práticas ainda não formalizadas pela sociedade, contribuem para que organizações que operam no subsetor de Energia Elétrica tendam a publicar RA adotando características contábeis e estruturais aceitas e amplamente utilizadas por suas congêneres.

Entretanto, como se observou, a variável PCF_E — Pressões Coercitivas Formais contribuem para que os Relatórios de Administração Publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica sejam diferentes, menos isomórficos ao padrão ambiental. Contraria-se, então, a relação teoricamente esperada, para a qual as variáveis preditoras deveriam se apresentar inversamente relacionadas com a variável dependente $|\widehat{YE}|$, de maneira que, quanto maior fossem os índices observados captadores das pressões institucionais, menores deveriam ser os valores de $|\widehat{YE}|$. Assim sendo, tal resultado demonstra que o coeficiente β_2 da variável PCF_E comporta-se de maneira diferente da esperada.

Para validar os testes estatísticos interpretados ao longo da seção foi realizado teste de normalidade de *Shapiro-Wilk* na distribuição dos erros estimados, gerados especificamente com essa finalidade. Com *p-valor* igual a 0,182, não se rejeitou a normalidade dos erros estimados. O que reforça a validade das conclusões e interpretações exposta nesta subseção.

4.4.2.2 Modelo de Regressão Ajustado – sub-setor de Transporte

Semelhantemente ao demonstrado na subseção anterior, tentou-se ajustar um modelo de regressão múltipla com a intenção de verificar se as variáveis PCI_{Tb} — Pressões Coercitivas Informais — benefícios produzidos à sociedade; CPC — que representa a exposição das organizações a pressões coercitivas formais, e PCI_{Td} — Pressões Coercitivas Informais/danos causados à sociedade explicavam a variação de $|\widehat{YT}_i|$.

De igual modo, a relação teoricamente esperada era de que as variáveis institucionais tivessem capacidade de prever a tendência ao isomorfismo ambiental dos Relatórios de Administração, publicados pelas empresas do subsetor de transporte, no que se refere a características contábeis e estruturais. Ou seja, esperou-se que, quanto maior fosse o valor assumido pelas variáveis independentes, mais próximos de zero, menor seriam, os valores observados da variável $|\widehat{YT}_i|$.

Entretanto, nenhuma relação estatisticamente significativa entre tais variáveis foi observada nesse processo. Revelando que, os argumentos da função tiveram efeito quase nulo na explicação da variação de $|\widehat{YT}_i|$. O R^2 encontrado na tentativa de ajuste do modelo, 0,075, e o respectivo teste *F*, com significância estatística de 0,713, corroboram tal conclusão.

Vale ressaltar que coeficientes de regressão α_i apresentam valores negativos — o que teria algum significado teórico caso eles se mostrassem, com significância estatística, diferentes de zero. A tabela 28 apresenta os valores assumidos por esses coeficientes e suas respectivas estatísticas *t-Student*.

Tabela 28: Resultados do teste *t-Student* nos coeficientes de regressão estimados – subsetor de Transporte

Parâmetro	Estimativa	Estatística <i>t-student</i>	<i>p</i>-valor
α_0	0,685	4,737	0,000
α_1	-0,116	-0,891	0,386
α_2	-0,052	-0,362	0,722
α_3	-0,098	-0,737	0,471

Fonte: Elaboração própria, 2010

Por outro lado, de certa maneira, os resultados apresentados nessa subseção encontram suporte em conhecimentos da Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1991; ZUKER, 1977) — especificamente os que estatuem relações causais entre o ambiente institucional e o comportamento organizacional.

Como posto por Meyer e Rowan (1983), Dimaggio e Powell (1983) e Scott (1991), forças institucionais teriam maior ou menor efeito num ambiente, a depender de suas características institucionais. À primeira vista, é relativamente fácil entendermos que as empresas do subsetor de Energia Elétrica estariam mais sujeitas a forças institucionais do que as empresas do subsetor de transporte. Certas circunstâncias contribuem com esse entendimento. Dentre elas, destaca-se, por exemplo, a de que o produto comercializado ou serviço prestado pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica é mais homogêneo e atende quase universalmente à população brasileira e aos setores econômicos produtivos. Diferentemente, as empresas do subsetor de transporte destinam, heterogeneamente, sua prestação de serviços às distintas camadas sociais ou a diferentes setores econômicos. Como nos faz crer Meyer e Rowan (1983), Dimaggio e Powell (1983), e Scott (1991), tal fato seria um indicativo de que as empresas do setor de Energia Elétrica estariam mais sujeitas às pressões institucionais, dada a unicidade do seu produto e a abrangência com que elas atendem quase à totalidade da população do país.

Outra característica que permite conclusões acerca das diferenças existentes entre os ambientes institucionais, nos quais atuam as empresas do subsetor de Energia Elétrica e de Transporte, está relacionada às peculiaridades de seus respectivos mercados. O mercado de Energia Elétrica é monopolicamente estatal, ao inverso do mercado em que atuam as empresas do subsetor de Transporte onde há, de fato, uma maior competição. Essa circunstância — como exposto por Meyer e Rowan (1983), Dimaggio e Powell (1983) e Scott (1991) — levaria as empresas do subsetor de Energia Elétrica a estarem mais sujeitas a forças institucionais, enquan-

to aquelas que atuam no subsetor de transporte tenderiam a se importar mais com demandas e solicitações de seu ambiente técnico.

Dessa maneira, os achados apresentados nesta seção se mostram, ainda que em parte, congruentes com ideias e especificações da Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; ZUCKER, 1977; SCOTT, 1991). Sendo assim, os resultados dessa pesquisa corroboram a capacidade da Teoria Institucional de predizer a prática contábil de organizações inseridas num ambiente com determinadas características ou mais expostas a forças socioinstitucionais neles presentes — como de certo modo já foi confirmado por Moura e Dias Filho (2009), Ventura (2005), Deegan e Rankin (2002), Carpenter e Feroz (2001) e Mezias (1990).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo de desenvolvimento desta pesquisa centrou-se na interação entre ambiente e prática contábil organizacional de empresas dos subsetores de Energia Elétrica e de Transporte. Este trabalho buscou verificar até que ponto a sujeição organizacional a pressões institucionais vigentes em seu meio fariam com que empresas dos referidos setores tendessem a publicar Relatórios da Administração mais semelhantes a um padrão médio ambiental, no que tange a características contábeis e estruturais observadas nos textos.

Mais objetivamente, por meio de um alternativo caminho analítico a Teoria Institucional, colocou-se, aqui, em evidência, em que medida determinadas pressões sociais possivelmente influenciariam a decisão organizacional em optar por esse ou aquele protocolo de contabilidade. Desse modo, ofereceu-se uma leitura à prática contábil distinta daquela ofertada pela tendência dominante na literatura disponível sobre o assunto, em sua maioria, enraizada no modelo teórico do homem racional, sem questionar, de modo algum, sua a validade e robustez na explicação das escolhas contábeis feitas por agentes econômicos.

Para a Teoria Institucional, os membros de uma coletividade — ou organizações inseridas em certos contextos institucionais — teriam seu comportamento, em alguma medida, determinado por uma espécie de cognição social, por um inconsciente coletivo, que elege comportamentos, práticas e ações como mais ou menos legítimos aos constituintes do grupo. Segundo autores neoinstitucionais, como Meyer (1977), DiMaggio e Powell (1983), Scott (1991), a ação organizacional individual seria tanto mais coerente com um padrão coletivamente promulgado quanto mais pungente fossem os atributos do ambiente institucional no qual o indivíduo estivesse inserido.

Considerando tais idéias, lastreada em preceitos e relações causais delineadas pelo pensamento institucional socialmente orientado, esta pesquisa buscou aferir a magnitude com que a sensibilidade a pressões institucionais levaria as empresas analisadas a publicarem Relatórios de Administração mais isomórficos ao padrão médio ambiental, no que se diz respeito a um conjunto de atributos contábeis e estruturais.

Num primeiro momento de seu desenvolvimento, por meio da aplicação de protocolos do método de Análise de Conteúdo, foram capturadas, nos Relatórios de Administração publica-

dos por empresas dos subsetores estudados, seis de suas características contábeis. Como exposto ao longo deste trabalho, tais variáveis serviram de insumo para construção de um parâmetro por meio do qual foi testada a suscetibilidade organizacional de publicar RA mais isomórficos ao ambiente no qual operava. Outras duas características, atributos estruturais dos RA amostrados, também foram observadas com essa mesma finalidade, quais sejam: o número de páginas e o número de subtítulos. Justificada a inclusão dessas variáveis na análise, devido ao desejo de enriquecê-la, foi seguida a máxima de que quanto mais dimensões são observadas em um determinado objeto, mais rica seria sua caracterização. Por isso, oito variáveis foram consideradas na avaliação distância, do desvio em relação à média amostral que um determinado elemento (RA) observado se encontrava.

Posteriormente, recorrendo à técnica estatística denominada de Análise das Componentes Principais, tais variáveis foram transformadas numa única variante, um índice, que resumiu as informações contábeis e estruturais dos textos vistoriados. Como demonstrado no subtópico 4.2, que trata detalhadamente dessa etapa, duas variantes foram estimadas com o auxílio da ACP: uma para matriz de dados do subsetor de Energia Elétrica, outra para a matriz de dados do subsetor de Transporte. Assim foi feito para que fosse possível analisar separadamente, em cada um dos referidos setores, a relação entre pressão institucional e isomorfismo dos RA publicados por suas empresas.

A primeira componente principal estimada, de cada uma das matrizes de dados dos subsectores, foi utilizada no cálculo de escores amostrais, cujos módulos foram considerados como variáveis dependentes, índice que caracterizava, contábil e estruturalmente, os RA observados. A lógica empregada, aqui, foi a de que quanto mais próximo da média amostral o escore calculado para determinado elemento da amostra se encontrava, mais isomórfico ao seu ambiente o relatório publicado pela respectiva empresa seria.

As variáveis independentes — que intentaram capturar a exposição organizacional a pressões institucionais vigentes em seu ambiente — foram também extraídas do conteúdo dos próprios RA amostrados. Os procedimentos envolvidos ao longo desse processo, bem como a abordagem analítica nele dispensada, vieram de conhecimentos da sociolinguística, da psicologia social e de análises das comunicações (BARDIN, 2009). Dessa forma, utilizando o método de Análise de Conteúdo, foram observadas nas comunicações escrutinadas (RA) variáveis que, hipoteticamente, representariam uma resposta organizacional a pressões institucionais de seu

meio. Em síntese, frisa-se que foram inferidas como mais sujeitas a pressões institucionais aquelas organizações que, com mais frequência, fizeram referência a certos temas, previamente definidos como respostas a pressões institucionais do ambiente, presentes na comunicação veiculada pela empresa via seu RA.

Dada a quantidade de variáveis independentes observadas nesse processo, bem como a latente correlação existente entre elas, foram realizadas Análises Fatoriais das matrizes de dados que colecionavam informação acerca da exposição organizacional a pressões institucionais. O que, a semelhança do realizado no processo de resumo das variáveis dependentes em um único índice, foi feito separadamente, ou seja, uma análise para cada uma das respectivas matrizes de dados dos subsetores abrangidos por esta pesquisa.

Um dos resultados mais interessantes desse procedimento foi o resumo das doze variáveis independentes observadas nos RA publicados por empresas do subsetor de Energia Elétrica, em apenas dois fatores, duas variáveis não diretamente observáveis. A interpretação teórica oferecida a tais fatores, variantes, foi a de que um deles representaria a resposta organizacional a pressões coercitivas informais, não derivadas de instituições formalmente constituídas e promulgadas no meio no qual as empresas se encontravam inseridas, enquanto o outro se referiria a resposta das empresas a pressões institucionais formalmente estatuídas. Tais fatores foram batizados de PCI_E e PCF_E , respectivamente, sendo, também, utilizados para estimar escores amostrais que cumpriram a função de amostra de variáveis independentes em Análise de Regressão Múltiplas — que visou medir e interpretar a influência de pressões institucionais presentes nos ambientes analisados na divulgação por empresas de Relatórios de Administração mais Isomórficos a certo padrão vigente em seu meio. Aqui, vale ressaltar que ambos os fatores extraídos foram validados via procedimentos e testes sugeridos e aceitos pela literatura de referência (JOHNSON; WICHERN, 1998; HAIR *et al.*, 2005; MINGOT, 2005; MAROCO, 2007).

De modo semelhante, a matriz de dados que carregava informações acerca da sujeição organizacional das empresas do subsetor de Transporte a pressões institucionais, que igualmente continha observações de doze variáveis, também foi submetida à Análise Fatorial — processo por meio do qual se buscou reduzir o número de variáveis independentes que, correlacionadas, poderiam aferir um fenômeno correlato, em um menor número de variantes não diretamente observáveis.

Numa primeira etapa desse procedimento foram extraídos três fatores, denominados de PCI_{Tb} – Pressões Coercitivas Informais/benefícios proporcionados à sociedade; PCF_T — Pressões Coercitivas Formais; PCI_{Td} — Pressões Coercitivas Informais/danos causados à sociedade. Entretanto, após aplicar testes programados, concluiu-se que o fator PCF_T não era válido, ou seja, não representava adequadamente o fenômeno que se pretendia observar e mensurar. Como sugerido por Hair *et al.*, (2005), foi utilizada como *proxy* de variável independente que media a exposição organizacional a pressões de natureza formal, a variável CPC, a de maior peso na formação do referido fator. Os demais fatores foram os mecanismos utilizados para cálculo de escores amostrais que entraram no modelo de regressão múltipla como amostra de variáveis independentes — aferidas da exposição das empresas do subsetor de transporte a pressões institucionais.

5.1 OS ACHADOS DA PESQUISA

Os achados dessa pesquisa vão ao encontro das predições delineadas pelo pensamento neo-institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; ZUCKER, 1977; SCOTT, 1991), corroborando, de certo modo, evidências relatadas por alguns autores, tais como De Moura e Dias Filho (2009); Ventura (2005); Deegan e Rankin (2002); Carpenter e Feroz (2001) e Mezas (1990). O modelo de regressão estimado com os dados de empresas do subsetor de Energia Elétrica demonstra-se estatisticamente significativo na explicação das variações das características estruturais e contábeis presentes dos referidos documentos textuais. Entretanto, a hipótese de quanto mais fortes são pressões institucionais mais isomórficos seriam os RA observados, lastreada em ideias de Dimaggio e Powell (1983), apenas se mostra válida para a variável PCI_E , que capturou, como demonstrado ao longo do texto, a exposição das organizações a pressões institucionais informalmente estatuídas naquele ambiente. Ou seja, observou-se que quanto mais se sentiam pressionadas por tais forças, mais próximos da média amostral as empresas publicaram seus RA, especificamente, no que se refere a alguns atributos contábeis e estruturais.

Inversamente ao esperado, a variável PCF_E — Pressões Coercitivas Formais mostrou-se estatisticamente significativa na explicação da variação dos relatórios de administração publicados pelas empresas do subsetor de Energia Elétrica. Ou seja, quanto mais uma empresa se sente pressionada por tais forças, mais ela tende a publicar RA distante do padrão médio pu-

blicado por seus pares — o que contraria os conceitos de pensamento neoinstitucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1991). Várias seriam as explicações para esse acontecimento. Primeiramente, poder-se-ia atribuir tal resultado ao erro amostral, inerente à forma como se estruturou este trabalho, cuja comprovação depende de realização de outras pesquisas que manuseiem amostras diferentes.

Outra possível explicação para esse resultado é a de que o fator PCF_E foi mais fortemente influenciado por variáveis como CPC, CVM, ANELL e LEI que têm, em alguma medida, uma dimensão técnica. Na variável lei, por exemplo, foi codificada a frequência com que empresas faziam alusão ao atendimento de instruções normativas, cujo cumprimento elas estavam obrigadas. A interpretação e a implementação de tais regras impactariam diretamente o arranjo operacional das organizações, forçando-as a mudarem práticas e métodos já adotados. Desse modo, dado o atual processo de harmonização dos padrões de contabilidade brasileiros aos internacionais, novas regulamentações da CVM ou do CPC, na época em que os RA estudados foram publicados, ainda na fase inicial de interpretação e aplicação, podem ter provocado esse fenômeno de heterogeneidade dos RA observados. Tal efeito, a longo prazo, pode ser inverso, como prevê a Teoria Institucional (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983).

No tocante ao resultado da não significância estatística do modelo de regressão ajustado com os dados de empresas do subsetor de Transporte, outra importante discussão no âmbito da Teoria Institucional pode ser posta em realce: especificamente, àquela que trata da relação entre efeito de forças institucionais e características dos ambientes nos quais atores sociais encontram-se presentes. Ou seja, quando esta pesquisa encontra relação entre forças institucionais e isomorfismo de peças de divulgação financeira, RA, publicadas por empresas do subsetor e Energia Elétrica e não o faz em análise semelhante com dados de empresas do subsetor de Transporte, ela encontra evidências coerentes com conhecimentos desenhados por teóricos neoinstitucionais. Segundo Dimaggio e Powell (1983), campos que têm centros, periferias e status estáveis e largamente reconhecidos tendem a ser mais homogêneos, porque a estrutura de difusão de normas e de novos modelos é mais rotineira e, porque o nível de interação entre as organizações é mais alto (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Para esses autores, a estrutura de um campo organizacional não pode ser determinada *a priori*, pelo contrário, deve ser realizada por meio de investigação empírica. Entretanto, algumas manifestas características dos setores analisados podem servir de indicativo de que o subsetor de Energia Elétrica

seria, provavelmente, um ambiente mais estruturado institucionalmente do que o subsetor de Transporte — seria essa a razão pela qual a relação entre pressão institucional e isomorfismo dos RA mostrou-se estatisticamente significativa apenas no subsetor de Energia Elétrica.

Não é difícil compreender que as empresas do subsetor de Energia Elétrica fornecem um único tipo de serviço e produto que, de maneira geral, é consumido por toda a sociedade brasileira, enquanto as empresas do subsetor de Transporte prestam serviços diferentes e devotam esforços e atenção a segmentos distintos da sociedade. Empresas ferroviárias, por exemplo, atendem a uma camada da sociedade muito distinta daquela servida por companhias aéreas. Logo, pressões sociais seriam mais presentes ou teriam mais impacto em empresas do setor Energia do que em organizações do subsetor de Transporte. Essa circunstância se torna preponderante para entendimento dos incipientes resultados encontrados neste trabalho. Corroboram a ideia de que características dos ambientes institucionais, nos quais organizações operam, influenciam a magnitude com que mecanismos vigentes neles determinam o comportamento de seus membros, ensinada por Meyer e Rowan (1977), DiMaggio e Powell (1983) e Scott (1991).

Entretanto, ainda muito pouco se sabe a esse respeito. Pesquisas precisam ser realizadas a fim de fornecerem um conhecimento sobre como características dos ambientes institucionais seriam mais ou menos catalisadoras dos efeitos de mecanismos institucionais neles vigentes. Este trabalho também serve de sugestão para futuras pesquisas. Nesse sentido, ressalta-se que as evidências encontradas por essa pesquisa ainda são muito iniciais, sendo preciso aprofundar este estudo, ou aumentando o escopo da investigação, isto é, o número de empresas e de setores observados, ou mesmo observando uma série temporal de informações.

Ante o apresentado, esperou-se que este estudo seja útil ao desenvolvimento de uma linha de pesquisa que se interessa por revelar como aspectos sociais podem vir a determinar a escolha contábil organizacional. De igual modo, esperou-se que ele contribuísse, mesmo que modestamente, com o desenvolvimento da pesquisa contábil orientada pelo paradigma neoinstitucional, profícuo em estudos dos mais variados fenômenos organizacionais.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: quality uncertainty and market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, aug., 1970.

_____. The economics of caste and of the rat race and other woeful tales. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 90, n.4, nov. 1976.

BALL, R.; BROW, P. An empirical evaluation of accounting numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 7, 1968.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTKUS, Barbara; GLASSMAN, Myron; BRUCE, McAfee. Mission statement quality and financial performance. **European Management Journal**, v. 24, n. 1, p. 86-94, feb. 2006.

BEAVER, W. The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, 1968.

CARPENTER, Vivian L., FERROZ, Ethan H. Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments’ decisions to adopt generally accepted accounting principles. **Accounting Organizations and Society**, v. 26, p. 565-596, 2001.

COASE, H. R. The nature of the firm. **Economica: New Series**, v. 4, n.16, p. 386-405, nov. 1937.

COVALESKI, Mark A.; DIRSMITH, Mark W. **An institutional perspective on the rise, social transformation, and fall of a university budget category**. Cornell University, 1988.

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela; TOBIN, John. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983 – 1997: a test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 312-343, 2002.

DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique Baptista. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alessandro Broedel. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, apr. 1983.

_____. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

EUSKE, K. J.; RICCABONI, A. Stability to profitability: managing interdependencies to meet a new environment. **Accounting Organization and Society**, v. 24, p. 463-481, 1999.

FLIGSTEIN, Neil. The spread of the multidivisional form among large firms, 1919-1979. **American Sociological Review**, v. 50, n. 3, p. 377-391, 1985.

HANNAN, Michael T.; FREEMAN, John. The population ecology of organizations. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 929-964, mar. 1977.

HAIR *et al.* **Multivariate data analysis**. 6th ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alexsandro Broedel (Org.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 8ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, oct. 1976.

JOHNSON; Richard A.; WICHERN; Dean, W. **Applied multivariate statistical analysis**. 4th ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

KABIR, Humayun. Positive Accounting theory and science: a comparison. **Social Science Research Networking**, 2007. Disponível em:
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1027382. Acesso em: 20 jan. 2010.

LAUMANN, Edward O.; GALASKIEWICZ, Joseph; MARSDEN, Peter V. Community structure as interorganizational linkages. **Annual Review Sociology**, n. 4, p. 455-84, 1978.

LEV, Baruch; OHLSON, James. Market-based empirical research in accounting: a review, interpretation, and extension. **Journal of Accounting Research**, v.20, p. 240-332, 1982.

MAROCO, João. **Análise estatística**: com utilização do SPSS. 3. ed. Lisboa: Sílabo, 2007.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal Sociology**, v. 1, n. 2, p. 83, 1977.

MEYER, John W. Social environments and organizational accounting. **Accounting Organizations and Society**, v. 11, n. 4, p. 345-356, 1986.

MEZIAS, Stephen J. **An institutional model of organizational practice**: financial reporting at the Fortune 2000. Cornell University, 1990.

MINGOT, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MILLER, Peter. Accounting as social and institutional practice: an introduction. In:___ MILLER, Peter.; HOPWOOD, Anthony G. **Accounting as social and institutional practice**. Cambridge University Press, 1994.

MILLER, Peter.; HOPWOOD, Anthony G. **Accounting as social and institutional practice**. Cambridge University Press, 1994.

MOURA, Fábio V.; DIAS FILHO, José Maria. Evidenciações de cunho social em seis importantes bancos brasileiros – uma análise a luz da teoria institucional. In: Encontro da ANPAD, 34., São Paulo, 2009. **Anais....**, São Paulo: 2009.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, jun. 1997.

SONPAR, Karan; GOLDEN-BIDDLE, Karen. Using content analysis to elaborate adolescent theories of organization. **Organizational Research Methods**, v.11, Oct. 2008.

TOLBERT, Pámela S.; ZUCKER, Lynne G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISHER, Tânia (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998, v.1.

KUHN, Tomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ROBSON, Keith *et al.* Transforming audit technologies: business risk audit methodologies and the audit field. **Accounting Organizations and Society**, v. 32, p. 409-438, 2007.

SCOTT, W. Richard. Unpacking institutional arguments. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

STIGLER, George J. The theory of economic regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, v. 2, n. 1, p. 3-21, 1971.

TOMS, J. S. Firm resources, quality signals and the determinants of corporate environmental reputation: some UK evidence. **British Accounting Review**, v. 4, p. 257-282, 2002.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. Institucionalizando a responsabilidade social: arranjos estruturais no campo das organizações bancárias. In: ENCONTRO DA ANPAD, 29., Brasília, 2005. **Anais...**, Brasília,: ANPAD, 2005.

WATTS, R. L; ZIMMERMANN, J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, v. 3, n. 1, apr. 1978.

_____. The demand for and supply of accounting theories: the market for excuses. **The Accounting Review**, v. 5, n. 2, apr. 1979.

_____. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, jan. 1990.

WILLIAMSON, Oliver E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **Journal of Law and Economics**, v. 22, n. 2, p. 233-261, jan. 1990.

ZALD, Mayer N. The sociology of enterprise, accounting, and budget rules: implications for organizational theory. In: SYMPOSIUM ON THE ROLE OF ACCOUNTING IN ORGANIZATIONS AND SOCIETY, 1984. **Anais...** Madison: University of Wisconsin, jul. 1984.